



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

1945: UMA CAMPANHA ELEITORAL

**ALUNO: HUGO JOSÉ GUEDES MOURA
ORIENTADOR: Prof^o. Dr. DELIO MENDES DA
FONSECA E SILVA FILHO
CO-ORIENTADORA: Prof^a. DRA. GISELDA
BRITO SILVA**

**RECIFE
2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

1945: UMA CAMPANHA ELEITORAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco pelo mestrando Hugo José Guedes Moura como requisito para obtenção do grau de Mestre.

RECIFE
2009

Ficha catalográfica

M929m Moura, Hugo José Guedes
1945: uma campanha eleitoral / Hugo José Guedes Moura. --
2010.
105 f. : il

Orientador: Delio Mendes da Fonseca e Silva Filho.
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura
Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2010.
Referências

1. Redemocratização 2. Eleições 3. Eleições locais –
Pernambuco – História – Séc. XX I. Silva Filho, Delio Mendes da
Fonseca e, orientador II. Título

CDD 324.98134

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

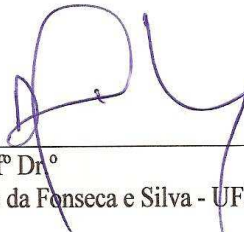
1945: UMA CAMPANHA ELEITORAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

HUGO JOSÉ GUEDES MOURA

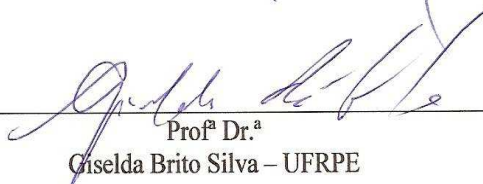
APROVADA EM 31 /03/2009

BANCA EXAMINADORA



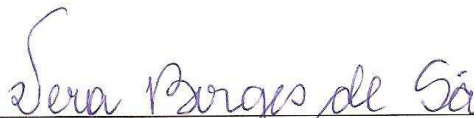
Prof^o Dr.^o

Orientador – Delio Mendes da Fonseca e Silva - UFRPE



Prof^a Dr.^a

Giselda Brito Silva – UFRPE



Prof^a Dr.^a

Vera Borges Sá – UNICAP

Hipérion a Berlamino

Ah! Se Jamais tivesse freqüentado as suas escolas. A ciência que segui até o fundo do poço, da qual esperei, jovem tolo, a confirmação de minha alegria pura, ela arruinou tudo em mim.

Friedrich Höderlin

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente às instituições que me permitiram a realização desse trabalho: a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pela acolhida no seu universo acadêmico e humano. Agradeço também a CAPES o apoio financeiro sem o qual este trabalho seria uma tarefa ainda mais difícil de realizar.

Agradeço a meus professores do mestrado: à Prof^a Dr.^a Giselda Brito Silva, que, por diversas vezes, alertou-me sobre os cuidados quanto à redação dessa dissertação; à Prof.^a Dr.^a Suely Creusa Cordeiro de Almeida, que em suas aulas sempre demonstrou a paixão pelo conhecimento e o carinho para com todos os alunos; ao Prof: Dr. Gilvando Sá Leitão Rios, que tornavam prazerosas as discussões propostas; à Prof.^a Dr.^a Vicentina Maria Ramires Borba, que sempre se mostrou interessada em ler e comentar os trabalhos apresentados. Agradeço ainda ao Prof. Dr. Delio Mendes, que, além de ter uma excelente didática em sala, demonstrou todo seu cuidado em relação ao aprendizado de seus alunos.

Agradeço ao não menos querido Gustavo, que, ocupando com coragem a secretaria do programa, auxiliava alunos e professores na tentativa de superarmos a burocracia da Universidade.

Agradeço o companheirismo dos colegas que formaram a primeira turma do Programa de Mestrado em História Social da Cultura Regional da UFRPE, em ordem alfabética para não falhar a memória: a Gian Carlo de Melo Silva, Humberto da Silva Miranda, José Neilton Pereira, Juliana de Holanda Alves Rocha, Karl Schurster Veríssimo de Souza Leão e Manuela Arruda, o meu abraço a todos.

Aos professores da graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que de maneiras distintas contribuíram para que insistíssemos nessa caminhada. E certamente não poderia esquecer todo o grupo que faz parte do Conexões do Saberes, projeto fantástico, levado adiante por professores que acreditam que a Universidade pode oferecer sempre mais a comunidade em que vive. Aos Professores: Dr. Alexandro Cardoso Tenório e Dr. João Gilberto de F. Silva os grandes coordenadores do programa.

A Maria Lana Monteiro que me apresentou os arquivos e os cuidados com os mesmos, saudades. A Marina Sobral colega conhecida nos arquivos. A Daniel Breda, por sempre ser capaz de ouvir e falar nos momentos certos, abraços. A Rômulo Marcio, amigo conhecido há pouco tempo mais que se mostra perseverante e sempre disposto a uma palavra de incentivo. A Almir, Joana d'arc, Adelane, Elisama e outros que

tornavam o trabalho de pesquisar sempre agradável. Aos funcionários dos Arquivos, sempre prontos para atender nossas solicitações.

Agora, aos amigos mais antigos, se é que existe esse conceito, e que de formas diferentes contribuíram para a construção desse trabalho. A Bruna Pedrosa, primeira a dar suporte quando ainda no início do curso em História precisávamos, e que se hoje está longe é por que sempre está brigando para realizar os seus sonhos, abraços. A Murilo Alchorne, amigo da graduação e hoje no mestrado em sociologia da UFPE, que tentou sempre refrear a falta de controle do amigo na hora da escrita, não fugindo as críticas quando necessárias. A Antonioni Martins, amigo para todos os momentos e sempre disposto a conversas amenas ou não, abraços; Odomiro Fonseca, amigo para se levar sempre na memória e no coração, abraços. A Daniel Duarte que mesmo longe pela correria da vida continua presente em nossas discussões. A Talita, Ricardo, Hugo e Tiago Perez, David, Priscila, Michele, Carlos, Manuela, Juliana, Ligia, Roberta, Rodrigo, Juliana e outros, perdoem a falta de memória, que tornaram a graduação em história um prazer à parte com suas presenças.

A Janaina Guimarães, parceira que nos auxiliou no início desse caminhar, e que dentro do universo da história foi sempre amiga e confidente. E que sendo muitas vezes confusa essa caminhada acabamos nos desencontrando, mais que no futuro possamos manter essa amizade, e guardo com carinho todo o passado vivido. E que a sua perseverança em acreditar nesse trabalho foi um incentivo para todos os momentos que sentia que ia falhar abraços.

E, finalmente, a família estes sim os que sempre agüentaram todas as raivas e frustrações quando existiram e, vibraram com as conquistas quando aconteciam. A meu pai, Luciano Moura, e a minha mãe, Ana Guedes, a eles dedico todo meu amor, e que não tenho palavras para agradecer pelo suporte constante. Aos meus irmãos, Fernando Moura e Luana Moura, que me viam sempre tenso e preocupado mais nunca deixaram de acreditar que um dia acabaria em algo. E a mais nova integrante da família, que com certeza deve ter sentido muito a minha falta, a minha filha Camila Guimarães Moura, que com toda convicção terá uma personalidade incrível e que dia após dia se mostra mais forte para enfrentar esse mundo.

Enfim, aos parceiros e parceiras que passaram pelo meu caminho nos ajudando de alguma forma na construção desse trabalho e no aprendizado na vida, agradeço a todos pela amizade e companheirismo que sempre encontrei quando precisei.

RESUMO:

Este trabalho aborda o tema da campanha eleitoral de 1945. E na busca de construir a campanha eleitoral desse ano, trabalha com as perspectivas utilizadas pelos detentores do poder naquele período de redemocratização, na tentativa de perceber como essa elite política, forjada pelo golpe de 1937 procurou se manter no poder. E como os opositores do regime tentaram em algumas situações se aproveitar para diante da sociedade mostrar a necessidade de mudança, e nessa disputa pela opinião pública, qual a proposta vitoriosa e quais os meios utilizados. Esse trabalho tem como espaço geográfico o Estado de Pernambuco, e como personagens suas elites políticas discursando e construindo uma aparente democracia que aqui procuramos analisar nas suas tramas cotidianas.

Palavras-chaves: Redemocratização, Pernambuco em 1945, Eleição.

ABSTRAC:

This work deals with the election campaign of 1945. And in seeking to build a campaign that year, working with the perspectives used by those in power in that period of redemocratization, trying to understand how the political elite, forged by the coup of 1937 sought to remain in power. And the opponents of the regime tried to take advantage in some situations to show the face of society need to change, and that dispute by the public which the winning proposal and what the means. This work has a geographic area the state of Pernambuco, and its political elite discourse and building a democracy that we apparently consider looking at their everyday frames.

Key-words: Redemocratization; Pernambuco in 1945, Election

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	1
Resumo/ Abstract.....	4
Introdução.....	6
CAPITULO I: O ESTADO NOVO E A TRANSIÇÃO DE 1945.....	12
• O Estado Novo em Pernambuco 1937-1945.....	14
• As Transformações Políticas na Economia de Guerra.....	24
• “PARA BREVE, UM GRANDE CIRCO”.....	36
CAPITULO II: “LIVRES AS ELEIÇÕES E A PROPAGANDA”.....	45
• As próximas eleições.....	47
• O conflito de 3 de março de 1945.....	57
• A Política na Época do Vice-Rei.....	71
CAPITULO III: OS CANDIDATOS.....	79
• As Candidaturas Majoritárias.....	80
• A campanha eleitoral e o candidato da ‘Maioria’.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
BIBLIOGRAFIA.....	98

INTRODUÇÃO

No dia 2 de dezembro de 1945, ocorreu a votação que determinou o final da campanha eleitoral para a escolha do presidente do Brasil e dos responsáveis pela nova constituição do país. Nesse pleito, o candidato vitorioso ao cargo majoritário foi o General Eurico Gaspar Dutra,¹ integrante do Partido Social Democrático (PSD) e ex-Ministro da Guerra durante o Estado Novo. Essa eleição marcou o início de um período da História Política do Brasil que ficou comprimido entre duas ditaduras: o Estado Novo e a Ditadura Militar de 1964. Ressalte-se ainda que os anos que as separam registram significativas transformações na economia, na cultura, na política etc. É a construção da transição entre a ditadura Vargasista e a nova democracia, em Pernambuco, o tema central dessa dissertação.

Essa passagem, do Estado Novo para o período democrático, deu-se em Pernambuco de forma muito imbricada com os acontecimentos internacionais e nacionais. O ano de 1945 constituiu-se como um marco em vários aspectos, entre os quais, pode-se destacar: o término da Segunda Grande Guerra Mundial; a derrota dos modelos nazi-fascistas; a perda, em âmbito nacional, de apoio a Vargas; e o início da publicização, na mídia impressa, de reportagens tendo como foco a temática da eleição. Com o passar dos meses, a campanha a favor da redemocratização vai adquirindo fôlego e a perspectiva real de uma transição provoca o ressurgimento, na mídia impressa, em todos os Estados, de matérias cujo conteúdo repercutia a política, “*Os jornais locais continuam a ocupar-se unicamente dos assuntos políticos referentes às eleições. O Jornal ‘Folha Vespertina’ abre sua primeira página com um grande título ‘Fuma a cobra na Itália, enquanto os galos cantam no Brasil’*”.² Nota-se aí que as indagações a respeito de uma possível transição do poder político traziam, para o centro das discussões, um tema até então controlado e silenciado pelos agentes do Estado.

As eleições do período republicano tinham como exemplo, até aquele momento, duas situações bem distintas: a primeira concerne à República Velha, período mais longo e delimitado por eleições que se decidiam a partir dos chefes locais – apoiados pelos grandes chefes políticos –, refletindo, assim, uma reciprocidade de influência.

¹ VALE, Osvaldo Trigueiro do. **O general Dutra e a redemocratização de 45**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

² Fuma a cobra na Itália, enquanto os galos cantam no Brasil. **Folha da Manhã**. Recife, 27/02/1945. edição matutina. p.2. APEJE.

Embora houvesse a presença de um órgão distinto com o poder de regular, inclusive, as eleições de 1945 – como o Tribunal Eleitoral, fundado na década de 1930 e com a atribuição precípua de fiscalizar os partidos e os eleitores –,³ o controle eleitoral por parte do Estado era quase nulo e as possibilidades de fraude durante o processo de votação eram constantes. A segunda situação é posterior à revolução de outubro (1930) e revela um período marcado por uma eleição (a de 1934), que servirá de base para a de 1945.

A representatividade da votação ocorrida em 1945 se confirma por diversas razões. Entre elas pode-se apontar: a atuação do Tribunal Eleitoral; a instituição do voto feminino (1932); a obrigatoriedade do voto – implantado com o Código Eleitoral de 1932 e transformado em norma constitucional a partir de 1934; a participação do Partido Comunista brasileiro – este partido, mesmo tendo sido fundado em 1922, só consegue ter assegurada a sua presença em uma campanha eleitoral no ano de 1945, entretanto, dois anos depois, tem a sua participação interrompida; e, não menos significativa, é a razão de os trabalhadores poderem participar como figuras importantes nesse momento de redemocratização.⁴

A construção dessa campanha e os confrontos por ela gerados fazem parte de uma história política que busca manifestar uma outra abordagem quanto aos conflitos iniciados no ano de 1945. Em trabalhos recentes,⁵ novas discussões a respeito dos trabalhadores e de suas relações com a campanha daquele ano vão sendo colocadas, e novas questões – relativas aos partidos, aos eleitores, à sociedade etc. – vão surgindo. Esses trabalhos não só vão incluindo em suas investigações novas fontes, mas também diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Com elas a história política vai se transformando, aglutinando conhecimento, buscando, em outras áreas, métodos e técnicas, como na ciência política, parceira habitual em diversas pesquisas com temáticas políticas, a antropologia que auxilia nos estudos dos partidos políticos e suas relações com seus eleitores, como se formavam seus quadros, a quem representavam e como se consolidavam com suas práticas políticas.

³http://www.tse.gov.br/institucional/biblioteca/site_novo/historia_das_eleicoes/capitulos/criacao_justica/criacao.htm. Acessado em 01/02/2009.

⁴ ALEM, Silvio F. **Os Trabalhadores e a “redemocratização”** (Estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da Guerra e Pós-Guerra imediato). Dissertação de mestrado- IFCH-Unicamp, Campinas, 1981

⁵ Ver: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano V.3, O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

Aos problemas eleitorais de uma busca em relação às problemáticas desse período específico da vida política brasileira, uma História Política⁶ mais ampla foi se esboçando nos últimos anos, dentro da pesquisa histórica e, dessa ampliação na forma, existe a possibilidade de aumento dos objetos, colaborando para que possamos alargar nosso conhecimento em relação à construção da política dentro da sociedade brasileira e mais especificamente na sociedade pernambucana.

Ao buscar compreender a eleição de 1945 e ressaltar a importância desse ano para a história política nacional, trabalharemos com questões que foram postas em relevo naquela situação. Na tentativa de defenderem posições políticas, a luta de quem ocupava o governo se fez tentando mostrar as suas realizações e as conquistas de seu período, enquanto que aos opositores restava a confrontação.

Estas relações entre os representantes do poder e seus opositores resultaram em vasto material para o trabalho do historiador. Como as páginas dos jornais, ou os arquivos da polícia política que mesmo se mantendo menos atuante, tentou acompanhar os acontecimentos eleitorais que expandiam seu alcance na sociedade levando a um crescente debate e aumentando a produção de documentos por esses órgãos.⁷ As biografias sobre os principais personagens aquele momento também revelam como muitos deles atuavam dentro do Estado e como se relacionavam na procura de se manter no poder. As variedades de informações produzidas no período são capazes de auxiliar nessa busca de alcançar as possibilidades de construção da eleição naquele ano.

As recentes publicações de pesquisadores como Jorge Ferreira - ilustram bem esse alargamento nos estudos sobre 1945 - que vem analisando e divulgando coletâneas a respeito da diversificação de objetos e métodos dos acontecimentos ocorridos no período do pós-guerra, abordando novas perspectivas para se manusear com os eventos existentes naquele movimento de redemocratização. Como também as controvérsias a respeito do PTB,⁸ partido que foi fundado durante as discussões sobre as eleições, e que em certas situações caminhou junto ao movimento queremista, movimento este que teve como metas: a manutenção de Getúlio Vargas no poder e a defesa de sua política trabalhista.

⁶ RÉMOND, René (Org.). **Por uma História política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

⁷ REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

⁸ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945/1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

E nessa busca de se construir a passagem do governo Vargas para a democracia de 1945, como ocorreu essa transição em Pernambuco. Os conflitos abordados nesse trabalho são representativos das turbulências existentes naquele ano com relação ao futuro político do país.

Ao trabalhar com um momento de transição entre regime político, como foi o caso de 1945. Uma mudança de regime autoritário, que procurou de varias formas controlar a sociedade brasileira: proibindo a existência dos partidos políticos, controlando a liberdade de expressão, o livre culto, numa tentativa de construir um novo Brasil, e um novo cidadão,⁹ e que se via forçado a discutir como se faria a passagem para uma situação que se avista como de maior liberdade política, maior abertura no governo com a participação dos eleitores, e conseqüentemente a formação de partidos políticos, e de uma sociedade mais livre. Esses eventos provocam uma pressão por parte da oposição, que se colocou contra o Estado de exceção que existia, e que tentou mostrar a todo o momento, quanto autoritário era o governo do Estado Novo, confrontos com o presidente e seus aliados foram constantes naqueles meses.

Esses episódios adquirem na campanha local conotações próprias. As relações entre as agremiações políticas e a população de Pernambuco foram divulgadas pelos jornais em circulação no Estado. Os conflitos entre oposição e situação ocorreram com mais força na cidade do Recife e foram transformados em uma torrente de críticas contra os governantes locais.

O presente trabalho busca compreender a eleição de 1945 e tenta focar a ideia de como se constrói uma eleição em um período de transição de um regime excludente cuja participação política ativa e direta é baixa, bem como discutir uma abertura dos meios de comunicação com uma redução da censura. A campanha eleitoral brasileira do pós Estado Novo se configura dessa maneira. Temos uma rápida abertura em que o Estado vai atenuando sua censura em relação aos meios de comunicação, assim como ocorre um fortalecimento em relação aos partidos e uma melhor discussão em torno das demandas políticas da sociedade. Contudo, existia uma fonte de poder muito forte e que se inclinava a usar a força extra-eleitoral para exigir suas vontades. Essa força era

⁹ LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Papyrus, 1986.

representada pelos militares que, aliados a uma parcela dos políticos, tiraram Vargas do poder,¹⁰ utilizando, entre outros argumentos, a defesa da futura democracia.

O ano de 1945 não foi o início do período populista, defende Jorge Ferreira. Neste ano, existiu uma maior abertura para se discutir política e, se os trabalhadores perceberam em Vargas um aliado, é por que ainda existia uma forte ligação entre o chefe do executivo nacional e esses trabalhadores. A realidade dos empregados havia se transformado e era inegável a melhora ocorrida nas condições de vida desses trabalhadores: “*Para os trabalhadores, Vargas, por suas realizações e atitudes ao longo dos 15 anos na presidência da república, tornara-se um mito*”.¹¹ A campanha queremista é um desses casos em que os pensamentos elitistas de ambos os lados majoritários vão combater. Em Pernambuco, tanto o *Diário de Pernambuco* como a *Folha da Manhã* observavam, de forma suspeita, esse movimento.

As agitações políticas em Pernambuco provocaram alguns incidentes nas ruas, mas também levaram para as páginas dos jornais uma série de conflitos entre oposição e situação. É a respeito dessas questões que trataremos neste trabalho. Para isto, organizamos as discussões, coletadas da documentação e bibliografia, para serem apresentadas nesse trabalho em três capítulos, assim distribuídas:

No primeiro capítulo, analisamos o contexto político, e, nessa tentativa de análise, procedemos a uma discussão sobre a política de construção do Estado Novo em Pernambuco, bem como os conflitos gerados entre os quadros políticos daquele momento. Discutimos também as transformações que ocorrem quando da entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra, buscando enfatizar as transformações políticas em direção à abertura do regime. Terminamos o capítulo, debatendo a questão da redemocratização que se aproxima.

No segundo capítulo, tentamos apresentar como ocorre a divulgação das eleições e como a oposição e a situação tratam de irradiar essa possibilidade. Debate-se também a questão dos conflitos entre os jornais *Folha da Manhã* e *Diário de Pernambuco*, com relação a dois assuntos: a morte de Demócrito de Souza Filho e o retorno de Carlos de Lima Cavalcanti. Esses dois pontos são relevantes pelas discussões que provocam, mostrando que, naquela situação, não havia mais um controle tão forte, já que a

¹⁰ SILVA, Helio. **1945 Por quê depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira S.A. 1976.

¹¹ FERREIRA, Jorge. Op.,Cit.,,2005. p.41

suspensão imposta ao *Diário de Pernambuco* não impediu que outros jornais saíssem em defesa da apuração dos fatos, a mudança tinha se iniciado e não parecia ter volta.

No terceiro e último capítulo, apresentamos a vitória do candidato da maioria, como se deu a formação de sua campanha, o que ocorreu em Pernambuco e como foi divulgada a campanha existente entre esses dois grupos políticos nos dois principais jornais do Estado.

O ESTADO NOVO E A TRANSIÇÃO DE 1945

À proporção que os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) eram derrotados pelos exércitos dos países Aliados, a derrocada dos sistemas totalitários se tornava mais evidente e, ao mesmo tempo, sedimentava-se uma forte propaganda em prol das liberdades democráticas. No Brasil, o governo mostrava sinais de exaustão, e a notícia de que os Estados Totalitários estavam desmoronando e sendo acudados pelas forças aliadas contribuía, significativamente, para que as discussões a respeito da modificação do regime político nacional e da possibilidade de um retorno à democracia estivessem presentes na ordem do dia, uma vez que “*o Estado Novo, sobretudo no segundo semestre de 1944, dava mostras de esgotamento político*”¹². Esse esgotamento político vai alcançar o apogeu em 1945, quando ocorre a confluência de diversos fatores internos e externos, provocando as eleições: “*Sem o apoio dos altos escalões das Forças Armadas, cindido o grupo que cercava o Palácio do Catete e com a derrota dos fascismos na Europa, Vargas, No início de 1945, perdeu a base de sustentação de seu poder e, portanto, as condições políticas para continuar na presidência da República*”.¹³

Em Pernambuco, como veremos, as discussões relativas à transformação política do país marcaram uma reordenação das lideranças políticas do Estado. A iminência de uma campanha eleitoral, em 1945, pôs em confronto dois grupos políticos: o grupo, até então no poder, e que tinha na figura de Agamenon Magalhães¹⁴ seu representante mais forte; e as Oposições Coligadas, grupo que vai se formando em torno do *Diário de Pernambuco*. As divergências de posicionamento, concernentes ao processo de redemocratização e à forma como este processo deveria ser efetivado, era um dos desacordos que permeavam esses dois blocos políticos. No tocante à democratização do país, os participantes do lado mais radical eram, em sua grande maioria, aqueles políticos afastados do poder quando da instauração do governo Vargas, em 1930, ou durante o período do Estado Novo.

¹² FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In. FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano V.3, O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p16.

¹³ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.p.22

¹⁴ Sobre Agamenon Magalhães ver: PANDOLFI, Dulce Chave. **Pernambuco de Agamenon Magalhães consolidação e crise de uma elite política**. Fundação Joaquim Nabuco editora massangana.1984.

Em Pernambuco, a atuação e a chegada de Agamenon Magalhães se deveram à saída de Carlos de Lima Cavalcanti do poder na condição de interventor federal. Quando os rumos políticos do país pareciam convergir para a queda do Estado Novo, este político pernambucano retorna para participar do pleito, provocando uma acirrada campanha nos jornais em circulação no Estado. A disputa gerada entre essas duas personalidades da política pernambucana foi um entre os diversos embates existentes no momento de democratização do país.

Para compreendermos, contudo, os acontecimentos que se precipitaram em 1945 – marcando assim o limite do período estadonovista – faz-se necessário, em alguns momentos, retornar ao período anterior a fim de delimitar as motivações políticas mais radicais que viriam surgir naquela ocasião. É procurando entender a conjuntura política construída em 1945 que recuaremos ao Estado Novo, fase da política nacional notabilizada pela radicalização das posturas políticas, pela censura de opiniões e pela vigilante atuação da polícia política. Desse modo, podemos dividir o período conhecido como Estado Novo em duas etapas: uma que tem seu início imediatamente com o golpe e cuja marca é a defesa de um novo projeto para o Estado; e a outra que se estabelece e se consolida a partir de 1942, momento em que ocorre a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial,¹⁵ fato este que vai transformar o ambiente institucional do país com modificações na sociedade, na cultura, na economia e na política da nação.

Os anos seguintes à entrada do país na guerra foram marcados por uma série de acontecimentos de caráter econômico e político, como, por exemplo, a crise econômica que abalaria todo o país e a reorganização no alto escalão do governo com troca de ministros e chefes de órgãos importantes. Em Pernambuco, esses eventos podem ser percebidos por uma diminuição no patrocínio, promovido pela interventoria, às festividades estabelecidas no calendário nacional; pelos constantes noticiários jornalísticos, relevando a necessidade de se controlar o aumento no preço dos produtos e, assim, combater a carestia de vida. É a partir dessa conjuntura que observaremos surgir o fortalecimento de uma opinião pró-democracia, com a escolha de representantes do governo pelo povo, tentando minar, dessa forma, a manutenção de uma ditadura que já perdurava por oito anos.

¹⁵ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro. Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2002. p.66.

O Estado Novo em Pernambuco

As mudanças, sucedidas com a chegada do grupo liderado por Vargas ao poder do executivo nacional, modificaram as relações existentes na política até então. As questões que levaram à eclosão da Revolução de 1930 e as dificuldades advindas desse fato provocaram reviravoltas constantes até 1937, quando os defensores da revolução vislumbraram, finalmente, a consolidação de um projeto de renovação do Estado.¹⁶ Ao se anunciar a implantação do novo regime político no país, em 10 de novembro de 1937, a população estava se preparando para eleições, e os candidatos e os partidos tiveram que adiar seus planos. Ressalte-se que o Estado Novo propunha uma nova formatação à constituição de 1934, constituição que veio posterior ao conflito da revolução constitucionalista de São Paulo em 1932.¹⁷ As regras, definidas no Código Eleitoral, continham algumas inovações, tais como a participação feminina e a supervisão de todo o processo feita pelo Tribunal Eleitoral. As justificativas para o desencadeamento do golpe de 1937 são muitas, entretanto há de se destacar o papel significativo que duas delas tiveram nos anos antecedentes ao golpe: o comunismo e o integralismo.

A postura assumida pelo governo em relação à questão do comunismo foi relevante para construir determinadas bases ideológicas na sociedade, pois as forças governamentais ganharam robustez em função dos acontecimentos de 1935. O levante comunista ocorrido em 1935, conhecido como a Intentona Comunista, serviu como um catalisador para que as forças políticas mais reacionárias se aglutinassem em torno de Getúlio Vargas, mas não só elas responderam com apoio ao então presidente. O receio de que os comunistas viessem a ter sucesso numa tentativa de golpe deixou espaço para que o terror anticomunista fundamentasse o endurecimento do sistema político.¹⁸ Assim é que o ambiente político brasileiro, a partir de 1935, vai se transformar e a grande mídia divulgará, por um lado, possíveis atos cometidos pelos partidários do comunismo,

¹⁶Sobre essa questão podemos citar Francisco Campos, um dos principais defensores do modelo implantado em 1937, que em seu livro *O Estado Nacional*, defende que o Estado Novo foi um momento onde a atitude séria dos que conduziam o país, controlaram a situação e restabeleceram a ordem. Ver: Campos, Francisco. **O ESTADO NACIONAL**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: senado federal, conselho editorial, 2001.

¹⁷Sobre a Revolução Constitucionalista de São Paulo ver: CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932**: a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981

¹⁸MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Primeiro Governo Vargas (1935-1937) da intentona ao golpe**. In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.) **DEMOCRACIA E DITADURA NO BRASIL**. Rio de Janeiro :Eduerj,2006.p.49.

enquanto o governo fará valer, por outro, a sua própria versão para os fatos, “*Procurava-se mobilizar a sociedade contra os comunistas por meio da advertência de que, se não fossem detidos, cometeriam de novo as supostas vilezas praticadas em 1935*”.¹⁹ As medidas anticomunistas tomadas pelo governo visavam, conforme os aliados do então presidente da república, a apenas uma finalidade: garantir a paz e a estabilidade.

O país precisava se recuperar do abalo sofrido com a Intentona Comunista e, para que isso viesse a ocorrer, era necessário fechar a Aliança Nacional Libertadora (ANL),²⁰ identificar os inimigos da pátria e levá-los a julgamento. As medidas de caráter punitivo, resposta ao levante de 1935, fizeram com que o poder do executivo federal adquirisse poderes na relação de forças com o legislativo. Assim é que, à proporção que Vargas mostrava eficiência no controle dos comunistas, o congresso dava-lhe apoio ao aprovar as leis necessárias para que se pudessem incriminar os “inimigos” da pátria.

A interação entre o executivo federal e o congresso era tanta que ensejou a criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo²¹ (CNRC), órgão ligado ao Ministério da Justiça e responsável por localizar possíveis inimigos da pátria, na maioria comunistas que estivessem conspirando, e os averiguassem.

O momento era de radicalização, tanto no plano político nacional quanto no internacional; as influências advindas da Alemanha e Itália já provocavam ressonâncias aqui no Brasil. Um exemplo que pode ilustrar, de forma significativa, esse momento histórico diz respeito à existência e à atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB).²² De caráter nacionalista, a AIB – fundada em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado – possuía uma estrutura centralizada e uma forte capacidade de controle sobre os seus filiados, além de estar disseminada em todo o território nacional, inclusive em

¹⁹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo, Perspectiva: FAPESP, 2002.p76.

²⁰A Aliança Nacional Libertadora (ANL) como ficou conhecida foi um partido que teve uma forte atuação nos anos pós-constituição; agrupava-se nesse movimento forças consideradas mais a esquerda, e tinha na figura de Luis Carlos prestes como presidente. Ver: VIANNA, Marly de Almeida G. **O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935**. In. FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano.V. 2**. O Tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. p.63.

²¹MOTTA, Rodrigo Patto Sá., **O Primeiro Governo Vargas (1935-1937)** da intentona ao golpe. In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.) Op., Cit. p.49-65.

²²Sobre a Ação Integralista Brasileira ver: TRINDADE, Héglio. **Integralismo** o fascismo brasileiro na década de 30 . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

Pernambuco.²³ Após os acontecimentos de 1935, este movimento vai ganhar força e crescer consideravelmente e o apoio da AIB às atitudes tomadas por Vargas já sinalizava para a propagação da idéia de que o Estado precisava de uma autoridade forte naquele momento.

A expansão da AIB, contudo, foi acompanhada com cautela pelos representantes do poder, uma vez que a ascensão do movimento integralista viria a provocar certo receio na base governista. A respeito desse crescimento, assim se posicionou o interventor da Bahia, Juracy Magalhães:

O movimento integralista criou muita força no Brasil, expandindo se na Bahia de maneira relativamente fácil, porque conseguiu reunir os opositoristas. Para meus adversários mais combativos, por exemplo, o caminho mais fácil era aderir à AIB, e este fato acabou me tornando o governador que mais aguerridamente lutou contra os integralistas.²⁴

Essa conduta não foi um ato isolado de um interventor a perseguir seus adversários, pois o governo central também se pautara por criar mecanismos que objetivavam acompanhar o desenvolvimento e a atuação da AIB, embora esse procedimento não fosse oficialmente declarado, conforme defende a historiadora Giselda Brito Silva: “A *posição de Getúlio contribuía para essa idéia, porque, publicamente, ele negava que vigiava e até que perseguia integralistas em seu governo, pois isso iria parecer contraditório com a utilização dos integralistas no combate a outros inimigos*”.²⁵ A possível simpatia nutrida pelo governo em relação aos integralistas seria abalada com os constantes relatos de perseguições e prisões de integrantes da AIB: “os documentos produzidos pela DOPS, com data anterior a 1937, são representativos de uma situação instável para os integralistas”.²⁶ Essas perseguições dariam origem, em 1938, à tentativa de golpe encetada pelos integralistas,

²³Sobre a Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (AIB-PE) ver: SILVA, Giselda Brito. **A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco** (A.I.B-PE): 1932-1938. dissertação de mestrado apresentada ao programa da UFPE.1996.

²⁴MAGALHÃES, Juracy. **Juracy Magalhães Minhas memórias provisórias**: depoimento prestado ao CPDOC/ coordenação de Alzira Alves de Abreu, Eduardo raposo Vasconcelos e Paulo César Farah. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982.p.97

²⁵SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da Suspeição contra a Força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco**. Recife. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2002.p133.

²⁶ Idem.

o que contribuiu não só para o fechamento da AIB, mas também para o fim de uma organização repleta de ritos e símbolos.²⁷

As dificuldades advindas do levante comunista de 1935 refletirão, também, nas administrações das interventorias. Em Pernambuco, local em que ocorreu um dos focos revolucionários, seu interventor sofrerá com determinadas insinuações quanto à sua postura perante o desenrolar do conflito. Relativamente à atuação de Carlos de Lima Cavalcanti, durante os acontecimentos ligados à Intentona, um inquérito foi aberto contra ele no Tribunal de Segurança Nacional (TSN), tendo Etelvino Lins, futuro Secretário de Segurança Pública de Agamenon Magalhães, participado como testemunha durante o processo. Nesse momento, ocorria uma interrupção na relação entre o interventor e o ministro do Trabalho, como relembra Etelvino: *“Estando Agamenon rompido, politicamente, na época com Lima Cavalcanti, fui encontrá-lo, naquela tarde em sua residência, um tanto impressionado ante a verossimilhança dos indícios argüidos na denuncia ao tribunal de segurança. Notadamente o de que teria o governador ido a Rússia, na sua viagem ao exterior”*.²⁸ A situação exigia posicionamentos firmes de modo a não criar margens à ambiguidade. Assim é que denúncias, como a citada, colocavam em risco a atuação política do interventor federal em Pernambuco, ao mesmo tempo que abriam caminho para que seus inimigos políticos adquirissem força.

A disputa entre Agamenon Magalhães e Lima Cavalcanti se agravará, provocando, inclusive, uma dissidência na bancada pernambucana nas câmaras federal e estadual: *“Na câmara Federal, dos 15 deputados pernambucanos, 11 ficam ao lado do governador e apenas quatro permanecem com Agamenon. Dentre os 27 estaduais, somente cinco se posicionam ao lado do ministro do trabalho”*.²⁹ Os embates entre o então Ministro do Trabalho e o Interventor pernambucano se tornariam cada vez mais frequentes. Ainda que não oficial no primeiro momento, o posicionamento de Lima Cavalcanti a favor de um processo eleitoral e de uma candidatura liderada por José Américo de Almeida, contrariavam as intenções do governo federal, servindo para sedimentar a posição do interventor pernambucano e a do Ministro do Trabalho em

²⁷CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **INTEGRALISMO: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)**. Bauru, SP: EDUSC,1999.

²⁸ LINS, Etelvino. **Um Depoimento Político** Episódios e Observações. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro. p. 16.

²⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves **Pernambuco de Agamenon Magalhães** consolidação e crise de uma elite política. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Recife. 1984.p. 45.

campos opostos. E esse argumento foi decisivo para a ruptura política entre esses dois líderes pernambucanos, como defende Dulce Chaves Pandolfi:

A alegação de convivência com o comunismo passa a ser a grande arma utilizada pelo governo central para enfraquecer o governador pernambucano. Entretanto, a questão maior, embora não aparente, era o seu posicionamento diante do problema da sucessão presidencial e dos próprios rumos que gradativamente iam sendo assumidos pela política brasileira.³⁰

A existência de uma força política capitaneada pelo então interventor federal pernambucano passa a ser minada com o agravamento da situação política nacional. As discussões em torno da sucessão presidencial tendiam a tomar um rumo centralizador cada vez mais intenso, e a campanha eleitoral se afigurava como um entrave cuja solução se tornava imprescindível. O oficial apoio à candidatura de José Américo de Almeida pôs o interventor pernambucano novamente em rota de colisão com o poder central. Cabe ressaltar que o posicionamento a favor de uma continuidade pelo voto e em defesa da constituição não se constituía um ato exclusivo do interventor pernambucano. Esta tomada de posição encontrava respaldo em outros interventores, como rememora Juracy Magalhães: *“Eu, Flores da Cunha, Benedito Valadares, Armando de Sales e Lima Cavalcanti, quase todos amigos do dr. Getúlio, iríamos ao presidente e exporíamos o nosso pensamento, de que chegara a hora de um nome para substituí-lo”*.³¹ Entretanto, os interventores que se colocaram à margem dos rumos políticos que o país tomava, foram sendo, um a um, alijados do poder. Assim, quando o Estado Novo eclode em 1937, Juracy Magalhães é afastado da interventoria na Bahia. Em Pernambuco, Lima Cavalcanti também tem sua deposição sacramentada, gerando um ambiente propício para que *“Sob a liderança de Agamenon Magalhães, se [reestruturasse] a vida política pernambucana”*.³² Ao assumir a liderança do Estado como novo interventor federal, Agamenon contava com um bom trânsito nos meios políticos da capital federal e uma proximidade pessoal com o presidente.

Em determinados momentos, a boa relação com o poder na capital do país acabou favorecendo a administração de Agamenon, como se pôde verificar com o suporte recebido para a re-estruturação do Estado e da capital, a cidade do Recife, que

³⁰ Idem. P.45.

³¹ MAGALHÃES, Juracy. Op., Cit.,p.100.

³² PANDOLFI, Dulce Chaves. Op.cit.p.47.

viria a ser cenário de uma série de transformações urbanas.³³ Buscando consolidar seu papel de líder político, o novo interventor procurou imprimir sua marca, tornando sua interventoria uma das mais emblemáticas do período ditatorial e, por conseguinte, exemplo para as outras interventorias. O governo sob o comando de Agamenon vai ser palco de grandes mudanças.

Empenhando-se na construção de uma conjuntura que viesse a favorecer o papel do Estado Novo em Pernambuco, Agamenon não economizaria na propaganda³⁴ e na vigilância. Em relação a essas atividades, o interventor se pronunciaria com certa frequência e, para cuidar da divulgação das realizações do seu governo, pôs em circulação o jornal *Folha da Manhã*. Já no que diz respeito à segurança, à manutenção de um controle mais forte sobre a população e sobre os que se posicionavam como opositores, Agamenon indicou Etelvino Lins, um homem de sua inteira confiança, para a Secretaria de Segurança Pública. Assim é que a propaganda e a segurança viriam a se constituir como dois pilares da administração agamenosiana no estado.

A ligação entre a *Folha da Manhã* e o interventor era tanta que ele se comprometia a escrever quase que diariamente: “*Escrevia em linguagem simples e direta sobre os mais variados temas: cultura, política, problemas administrativos*”.³⁵ Essa proximidade com o povo e sua preocupação em doutrinar expressavam uma perfeita sintonia com o projeto esboçado pelo governo central.

A face mais manifesta dessa necessidade de criar uma empatia com a população, doutrinar e, ao mesmo tempo, controlar as informações era representada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Órgão criado por decreto presidencial (decreto-lei nº 1.915) em dezembro de 1939, o DIP possuía a atribuição de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares, bem como atuar como um grande filtro cujo propósito seria promover uma padronização das notícias por meio da centralização, coordenação e orientação da propaganda:

Os objetivos principais do DIP eram ‘centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna e externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos

³³ PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos**: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950. Recife. Ed. UFPE. 2001.

³⁴ ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP 2001

³⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves. Op.Cit.p.52.

ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessava a propaganda nacional'.³⁶

Por se tratar de uma das ações prioritárias para as pretensões do governo nacional, o controle sobre a imprensa – por meio do DIP – precisaria ser executado por alguém cuja proximidade com o presidente não deixasse margens a equívocos e levasse a cabo a tarefa proposta. Este homem viria a ser, no primeiro momento do Estado Novo, o sergipano Lourival Fontes.³⁷

Como chefe do DIP, ele vai profissionalizar o controle do Estado em relação aos diversos meios de informação. Na condição de grande relações-públicas do Estado que concentra e controla tudo que deve ser divulgado, Lourival Fontes vai lutar para conquistar a primazia na hora de divulgar as notícias do governo. Dentre as ações realizadas, pode-se pontuar a fundação de departamentos estaduais, os DEIPS, cujo objetivo precípuo seria reproduzir, nos estados, a função exercida pelo DIP. Em Pernambuco, todavia, a implantação desta estrutura de controle vai demorar um pouco.

É, tomando como referência esse ambiente de controle exacerbado das informações e de divulgação da base ideológica do Estado novo que, em Pernambuco, Agamenon vai atuar. Tratados como preocupação máxima pelo interventor, a divulgação e o controle do que deveria ser propagado assumiram caráter de extrema relevância. Isso percutiu na relação com as forças de oposição, e estas passaram a ter sua atuação política cerceada de várias formas. O ex-interventor, Carlos de Lima Cavalcanti, viria a ser uma das vítimas dessa censura propositalmente orquestrada:

Em Pernambuco, o interventor efetuou esta censura até as últimas conseqüências. A perseguição contra Carlos de Lima Cavalcanti, dono dos jornais *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*, antecessor de Agamenon Magalhães no governo do Estado (1930-1937), tinha sempre a justificativa de que o mesmo não deveria voltar a dirigir seus jornais, pois de alguma forma 'tentaria' fazer oposição ao governo.³⁸

Fazendo uso de sua força política, Agamenon força o ex-interventor a tomar uma decisão. Diante de intensas pressões e censura, Lima Cavalcanti não tem outra saída a não ser aceitar o auxílio do governo federal e se retirar de Pernambuco para ocupar uma função diplomática, já que sua estadia só seria possível, se as condições impostas por

³⁶ SOUZA, José Inácio de Melo. **O estado contra os meios de comunicação** (1889-1945). São Paulo: anablume Fapesp, 2003.p.

³⁷ LOPES, Sonia de Castro, **Lourival Fontes: As duas faces do poder**. Rio de Janeiro, Litteris Ed., 1999.

³⁸ ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde. p. 174.

Agamenon fossem respeitadas: “o mesmo poderia voltar, desde que se restringisse a cuidar dos negócios referentes à Usina Santa Tereza, de sua propriedade, uma vez que isto era ‘atividade útil e pacífica’”³⁹. Segundo Juracy Magalhães, esta decisão tomada por Lima Cavalcanti foi uma das responsáveis pela perda de força política do ex-interventor. Isso fica patente, inclusive, quando o país volta a respirar o regime democrático: “[Lima Cavalcanti] retornou ao Brasil e elegeu-se deputado federal, mas nunca mais teve a força política anterior, pois o povo marca muito essas atitudes”.⁴⁰ O cargo sugerido a Lima Cavalcanti foi o de representar o Brasil no exterior, como embaixador. É necessário registrar que a saída do ex-interventor, embora trouxesse o abrandamento da situação política em Pernambuco, não foi o bastante, pois urgia buscar, como tarefa cotidiana, a legitimidade do regime. Nesse sentido, a *Folha da Manhã* passa a se configurar como uma das portas de contato entre o governo e a população.

Periódico de fácil acesso à população, a *Folha da Manhã* apresentava o valor de venda de seus exemplares muito aquém dos custos operacionais do jornal: “o governo reconhece o caráter não comercial da *Folha da Manhã*”,⁴¹. Os custos operacionais pareciam não ser importantes, uma vez que a relevância desse jornal residia na necessidade que tinha a interventoria de informar à população pernambucana o desenrolar dos acontecimentos tais quais eles surgiam, ou, pelo menos, assim era difundido:

Habilmente disfarçadas pelas máscaras da objetividade, da isenção e da simples reprodução da realidade, as notícias *Folha da Manhã* passavam aos seus leitores percepções sectárias do mundo, embora envidado fosse um esforço enorme para que exatamente o contrário fosse percebido.⁴²

Essa busca pela objetividade só era quebrada quando se fazia necessário defender as realizações do presidente Getúlio Vargas. A postura de franca defesa do presidente e de suas realizações se manteria até o final da ditadura. A força que o jornal do interventor detinha no Estado se devia muito à forma como o periódico era administrado.

A *Folha da Manhã* possuía, entre seus principais colaboradores, figuras de relevo na administração pública, e seus salários eram pagos pelos cofres da máquina

³⁹ Idem.

⁴⁰ MAGALHÃES, Juracy. Op., cit.p.105.

⁴¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. Op.,cit.,p.53.

⁴² NETO, José Maria Gomes. Op.,Cit.,p.40

estatal.⁴³ Jornal com menor valor entre os que circulavam no estado, era veiculado em duas edições diárias: a matutina “com 16 páginas, atendia às exigências de uma clientela elitizada”⁴⁴; e a vespertina que “era destinada a um público especial: os proletários e desafortunados”,⁴⁵. Buscando sempre se firmar perante os outros jornais em circulação no estado, passava a idéia de ser o mais moderno, abusando das imagens e das principais inovações técnicas que existiam nessa área.⁴⁶ Seu principal articulista era o próprio interventor que conseguia publicar suas colunas em outros jornais pelo país.

Durante o período do Estado Novo, a *Folha da Manhã* vai ser hegemônica, pois detinha relativa facilidade de impressão. O seu mais forte concorrente, o *Diário de Pernambuco*, cuja aquisição havia sido feita por Assis Chateaubriand,⁴⁷ não conseguia competir, visto que ele enfrentava as políticas de controle do DIP que, além de controlar o fornecimento de papel, cerceava as matérias jornalísticas contrárias ou que pudessem questionar as ações políticas do regime. A propaganda, uma das principais forças da interventoria pernambucana, só seria abalada com a entrada do Brasil na guerra, e, mesmo assim, esse abalo está sedimentado muito mais numa mudança de perspectiva, porque as propagandas estatais continuam, porém com outra finalidade: o conflito mundial.⁴⁸

O governo de Agamenon também foi forte em relação à segurança pública. A força policial será profissionalizada e uma estrutura de vigilância passará a ser posta em prática no Estado. Em Pernambuco, o Departamento de Ordem Política e Social, conhecido como DOPS-PE⁴⁹ era responsável por inúmeras prisões de elementos que não se enquadrassem no ideário de renovação do Estado. O chefe dessa nova estrutura de controle social viria a ser Etevíno Lins, homem que dispunha da confiança direta do interventor. Em livro de lembranças sobre sua vida pública, Etevíno se recorda bem do período em que esteve à frente da Secretaria de Segurança Pública do Estado e, a certa

⁴³ ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde. Op., Cit.

⁴⁴ Idem. p.169.

⁴⁵ Ibidem. pp.168-169.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ RIOS, Lêda M. R. C. **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial** – O Conflito Visto por um Jornal de Província. Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/ Mestrado em História, 1988.

⁴⁸ LEÃO, Karl Schurster. V. **A Guerra como Metáfora**: aspectos da propaganda do estado novo em Pernambuco (1942-1945).Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2008. disponível em <http://www.pgh.ufrpe.br/textos.html>.

⁴⁹ Sobre o DOPS-PE ver: SILVA, Marcília Gama. **O DOPS e o Estado Novo**: nos bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945). Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/ Mestrado em História, 1996.

altura de suas recordações, ele escreve acerca de uma medida que se viu impelido a tomar: como os jornais viviam, rotineiramente, a publicar notícias sobre homicídios, Etelvino Lins resolveu agir contra essas matérias, proibindo-as de serem veiculadas nos periódicos.⁵⁰ Tal medida pretendia, unicamente, evitar que esse tipo de crime fosse alardeado e utilizado como exemplo. Em outro ponto de suas memórias, o secretário relembra um episódio envolvendo Gilberto Freyre e se ressentido de ter provocado um conflito ao convocar Freyre a dar explicações sobre um artigo publicado no jornal. O artigo em questão mencionava um possível perigo à segurança interna do país. Conforme o próprio Etelvino, este fato foi um dos poucos em que ele reconhece ter havido certo exagero nas atitudes tomadas no período:

O Artigo do sociólogo não justificaria, reconheço hoje, longe da atmosfera e das tensões da época, a providência que tomei e que deve ser levada à conta de excesso de zelo por parte de quem, como eu, imaginava estar cumprindo com rigor os deveres de vigilância que se impunham contra a terrível espionagem que iria culminar no afundamento de navios nas costas brasileiras.⁵¹

A interventoria pernambucana era uma das mais leais ao ideário do Estado Novo. As alianças construídas dentro do Estado visavam proteger o governo e as deliberações políticas foram tomadas seguindo esse princípio. Para assegurar a proteção ao governo, determinou-se intensificar a aproximação com entidades com forte penetração popular, como a Igreja, por exemplo: *“o pacto entre Igreja e Estado concretizou-se sob a forma de uma nova ‘ordem simbólica,’ cristã, que tinha como objetivo legitimar o novo regime junto às massas”*.⁵² Vários investimentos visando à recuperação econômica do estado são feitos, a exemplo de campanhas como a Liga Social Contra os Mocambos, que se enquadrava nos ideários de higienização e modernização a que o Estado Novo se propunha e que buscava divulgar. Essa liga vai ser um dos focos de grande propaganda da interventoria, pois essa ação perpassava a derrubada dos mocambos, ao mesmo tempo que condizia com os projetos de urbanização da cidade e reestruturação da família como divulgava o governo.⁵³ Essas parcerias e campanhas focalizavam quase sempre a proteção do Estado e dos seus representantes, buscando, a um só tempo, a divulgação dos feitos do Estado e a

⁵⁰LINS, Etelvino. Op., Cit p.14

⁵¹ Idem. p. 28

⁵² ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde. Op., Cit. p.96.

⁵³ GOMINHO, Zélia de O. **Veneza Americana X Mucambópolis** – O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). Recife, CEPE, 1998.

doutrinação e o controle de parcelas da população que pudessem se insurgir contra o regime. O rumo desse governo, no entanto, passará a ser pautado pela entrada do país na guerra. A entrada do país no conflito bélico mundial influenciou e transformou as relações entre o Estado e a população, tendo o governo de lidar com as diversas dificuldades surgidas com a participação efetiva na guerra.

As transformações políticas na economia de guerra.

O ano de 1942 é o momento da entrada oficial do Brasil na Segunda Grande Guerra Mundial. Em Pernambuco, os anos que se seguiram foram marcados por uma reordenação na administração da interventoria. O conflito chegou à cidade do Recife não apenas pelas páginas dos jornais, mas também pela presença dos soldados estadunidenses e pelos procedimentos de defesa. A ocupação espacial pelas tropas aliadas e as atitudes de proteção contra possíveis ataques inimigos irão alterar, significativamente, a vida da população da cidade:

A cidade do Recife começou a ser vista e a se ver numa lógica nacional de defesa. Uma cidade dentre tantas outras da costa agora se torna ponto fundamental de apoio ao Estado de Beligerância e se vê ligada à insegurança trazida pela ameaça da guerra. Por outro lado, a guerra modificou as práticas cotidianas dos cidadãos recifenses.⁵⁴

A entrada do país na guerra e sua opção em ficar ao lado das tropas aliadas se configuram, talvez, como um dos grandes projetos de política internacional do governo Vargas. Política essa que se aproveitou do cenário mundial existente para tentar barganhar as oportunidades de negócios que por ventura pudessem surgir. Em alguns momentos, o governo central se aproximou dos países do eixo, da Alemanha principalmente, fornecendo os mais variados produtos: “*A Alemanha era o primeiro consumidor de algodão, fumo, borracha, couro e peles exportados pelo Brasil, além de ser o segundo de café*”.⁵⁵ Enquanto pôde, o governo brasileiro evitou ter que se decidir por um dos lados do conflito. A manutenção de uma postura isenta aos acontecimentos, na tentativa de desfrutar da situação internacional para fins comerciais, “*A neutralidade era vantajosa do ponto de vista comercial, e além disso, o governo brasileiro mostrava-*

⁵⁴ LEÃO, Karl Schurster. V. Op., Cit. pp. 61-62.

⁵⁵ ALVES, Vagner Camilo. Op., Cit., p.66.

se cauteloso, procurando observar o desenrolar dos acontecimentos”,⁵⁶ vai deixando pouco a pouco de ser interessante e o pêndulo segue na direção dos aliados, visto que, em determinados momentos, a política brasileira não era vista como favorável ao governo norte-americano. Contudo, quando este país sofreu o seu primeiro ataque, a pressão para que os outros Estados da América aderissem ao conflito passou a ser intensa.⁵⁷

O agravamento da crise no plano internacional e as pressões externas, advindos do confronto bélico na Europa levaram o presidente a ter de externar um posicionamento claro e definitivo, dirimindo toda e qualquer nuance de ambiguidade e neutralidade diante do conflito. Desse modo, Vargas termina com sua política de neutralidade, posicionando-se cada vez mais ao lado dos aliados e abandonando sua política de não-agressão. O confronto se apresentava, agora e de fato, como uma questão de meses, talvez dias. Os brasileiros passariam, então, a conviver com a guerra e não apenas a ler pelas páginas dos jornais. *“Não participar da confrontação não significava, entretanto, alienar-se. Por isso, desde o início das hostilidades o Diário procurou manter seus leitores informados, contratando serviços especiais e mantendo a postos todo o seu pessoal de redação e de oficinas”*.⁵⁸ Cabe observar que, antes da declaração oficial, muitos jornais da rede Associados, da qual o *Diário de Pernambuco* fazia parte, divulgavam o que se passava na Europa.

Nos instantes que antecederam a declaração oficial de guerra por parte do governo brasileiro, os possíveis aliados já contavam com a participação do país no combate contra os fascistas e já vinham planejando como o Estado brasileiro poderia auxiliar nesse conflito: *“Havia um ponto que considerava delicadíssimo e urgente – o aproveitamento e instalações de bases aéreas no nordeste”*.⁵⁹ Essa questão foi tratada entre o secretário de Vargas, Luís Vergara, e o general Amaro Bittencourt. Segundo o secretário, o general se mostrava apreensivo com a decisão que o governo brasileiro tomaria em relação ao conflito, uma vez que ele detinha informações de uma possível

⁵⁶ CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). **O tempo do Nacional-Estatismo**. Civilização brasileira. 1ª Edição - 2003, p.134

⁵⁷ O governo os Estados Unidos da América declarou guerra, quando sua base naval Pearl Harbor foi atacada pelos japoneses em 7 de dezembro de 1941.

⁵⁸ RIOS, Lêda M. R. C. OP., cit. p.140.

⁵⁹ VERGARA, Luis. **Fui secretário de Getúlio Vargas Memórias dos anos de 1926-1954**. Editôra Globo. Rio de Janeiro – Pôrto Alegre – São Paulo 1960. p 166-172.

‘invasão’⁶⁰ dos norte-americanos ao nosso território. A conversa sobre este ponto ocorreu, conforme Vergara, no ano de 1941.

O secretário de Vargas relata ainda que o presidente havia ficado ‘surpreso’ com essas declarações, posto que não havia sido comunicado a respeito das intenções do governo dos Estados Unidos da América (EUA) em relação ao Brasil: “*Não havia tido conhecimento de nada, nem dos relatórios secretos enviados ao Estado-Maior*”,⁶¹ cujo chefe era Góis Monteiro. A intenção dos EUA de persuadir os outros países da América a acompanhá-lo na declaração de guerra contra o Eixo foi exposta em uma reunião de chanceleres no Rio de Janeiro em 1942. De acordo com a historiadora Maria Aparecida de Aquino, “*A conferência recomendava a ruptura diplomática com a Alemanha, a Itália e o Japão*”,⁶² pois “*a agressão cometida contra os Estados Unidos constituía um ato de agressão contra todas as demais repúblicas americanas, e uma ameaça à segurança de todo o continente e à própria ‘civilização cristã’*”.⁶³

A dubiedade do governo brasileiro, que prevalecia nas suas relações internacionais, seria então quebrada. Dessa forma, o Brasil declara, em 1942, guerra aos países do Eixo (Alemanha, Itália, Japão). Esta tomada de posição viria a gerar dificuldades na legitimação do regime instalado no país, e as questões políticas iriam seguir uma nova direção:

De qualquer maneira, na maioria das vezes a guerra modifica pelo menos os dados políticos. Ela é em todo o caso um revelador implacável das apostas em jogo da vida social, que ela desnuda totalmente. Ela é, como se sabe, uma grande devoradora de regimes.⁶⁴

A guerra modificará as políticas defendidas pelo Estado Novo, provocando uma espécie de reconstrução do Estado e de suas ações políticas na tentativa de enfrentar a batalha. O conflito bélico causa transtornos ao Estado nacional, pois, como resultado da entrada do país no confronto, a sociedade brasileira passará por transformações que

⁶⁰ A Historiadora Maria Aparecida de Aquino, em artigo intitulado, **A América vai a Guerra**, comentou um projeto do governo norte-americano de invasão ao nordeste caso o governo brasileiro não decidisse pelo lado dos aliados. Esse projeto foi tornado público pela revista IstoÉ (número 1234, de 26/05/1993), o plano tinha o nome de Plano do Teatro de Operações do Nordeste do Brasil, sendo a primeira versão aprovada em 1941. A autora pontua a importância que o Brasil tinha no projeto do Governo norte-americano de defesa do continente. In. COGGIOLA, Osvaldo, (Org). **Segunda Guerra Mundial: Um Balanço Histórico**. São Paulo: Xamã: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995.

⁶¹ VERGARA, Luis. Op., Cit. p 166-172.

⁶² Aquino, Maria Aparecida de., Op., cit.,1995.

⁶³ Idem.,

⁶⁴ AZÉMA, Jean Pierre. **A Guerra**. In. RÉMOND, René (Org.). **Por uma História política**. 2ª edição.- Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.p.426.

terão início dentro da própria máquina estatal. Promovendo uma seqüência de substituições cuja finalidade era afastar dos postos de comando aqueles que sustentassem simpatias pelos modelos fascistas, o governo almejava, com essa atitude, marcar uma nova posição no cenário internacional. Vale pontuar que, com a resposta positiva dada pelo governo brasileiro à declaração de guerra e ao alinhamento com as forças aliadas, Vargas conseguiu barganhar um financiamento do governo dos EUA para fundar a primeira grande siderúrgica nacional.⁶⁵

No tocante às substituições ‘necessárias’ e ao afastamento de figuras da máquina estatal, uma se tornaria emblemática: a de Lourival Fontes. O fiel servidor do presidente e o homem responsável pelo comando do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes era, declaradamente, um simpatizante dos modelos políticos fascistas. Sua admiração pelo regime implantado na Itália não era segredo, e a própria forma como administrava o DIP se baseava muito no projeto de controle da imprensa italiana de que se utilizavam os facistas. Ao aceitar a ‘demissão’ de Lourival Fontes, o presidente mostrou o quanto estava disposto a modificar o aspecto autoritário do governo:

A era da repressão parecia ter seus dias contados. O governo iniciava uma metamorfose, no sentido de se adaptar às novas regras do jogo político internacional e os elementos identificados com o primeiro momento do Estado Novo teriam que ‘sumir do mapa’.⁶⁶

Embora a guerra vá transformando o Estado Novo, “*não se deve assimilar o fato de ser pró-aliado com uma postura anti-autoritária,*”⁶⁷ pois as substituições ocorridas foram no sentido de retirar, do centro das atenções, pessoas consideradas pró-Eixo.

..., Tal conjuntura não deve necessariamente ser entendida como a do início do declínio do Estado Novo. A mudança que começou a se operar a partir de 1942 não é sinônimo literal de enfraquecimento e menos ainda de derrota política.⁶⁸

Para Ângela de Castro Gomes, “*o ano de 1942 permanece como marco sugestivo exatamente pela ambigüidade política que passou a dominar o clima do*

⁶⁵ Sobre a história da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ver: OLIVEIRA, Irene Rodrigues de, **Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946)**. Vassouras, USS, 2001.

⁶⁶ LOPES, Sonia de Castro., Op., cit., p. 100.

⁶⁷ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

⁶⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro, Op., Cit., p.186.

Estado Novo”.⁶⁹ A confusão política era apenas momentânea, visto que o governo opta pelo lado aliado numa tentativa de sobrevivência internacional:

Os que se agrupavam contra a ‘besta’ eram todos democratas, ou se diziam e se reconheciam como tais. Das ditaduras existentes nas Américas ao sul do Rio Grande à do regime soviético, dos regimes coloniais aos corporativismos abertamente ditatoriais (casos brasileiro e Chinês), o ingresso na grande frente antifascista e antinazista constituía uma espécie de salvo-conduto para que se almejassem a etiqueta de ‘democrático’.⁷⁰

Considerando a nova conjuntura política brasileira, pautada pelo conflito bélico internacional, as ‘metamorfoses’ do governo aparentavam um consentimento para que no cenário político nacional viessem a surgir organizações com a finalidade de propagar os ideais defendidos pelos Aliados. Entre as organizações que se inserem neste contexto pode-se citar a Sociedade de Amigos da América.⁷¹ Os integrantes dessa sociedade eram personalidades conhecidas e, mesmo assim, não conseguiram evitar que o autoritarismo do governo dificultasse suas reuniões e observasse de perto as publicações de notícias a seu respeito nos jornais do período. Mas, mesmo com essa forma de vigilância efetivada pelo governo, o posicionamento brasileiro pró-aliados permitiu que os opositores do regime pudessem gravitar ao redor dessas associações.

Uma das organizações que também passam a conquistar força com a participação do Brasil na guerra são os Comitês Gaullistas. Esses comitês vão ter a função de arregimentarem simpatizantes e recursos para a causa da França Livre. E mensagens com temáticas relativas à democracia vão ser divulgadas via comitês, como afirma a historiadora Sheila Gabeto Martinez: “*Os primeiros documentos, em defesa da democracia, publicados pela imprensa brasileira durante a guerra eram as mensagens dirigidas aos ‘resistentes’, por de Gaulle, diretamente de Londres*”.⁷² Ainda que os escritos divulgados pelos comitês possuíssem uma certa imunidade, eles privilegiavam assuntos relacionados aos conflitos externos, evitando críticas à situação política interna.⁷³

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ REIS. Daniel Arão., **Ditadura e democracia: questões e controvérsias**. In MARTINHO; Francisco Carlos Palomanes, (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**.- Rio de Janeiro: Eduerj,2006.p.14.

⁷¹ SILVA, Helio. **1945 Por quê depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira S.A. 1976.

⁷² MARTINEZ, Sheila Gabeto. **Os Comitês Gaullistas e a redemocratização do Brasil 1940/1945**. Dissertação de mestrado, IFCS,1990.p

⁷³ Idem.

Os comitês Gaullistas, diferentemente da Sociedade de Amigos da América, contam com uma causa, França Livre, que é divulgada no mundo todo, e “*o próprio Vargas mantinha relações de amizade com membros franceses do comitê do Rio de Janeiro*”.⁷⁴ Por contar com essa proximidade, os associados enfrentariam uma menor dificuldade para realizar suas reuniões e manteriam, de certa forma, uma relação amena, não enfrentando os mesmos problemas da Sociedade Amigos da América. Ainda de acordo com Sheila Gabeto Martinez, “*A expansão do núcleo inicial se deu, justamente, a partir da constatação da tolerância da ditadura brasileira em relação aos encontros promovidos pelos comitês*”.⁷⁵ Essa expansão dos comitês vai favorecer que sejam fundados núcleos em várias cidades, entre elas o Recife, “*no entanto, as contribuições financeiras não tiveram a significação do apoio intelectual local, nem se aproximou das contribuições do Rio de Janeiro,*”⁷⁶ mas as possibilidades abertas com os comitês de permitirem encontros com menos embaraços denotam as transformações advindas do apoio aos aliados.

As associações pró-aliados podem ser vistas como uma das muitas alterações do regime Vargas. A outra é de caráter econômico, pois o governo tinha, até o início da declaração de guerra, divulgado suas vantagens em relação ao período anterior, todavia o novo contexto viria a provocar uma reviravolta na difusão da superioridade do novo regime em relação ao antigo:

A interventoria e o governo Vargas diziam ter conseguido, em questão de meses, redimir o Estado das mazelas que carregava havia décadas. Todos os problemas eram coisa do passado. Com a guerra, tal discurso perde sentido, e o que se vê são filas para compra de produtos básicos e racionamentos de produtos...⁷⁷

A população brasileira terá que superar vários obstáculos no seu cotidiano, e muitos desses foram relacionados à guerra, às demandas econômicas da guerra. Como afirma Ângela de Castro Gomes “*do ponto de vista da economia, o esforço de guerra era uma inequívoca emulação à batalha do desenvolvimento*”.⁷⁸ Ao mesmo tempo que era usada como incentivo para se aumentar a produtividade, justificava a carestia de vida e o cancelamento ‘temporário’ dos direitos trabalhistas.

⁷⁴ Idem. p.17.

⁷⁵ Ibidem.p28.

⁷⁶ Ibidem. p.30.

⁷⁷ SOUZA, José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonossor**: Aspectos da Propaganda do Estado Novo Pernambucano. Tese de Doutorado - CFCH, UFPE,2005.p.274.

⁷⁸ GOMES, Ângela de Castro., Op., cit.,2005.P. 186.

As dificuldades são para todos, dizem os representantes do poder, porém os trabalhadores é que verão suas demandas serem colocadas de fora do esforço de guerra:

As Jornadas de trabalho normal passaram a ser de 10 horas; o trabalho noturno foi permitido às mulheres e aos maiores de 16 anos. As licenças médicas só podiam ser fornecidas por médicos indicados pelas empresas; a falta a oito dias de trabalho consecutivos era considerado abandono de emprego.⁷⁹

Como contrapartida a esse ‘esforço de guerra’ cujo alvo era a classe trabalhadora, o governo vai se lançar numa luta a partir da qual pretendia solidificar as vitórias e as possíveis conquistas do referido segmento social. Isso ocorrerá com a construção de uma política conhecida como ‘trabalhismo’⁸⁰. Esse movimento, além de vir a ser o responsável por criar um laço mais estreito entre o presidente e os trabalhadores, iria se constituir em um dos pilares de sustentação do regime e da própria popularidade de Vargas perante o conjunto dos trabalhadores e dos mais humildes.

Por outro lado, os detentores dos chamados meios de produção, os grandes industriais, pressionavam o governo para que houvesse anulação dos direitos trabalhistas e para que outras exigências fossem atendidas, desse modo “*Uma linha substancial de crédito à indústria, vinda do Banco do Brasil durante a guerra, foi um enorme subsídio para o setor, especialmente num período de declínio do PIB e do produto Industrial*”.⁸¹ Ressalte-se que, além dos industriais, os grandes produtores agrícolas também se beneficiaram nesse momento, principalmente os plantadores de café que conseguiram manter uma política estável de exportação prioritariamente para o mercado norte-americano.⁸²

O resultado macro da política econômica do governo Vargas resultou numa transformação das reservas internacionais do país que, de devedor histórico, passou a figurar como credor.⁸³ Contudo, os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios e de combustíveis tornam-se um tema costumeiro na vida das pessoas. Relativamente a

⁷⁹ ALEM, Silvio F. **Os Trabalhadores e a “redemocratização”**(Estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da Guerra e Pós-Guerra imediato). Dissertação de mestrado- IFCH-Unicamp, Campinas, 1981.

⁸⁰ Sobre essa questão do fortalecimento do trabalhismo ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005, obra considerada um clássico da historiografia a respeito do ‘trabalhismo’ até a primeira metade do século XX.

⁸¹ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **A Economia Política do primeiro governo Vargas (1930-1945): A política econômica em tempos de turbulência**. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). Op.,cit., 2003. p.249.

⁸² Idem.

⁸³ HONORATO, César, BEAUCLAIR, Geraldo. **A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial**. Coggiola, Osvaldo, (Org). Op.cit., 1995.

esta situação, assim se coloca Jorge Ferreira: “a pauperização obrigou o governo, por exemplo, a estabelecer tarifas especiais nas barcas Rio-Niterói para os trabalhadores que andavam descalços”.⁸⁴

Em 1945, os problemas da economia vão ser considerados como reflexos da guerra, que, mesmo próxima de seu término, ainda desafia a administração pública e o combate à carestia e ao problema do abastecimento passarão a ser feitos pelas diversas comissões⁸⁵ criadas durante esse período. Os jornais publicam quase que diariamente as informações relativas a essas comissões e a chamada para uma reunião da “Comissão Estadual de Tabelaento” é noticiada, no início do ano, em pelo menos dois jornais em circulação no Estado de Pernambuco:

COMISSÃO ESTADUAL DE TABELAMENTO

A presidência da Comissão Estadual de Tabelaento está convidando seus membros que a compõe a comparecer, amanhã, às 15 horas, no edifício do palácio da justiça, 3º andar, a fim de tratar de assuntos urgentes.

Multas impostas a comerciantes nesta cidade: por lucro abusivo.⁸⁶

O trabalho dessa comissão era intenso, pois os que a integravam tinham as atribuições de regulamentar os preços, multar, informar à “*Delegacia de ordem social*”⁸⁷ a fim de que esta procedesse à fiscalização. Além disso, os participantes das comissões solicitavam “o auxílio da população na fiscalização dos preços, podendo para isso comunicar à chefia de fiscalização da Prefeitura”,⁸⁸. Como se pode perceber, as dificuldades eram grandes e exigiam uma maior união e esforço de todos.

A comissão atuava de modo a não alterar o cotidiano da população, respeitando os eventos festivos e os dias santos: “A presidência da Comissão Estadual de Abastecimento esta avisando à população que em vista de ser hoje dia de Reis, não foi

⁸⁴ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964** – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005.p.30.

⁸⁵ CARONE, Edgar. **A Terceira República (1937-1945)**. Ed. DIFEL. 1982.

⁸⁶ COMISSÃO ESTADUAL DE TABELAMENTO. **Folha da Manhã**. 03/01/1945. P.3. APEJE. REUNIÃO DA COMISSÃO DE TABELAMENTO. Marcada para hoje às 15 horas. **Diário de Pernambuco**. 03/01/1945. p.4. FUNDAJ

⁸⁷ Com relação às atribuições dessa delegacia podemos encontrar em um estudo da professora Marcília Gama da Silva, como o Estado e os detentores do poder, foram transformando essa instituição de acordo com as necessidades exigidas em cada ocasião na qual o país se encontrava. Permitindo que esse órgão tivesse a possibilidade legal de tentar controlar quase toda a sociedade. In. Giselda Brito Silva; Suely Creusa Cordeiro de Almeida, (Orgs). **ORDEM & POLÍCIA: controle político-social e formas de resistências em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX**.

⁸⁸ LEÃO, Karl Schurster. Op., Cit.,p.89

abatido gado".⁸⁹ O motivo pelo qual as atividades nos abatedouros fossem suspensas estaria, então, subordinado à observância de um dia santificado, contudo "*para que a população não seja prejudicada em seu abastecimento, a presidência determinou ontem aumento extraordinário na matança bovina*".⁹⁰ E de acordo com a comissão a população não foi prejudicada, e numa nota miúda no jornal podemos ler essa notícia.

Em Recife, a preocupação com possíveis prejuízos à população assumiria contornos próprios, pois existia uma outra "camada social" nesta cidade que não tinha receio de uma iminente falta de alimentos: "*Em notável contraparte, para os norte-americanos sediados na cidade carestia ou desabastecimento não eram questões prementes, eles usufruíam exatamente aqueles bens que faziam falta à população local*".⁹¹ Questões como essa deixavam os administradores do Estado em situação constrangedora diante da população genuinamente recifense.

Além disso, havia de se considerar as situações curiosas que surgiriam com a presença das duas populações, a nacional e a estrangeira, mormente, no que diz respeito às transformações quer viriam a ocorrer no seio da capital pernambucana: "*nos bares e restaurantes era comum que os letreiros e cardápios fossem escritos em inglês e nas livrarias e bancas de revistas era, às vezes, mais fácil se encontrar revistas americanas, Time, Life, Reader's Digest e outras, do que as brasileiras*".⁹² A cidade do Recife tornava-se, assim, palco de situações inusitadas e isso podia ser constatado até nos locais em que havia a existência de diversão adulta, pois "*As mulheres da 'Zona' começavam a preterir os seus fregueses habituais, atraídas pelos bonitos ianques e pelos seus dólares*".⁹³ Essa constante supremacia dos estrangeiros na cidade vai gerar inúmeras relações de conflito entre aqueles e os recifenses, entretanto a ação de monitoramento executada por oficiais norte-americanos e por políticos brasileiros vai pôr um controle adequado a fim de cercear a extrapolação de certos limites, ora advindos dos estadunidenses, ora gerados pelos próprios pernambucanos:

E, diga-se de passagem, quando a policia americana chegava, não queria conversa, era dando porradas em cima dos seus conterrâneos (não se envolvia com os brasileiros) e os sacudia, sem qualquer

⁸⁹ REUNIÃO DA COMISSÃO DE TABELAMENTO. Marcada para hoje às 15 horas. **Diário de Pernambuco**. 03/01/1945. p.4. FUNDAJ

⁹⁰ Idem.

⁹¹ SOUZA, José Maria Gomes de. Op. Cit.,2005.

⁹² PARAÍSO, Rostand, **O Recife e a 2ª guerra**. Recife: comunicarte, 1995.p.143

⁹³ Idem.

delicadeza, dentro dos seus camburões, acabando, assim, rapidamente as brigas que surgiam.⁹⁴

As dificuldades de se administrar a relação conflituosa entre os brasileiros e americanos era apenas uma ponta do problema econômico que cada vez mais aumentava. Havia, ainda, a existência de grupos cujas ações se inclinavam a tirar proveito do cenário internacional, buscando o lucro fácil a partir das dificuldades por que passava o povo. Empreender uma campanha cuja tônica fosse impor um limite aos que desejassem lucrar com as necessidades do povo parecia ser a intenção do governo estadual. A difusão feita pelos jornais dos encontros e informes das comissões passava uma idéia de que os possíveis abusos cometidos por determinados setores do comércio estavam sob absoluto controle.

Os dados da realidade vigente, entretanto, eram contrariados por relatos dos excessos praticados pelos comerciantes:

O novo rico é uma das conseqüências da inflação reinante nos quadrantes do mundo torturado pela angustia, pela fome e pela ganância dos homens sem escrúpulos, que enquanto milhares de soldados tombam heroicamente nos campos de batalha, enriquecem encarecendo o preço da vida.⁹⁵

A luta contra o “novo-rico” era a meta das comissões de tabelamento. A busca em salvaguardar a população dos que não cumpriam as determinações deliberadas em cada reunião tornava-se notícia nas páginas dos jornais. O problema da carestia passa, então, a ser uma questão relevante em 1945 e a necessidade de divulgar as ações controladoras dos excessos se constituiria como fundamental para a interventoria e seus representantes. Assim é que se dava vazão a notícias com o objetivo de deixar patente a preferência em “atender” a população:

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Catende, 25/2/1945. In: Corrêio de Catende. LOCALIZAÇÃO Fundação Gilberto Freyre
CÓDIGO 020505-00007

VENDA DE CARNE BOVINA SEM OSSO

A presidência da Comissão Estadual de Abastecimento, no sentido de melhor atender às necessidades do abastecimento de nossa população, autorizou a venda de parte do lote de carne bovina, frigorificada, sem osso, recentemente chegada para o Frigorífico Anglo, pelas mercadorias abaixo especificadas, nas terças, quintas e sábados, ao preço de Cr\$ 7,00 o quilo para os consumidores.

Os proprietários desses estabelecimentos são obrigados a colocar o preço acima nas tabelas e em lugar bem visível ao público, sob pena de multa.

mingos Andreelino Nascimento, rua de Sossego, 113 — T. Santos, rua da União, 55 — João Silvestre, rua Sete de Setembro, 63 (Pina) — Creusa do Rego, avenida Herculano Bandeira (Pina) — L. Galvão, rua da Concórdia, 576 — Ismael Campos, rua Visconde de Goiânia, 7 — Alves & Machado, avenida Rio Branco, 66 — Antônio Soares Machado, avenida Marquez de Olinda, 143 — Inácio Dutra, rua do Sol, 293 (Olinda).

Contudo, em alguns momentos, as comissões se viram obrigadas a permitir a elevação nos preços de determinados produtos: “Atendido o pedido dos Grandes Moinhos do Brasil para elevação de preço”.⁹⁶ Manter o abastecimento era uma fonte de constante preocupação para as comissões, daí a decisão pelo aumento, mas não sem se fazer acompanhar por sólidos argumentos. Argumentos estes que traziam, na sua origem, nada mais do que a imperativa necessidade de justificar tal intervenção: “Este aumento, todavia, é concedido com o intuito de evitar que o Moinho se veja forçado a suspender a compra do artigo da safra 43/44, cujo preço sofreu elevação nas praças de origem”.⁹⁷

As dificuldades que ocorriam em Pernambuco advinham de uma situação cujo controle o interventor não detinha, já que as políticas relacionadas à economia eram decididas na capital federal,⁹⁸ acarretando, com isso, alguns embaraços no combate à carestia. Claro estava que, para a interventoria, era proeminente garantir a autoridade que lhe fora outorgada, tentando manter, dentro do Estado, uma firmeza em relação ao tema. Assim, “A economia de guerra representou as ações governamentais no sentido

⁹⁶REUNIU-SE A COMISSÃO DE TABELAMENTO. **Diário de Pernambuco**. 05/01/1945. p.6.FUNDAJ.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ A criação das diversas comissões que tentavam organizar e dar um sentido as políticas governamentais. As comissões econômicas visavam passar uma perspectiva de controle e centralidade nas decisões já que contava com a participação de pessoas interessadas nas questões debatidas.

de tentar disciplinarizar a sociedade pernambucana para aumentar a produção e enfrentar as restrições geradas pelo estado de guerra”.⁹⁹ As dificuldades resultantes do conflito suscitavam sugestões e comentários os mais diversos, tudo com o intuito de solucionar o problema econômico que se instalara com a carestia. Um dos comentários travados entre alguns membros da sociedade era a realização do carnaval de 1945. Os comentaristas argumentavam que a necessidade da população era tanta que os gastos a serem provisionados para os festejos momescos serviriam mais se fossem economizados. Os dias de folia de momo, então, passariam a figurar como alvo de severas críticas:

Os brasileiros dispendem 887 milhões de cruzeiros no carnaval afirma, em entrevista a este jornal o engenheiro Amaro Belo, declaradamente contrario a efetivação do carnaval em 1945 – “esse vulto de enorme de dinheiro é gasto justamente no momento grave em que o governo do Brasil apela para todos os recursos”.¹⁰⁰

As dificuldades impostas pela guerra acenavam para a possibilidade da não-realização dos festejos. No entanto, o que ocorre é um rearranjo dessa festividade no Estado Novo, ainda que continue a ocorrer a separação entre o carnaval dos clubes e o outro, o da rua: “A dicotomia entre os dois mundos do carnaval – o da rua e o dos clubes – expressa o preconceito latente entre os ‘homens de bem’”.¹⁰¹ Vale notar que, embora o carnaval dos clubes tenha sido privilegiado durante a interventoria de Agamenon Magalhães, o outro – o da rua – resistiria e, em determinados momentos, obteria vantagens do Estado.¹⁰² A questão, estampada nas páginas do *Diário de Pernambuco*, discorria sobre os custos dessa festa:

Quantas casas, quanto conforto e quantos agasalhos poderíamos oferecer aos que aqui ficaram, esperando os defensores do Brasil que foram a Europa e não voltarão mais se os carnavalescos em vez de dedicarem suas economias aos folguedos de momo doassem aos órfãos e viúvas apenas a metade do que botam fóra em festas extemporaneas e indigna de nossas tradições, na hora sombria que atravessamos!¹⁰³

⁹⁹ LEÃO, Karl Schurster. Op., Cit., p.84.

¹⁰⁰ Os brasileiros dispendem 887 milhões de cruzeiros no carnaval. **Diário de Pernambuco**. 12/01/1945. p.3. FUNDAJ.

¹⁰¹ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Op., Cit. p. 150.

¹⁰² Em artigo intitulado: **O povo na rua**: manifestações culturais como expressão de cidadania, A historiadora Rachel Soihet, comenta a utilização do carnaval popular, pelo grupo que chegou ao poder em 1930 e principalmente em 1937, onde a perspectiva de se utilizar desse carnaval de rua como exemplo das raízes da nacionalidade.

¹⁰³ Os brasileiros dispendem 887 milhões de cruzeiros no carnaval. **Diário de Pernambuco**. 12/01/1945. p.3. FUNDAJ.

Essa avaliação – de que talvez não valesse a pena realizar o carnaval com todo o custo demandado por ele – era passada para a população. Ocorre que esse festejo se reveste de um “*caráter universal, é um estado peculiar no mundo: o seu renascimento e a sua renovação*”,¹⁰⁴ e, a partir desta perspectiva, a população esqueceria suas dificuldades, a carestia de vida, a guerra e participaria do evento momesco.

Entre a opinião contrária à realização dos festejos e a outra que defende a sua utilidade política, o carnaval ocorre. E, conforme havia procedido durante todo o regime, a secretaria de segurança pública tenta controlar a situação, divulgando suas instruções para aqueles dias de festa:

Os decretos emitidos pelo secretário, Etelvino Lins, são justificados à população como medidas profiláticas visando a um carnaval de acordo com os preceitos da ‘higiene física e moral’. Estas normas garantiam ao Estado controlar e manter a ordem, ‘sem estragar a festa’ carnavalesca.¹⁰⁵

Apesar dos cuidados expostos nos decretos emitidos pela secretaria de segurança pública, “*durante a realização da festa, só se pode viver de acordo com suas leis, isto é, as leis da liberdade*”,¹⁰⁶ e o carnaval é a festa que não conhece regras.

Seguindo-se ao carnaval, uma outra festa começaria. E essa transformaria não só a paisagem da cidade, mas também as pessoas, a participação política, a campanha eleitoral e os seus mais novos partidos e líderes. É nessa conjuntura de guerra, de limitações e de dificuldades pela qual passa o Estado Novo que uma trilha desponta no horizonte social e político do país.

PARA BREVE UM GRANDE CIRCO A REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1945

Essa frase PARA BREVE UM GRANDE CIRCO dá título a um artigo escrito no *Jornal do Comercio* pelo jornalista Mário Melo.¹⁰⁷ Nesse artigo o autor trata da construção das oposições e retrata a incrível união que vai se formando em torno de Carlos de Lima Cavalcanti. Regressando de Cuba, onde foi embaixador nomeado por Getúlio Vargas, o ex-interventor passa a representar a liderança das oposições em

¹⁰⁴ BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paul: Hucitec; Brasília: ed. da universidade de Brasília, 1999.

¹⁰⁵ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Op.cit.,2001.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ PARA BREVE UM GRANDE CIRCO. **Jornal do Commercio**. 11/03/1945.p.2. FUNDAJ.

Pernambuco. A construção dessa campanha vai ter seu início já no começo do ano e com o passar dos meses vai ganhando contornos mais fortes.

Nas primeiras informações de 1945, as páginas dos jornais trazem estampadas as várias festividades que celebraram a passagem do ano. Dentre as reportagens publicadas, há uma que traz em seu título: “*O governo procurou sempre interpretar as aspirações legítimas do povo*”,¹⁰⁸ denotando a característica de realizador das demandas populares. Essa forma de apresentação do governo passou a ser, em 1945, divulgada com mais frequência pelos defensores do regime.

Uma outra notícia que traz a fala do presidente nos dá indícios de que a modificação do regime pode ocorrer: “*Num país de índole e formação democrática, como é o nosso, as transformações de caráter político e social podem ser concluídas dentro dos processos de evolução gradual, sob o império da lei e da ordem*”.¹⁰⁹ O temor de que um conflito pudesse ocorrer não parecia descartado pelo presidente, e seus opositores já divulgavam informações sobre a necessidade de transição.

O emprego, em sua fala, da expressão ‘índole e formação democrática’ torna esse pronunciamento interessante, pois a questão do respeito à lei e à ordem é colocada pelo presidente como peças fundamentais. Ao defender essa perspectiva, Vargas tenta fazer uma outra construção política do país, já que ele próprio burlou o ‘império da lei e da ordem’ duas vezes.¹¹⁰ É com pronunciamentos como esses que o governo tentará criar um ambiente de disposição política para discutir mudanças no sistema. O presidente continua e, em certo momento, diz:

Para a manutenção destes, entretanto, todos os esforços serão feitos, de forma a conseguirmos o ambiente pacífico necessário a complementação constitucional, que se efetuará brevemente em moldes de ampla e livre consulta á opinião.¹¹¹

Essa declaração do chefe da nação expõe não só a possibilidade de uma transição, mas também a idéia de que ele estaria preparado para começar a distender o sistema, transformando o regime antidemocrático, até então vigente, em um

¹⁰⁸ O governo procurou sempre interpretar as aspirações legítimas do povo. **Folha da Manhã**, 03/01/1945.. p. 1. APEJE.

¹⁰⁹ **Folha da Manhã**. 03/01/1945. p. 9. APEJE.

¹¹⁰ Getúlio Vargas chegou ao poder pela primeira vez em 1930, quando num conflito que ficou conhecido pela historiografia como revolução de 1930, ele depôs o presidente e não reconheceu a vitória de Julio Prestes. Em 1937 ocorreu um novo golpe dessa vez as justificativas foram varias como: comunismo; guerra, etc, esse novo golpe instituiu o Estado Novo (1937-1945). Sobre o assunto ver: FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e historia**. 5. ed. -. São Paulo: Brasiliense, 1978.

¹¹¹ **Folha da Manhã** . 03/01/1945. p. 9. APEJE

democrático. Essa parecia ser a situação, entretanto, na declaração do líder do país, o Brasil estava carecendo de uma complementação constitucional. E, para haver essa alteração, seria necessário apenas que se percorresse uma direção. Vale pontuar que, no ano em que os países do Eixo foram derrotados na Europa, as discussões a respeito das liberdades foram muito fecundas no Brasil.

A colocação da perspectiva de uma ampla consulta popular chamou a atenção de um jornalista. Para ele, essa não era a primeira vez que o presidente falava na possibilidade de ‘eleições’. Em uma situação anterior a essa, a data seria “13 de maio de 1940, quando visitava belo horizonte, que o Sr. Getúlio Vargas julgou acertado falar em eleições pela primeira vez depois de 10 de novembro de 1937”.¹¹² E, da lembrança do jornalista até o novo discurso, passaram-se cinco anos, mas dessa vez o local escolhido pelo presidente para proferir o discurso é politicamente relevante. Esta fala se deu durante uma festa na qual se encontravam presentes diversos escalões das classes armadas.

As Forças Armadas haviam sido, até aquele ano, um espaço de atuação do presidente no qual ele podia se valer de auxílio em situações importantes de sua vida pública. Porém, em 1945, a penetração de um pensamento voltado para as liberdades políticas vai provocar uma cisão nessas relações, e alguns chefes militares demonstrarão, em entrevistas concedidas naquele ano, uma expressa simpatia para que o Brasil retomasse a via democrática.

Em 1937, segmentos importantes do exército concordaram com o Golpe,¹¹³ no entanto, a questão agora era outra. De pilar do Estado Novo, os militares se tornaram uma das frentes de pressão pró-abertura. Como resposta ao presidente, o discurso do representante militar foi cordial e repleto de esperança na pessoa do chefe da nação. Publicado nos jornais, a matéria apresenta o título: “Cooperação leal e constante das classes armadas”,¹¹⁴ e a lealdade das classes armadas ao presidente seria, então, ratificada pelo pronunciamento do Ministro Aristides Guilhem:

No ano que agora começa, as classes armadas e a nação esperam vê-lo iluminado por atos sucessivos de sua sabedoria e de seu patriotismo, em busca da felicidade nacional, estando certas de que

¹¹² Eleições anunciadas Costa Rego (com exclusividade do diário de Pernambuco para este estado). **Diário de Pernambuco**. 10/04/1945. p. 4. FUNDAJ.

¹¹³ Sobre o assunto ver: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed., 2005.

¹¹⁴ Cooperação leal e constante das classes armadas. **Folha da Manhã**. Recife, 03 de Janeiro de 1945. p.12. APEJE.

com a prosperidade pessoal de vossa excia., as nossas conquistas prosseguirão no assinalado ritmo de seu infatigável e esclarecido governo.¹¹⁵

A questão da abertura não foi colocada de maneira explícita, e a confiança em Getúlio Vargas ainda era muito forte, deixando transparecer o sentimento de que ele seria o homem correto para o país. A cooperação das classes armadas para com o chefe da nação parecia, de fato, sólida. Nesse sentido, uma outra matéria seria publicada na *Folha da Manhã* no princípio do ano e daria destaque a uma frase do discurso proferido pelo Ministro da Guerra, General Dutra: “*DO NOSSO DEVER PRECÍPUO NINGUÉM AFASTARA O EXERCITO: ASSEGURAR AO PAÍS A INTANGIBILIDADE DA ORDEM INTERNA*”.¹¹⁶ O ministro fazia referência a certos conflitos internos que estavam requerendo mais atenção do exército, e a existência desses assuntos, por si só, parecia preocupá-lo:

Outras tarefas, porem, não menos relevantes ou de não menos valia para o país existem para nós, dentro de nossas próprias fronteiras e para as quais o patriotismo e o dever nos estão a requerer, também, pensamento e ação resoluta para enfrentá-los e vencê-los.¹¹⁷

A colocação de que uma batalha haveria de ser enfrentada e que precisaria do mesmo fervor patriótico com o qual se lutou bravamente lá fora, manifesta o cuidado que o então ministro teria em relação aos assuntos de interesses internos. O general Eurico Dutra deposita, no exército, a responsabilidade pela condução e segurança do país.

As comemorações de final de ano trouxeram uma sensação de que as mudanças iriam ocorrer. Como e de que maneira as diversas interventorias enfrentariam essa nova realidade se afigura como uma questão significativa. Em Pernambuco, a discussão em torno da reabertura do país seria feita com todo cuidado, já que os antigos inimigos poderiam retornar, provocando uma ruptura política no Estado. Sobre a possível reabertura, Agamenon Magalhães assim se posiciona: “*Quando os países têm educação e senso de governo, a transição se processa, dentro dos próprios sistemas, sem violência ou guerra civil. Esta, porém, não é a regra. É a exceção*”.¹¹⁸ As disputas e os

¹¹⁵ Idem

¹¹⁶ DO NOSSO DEVER PRECÍPUO NINGUÉM AFASTARA O EXERCITO: ASSEGURAR AO PAÍS A INTANGIBILIDADE DA ORDEM INTERNA. **Folha da Manhã**. 03/01/1945. p.1. APEJE.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ CRISES. Agamenon Magalhães. **Folha da Manhã**, 04/01/1945. p.3. APEJE.

conflitos deflagrados entre as oposições e a situação, em Pernambuco, vão ser constantes e temas para diversas matérias jornalísticas.

Os setores que apoiavam o governo nacional defendiam a liberdade política, e as notícias, as quais tratavam das possíveis eleições, não eram vedadas, aparecendo quase que cotidianamente. Em entrevista concedidas por representante do Estado, como a do chefe da polícia do distrito federal, era possível ser ler: “*Sob vigilância os inimigos da ordem eleições num ambiente de calma e de compreensão cívica*”.¹¹⁹ A questão, contudo, encaminhava-se para o que os detentores do poder consideravam como ordem e compreensão cívica.

Relativamente a esse aspecto, O Tribunal de Segurança Nacional (TSN) vai sinalizar a partir do entendimento de que “*Não é passível de pena a crítica não injuriosa*”.¹²⁰ Desse modo, os colaboradores do Estado que absorveram essa compreensão permitiram uma maior segurança para aqueles que desejassem fazer comentários a respeito do governo. Restava, apenas, verificar até que ponto os censores dariam o consentimento para a veiculação de tais comentários, visto que o entendimento do TSN tendia a ser muito vago.

Independentemente da incógnita no tocante às factíveis ações dos censores, é “*a partir da entrevista de José Américo de Almeida*”.¹²¹ que a situação se transforma e propicia o favorecimento de um amplo debate político. Desse modo, “*muitos perderam o medo e os constrangimentos impostos pelos regimes autoritários*”.¹²² Conforme se nota, a publicação da entrevista serviu para desobstruir o caminho, criando um ambiente para que as oposições fizessem sua propaganda em favor da democracia e as instigando a “*romper o isolamento imposto pela censura*”¹²³ e a aumentar as discussões concernentes ao futuro democrático.

Em suas reportagens, os jornais circulantes em Pernambuco ora destacavam a abertura política em favor da democracia, ora salientavam o grande conflito bélico. Cabe destacar que as páginas destinadas aos assuntos políticos ainda não existem, mas, conforme a transição aventada pelo governo vai se firmando, os jornais passam a se adaptar e a construir espaços para que as notícias de cunho político sejam veiculadas.

¹¹⁹Sob vigilância os inimigos da ordem eleições num ambiente de calma e de compreensão cívica. **Folha da Manhã**. 30/01/1945.p.1.APEJE.

¹²⁰ Não é passível de pena a crítica não injuriosa. **Diário de Pernambuco**. 07/01/1945. p.8. FUNDAJ.

¹²¹ FERREIRA, Jorge. Op.,cit., 2005.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

Se antes as manchetes tratando da guerra eram as preferidas, a disputa pela atenção dos leitores e pela preferência dos jornalistas recaía, agora, sobre o noticiário relacionado à transição. As páginas políticas dos diversos jornais, então, passam a se orientar por essa perspectiva e, quanto mais o governo sinalizava com a abertura, maiores eram as críticas e, conseqüentemente, as pressões pela rápida transição.

As eleições vão adquirindo forma e, apesar de não ter sido oficializada pelo Estado, ela já não pode ser mais negada. Os jornais já estão tratando do assunto diariamente, e a busca por aliados começa a ganhar contornos políticos,

AGITA-SE O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL Conhecido, somente, até agora, o Candidato das oposições à presidência da república – Major Brigadeiro Eduardo Gomes. Movimentam-se os antigos próceres gaúchos, mineiros e paulistas – Fala-se em reforma ministerial – A imprensa Volta a cogitar assuntos políticos.¹²⁴

Os espaços estavam se abrindo para as ‘oposições’ e, tentando consolidar a conquista da maioria, elas vão se movimentando com mais velocidade do que a situação e, assim, fabricando sua eleição. As agitações geradas pelas oposições objetivam, por um lado, a defesa de seus correligionários e, por outro, a demonstração de força perante a população. Um dos meios de comunicação utilizados para promover e desencadear a campanha são os jornais cujas responsabilidades estavam circunscritas à divulgação e à criação de uma ambiência na qual a corrida eleitoral pudesse ser deflagrada. Assim é que os jornais oposicionistas vão se situar “*majoritariamente hostil a Vargas*”¹²⁵ e, em Pernambuco, o periódico que talvez adquira maior proeminência, nesse sentido, é o *Diário de Pernambuco*.

Esse momento, anterior ao código eleitoral, foi explorado pelos opositores do regime para divulgar e promover a concepção de que a substituição do sistema era necessária. A denúncia contra os regimes autoritários, assim como a defesa da superioridade do sistema democrático vão surgir nas páginas do *Diário de Pernambuco*:

Uma das mais torpes acusações do fascismo à democracia é que era o regime do gozo, do confortável, da dissipação enquanto a escola do fascismo era a do sacrifício, de renúncia e da vida arriscada. Os fatos também mostraram ao contrario. Nenhum povo resistiu com maior heroísmo do que o povo inglês. Nenhuma nação fez maiores sacrifícios de dinheiro e de pessoal do que o americano. Ingleses e americanos - povos livres, esportivos, ciosos de seus direitos e de suas prerrogativas, povos que jamais conheceram senhores,

¹²⁴ AGITA-SE O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL. **Folha da Manhã**. 24/02/1945. p.8. APEJE.

¹²⁵ Ferreira, Jorge., Op.,cit.,2005. p.22.

levantaram-se como um só homem para esmagar a ameaça racista. E o conseguiram.
'Eis porque o retorno à democracia é um fenômeno do nosso tempo. O fascismo esta morto'.¹²⁶

Esse editorial valoriza a 'democracia', e, novamente, o exemplo são as grandes democracias vencendo a 'besta' fascista. A guerra vinha provocando o retorno às liberdades, e o Brasil deveria seguir esse rumo. Dos periódicos circulantes em Pernambuco, o *Diário* vai atrair e agrupar os opositores ao regime na esfera estadual. As manifestações pró-democracia no início do ano de 1945 encontram, na estrutura desse jornal, o espaço de que tanto precisam. A proximidade e a interação do *Diário* com os alunos e alguns professores da Faculdade de Direito vão permitir que se organizem reuniões para debater a questão da retomada democrática. Essa parceria vai existir e permanecer durante toda a campanha eleitoral. As manifestações organizadas pelos alunos terão, nas páginas do *Diário de Pernambuco*, a divulgação necessária. E também servirá como um local de ataque contra os atos da interventoria.

A campanha para enfrentar a ditadura Vargasista tem início a partir da entrevista em que José Américo¹²⁷ clama pela união de todos os brasileiros. Na reportagem publicada no *Correio da Manhã* pode se ler: "*O Brasil vai ingressar no seu momento mais difícil. E precisa, sobretudo, da união nacional para encontrar os meios necessários a uma estruturação democrática*".¹²⁸ É com a publicação dessa reportagem que a campanha contra o Estado Novo ganha fôlego e os que se colocavam contra o regime começam a perceber a fraqueza do mesmo, aproveitando-se da situação para se posicionarem.

Um indício da desnudada fraqueza do regime encontra-se nas atividades de censura executadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), já que a campanha contra o antigo regime, escapando ao crivo censório, tem a sua gênese nas páginas dos jornais. Ressalte-se que as brigas entre os jornais considerados de oposição e o governo são antigas:

se o domínio ideológico dos departamentos de propaganda tinham encontrado respaldo por parte dos jornais em 1937-1938, pouco

¹²⁶ *Diário de Pernambuco*. 04/02/1945. FUNDAJ.

¹²⁷ Ver: SILVA, Helio. **1945 Por quê depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira S.A. 1976.

¹²⁸ Idem.

tempo depois já mostrava o alargamento de uma fissura entre os proprietários liberais dos jornais e o autoritarismo do governo...¹²⁹

Em 1945, as oposições adquirem um nome - ‘coligadas’ -, e o caráter de união que recobre essa rede oposicionista é que permite entender algumas construções do momento.

As crescentes manifestações contra o regime – cuja estabilidade e continuidade já estavam sendo questionadas – culminarão com diversos atos públicos. O caminho a ser feito para se chegar à democracia parecia curto, e as oposições desejosas de que fosse percorrido ainda mais rápido, tentavam pressionar nesse sentido. Quando da publicação do Manifesto dos Mineiros em 1943, Vargas se viu compelido a se pronunciar, e, a partir da divulgação desse manifesto, o presidente garantiu que a consulta seria feita ao povo brasileiro em momento adequado. Agora, 1945, parecia ser a hora da tão desejada consulta popular. E embora o próprio Vargas, no início deste mesmo ano, já houvesse sinalizado publicamente sua intenção, setores da sociedade brasileira, desejosos de mudanças na condução política do país, faziam uma compressão para que tais mudanças se dessem de maneira mais rápida.

Como que consolidando as mudanças políticas desejadas, os opositores do regime vigente saem na frente. E o próprio José Américo, na referida entrevista, informa que as oposições possuem um candidato, contudo ele não faz, no primeiro momento, o anúncio oficial de quem viria a ser o representante das forças oposicionistas. Só na segunda entrevista, para o jornal o *Globo*, é que José Américo declina o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes.¹³⁰ Esta revelação fora feita, quando o Brigadeiro já se encontrava afastado das suas funções como comandante da 2ª zona aérea e sua iminente saída havia sido notícia de primeira página na *Folha da Manhã*:

DEIXARÁ O COMANDO DA 2ª ZONA AÉREA O MAJOR
BRIGADEIRO EDUARDO GOMES INESTIMÁVEIS SERVIÇOS
PRESTADOS Á AVIAÇÃO NO NORDESTE EM GUERRA –
ELOGIO DO MINISTRO SALGADO FILHO.¹³¹

O apoio ao brigadeiro, registrado por todos aqueles que se contrapunham ao regime varguista, é quase que imediato. E, em torno da campanha brigadeirista, as

¹²⁹ SOUZA, José Inácio de Melo. Op.,cit.

¹³⁰ SILVA, Gastão Pereira da. **Brigadeiro Eduardo Gomes**. Editora Panamericana LTDA. Rio de Janeiro, 1945.

¹³¹ Deixará o comando da 2ª zona aérea o major brigadeiro Eduardo Gomes. **Folha da Manhã**. Recife, 09 de janeiro de 1945. p. 01APEJE.

oposições vão se estabelecer, haja vista ainda não haver outro candidato que pudesse disputar contra o regime, no início do ano de 1945. Desse modo, políticos dos mais diversos matizes iriam se aglutinar em torno da campanha do Brigadeiro, e, nesse aspecto, fazia-se premente discutir a construção de um partido que viesse a lhe dar apoio.

A União Democrática Nacional (UDN),¹³² partido construído para dar suporte ao candidato brigadeiro Eduardo Gomes, é um verdadeiro mosaico, um espaço de aglutinação para todos que, na repulsa ao então ditador e ao seu regime, poderiam convergir. Os udenistas, que tinham o candidato Eduardo Gomes seu principal referencial, vão se dissipar depois dessa campanha em outros partidos. Quando do início de sua formação, a UDN terá, em seus quadros, homens como Otavio Mangabeira, político mais à esquerda; e Juracy Magalhães, militar que queria o retorno à democracia.

O candidato da situação só seria noticiado um pouco mais tarde, e o partido que viria a lhe dar suporte seguiria uma linha política diferente. A construção do Partido Social Democrático (PSD),¹³³ que tinha na figura de Agamenon Magalhães seu mais ardoroso defensor, foi realizada dentro do governo, aglutinando os diversos interventores e políticos que participaram do Estado Novo.

Como escrevera Mario Melo, o ‘circulo’ estava se formando e os principais concorrentes estavam se apresentando à população. Em Pernambuco, essa campanha eleitoral contara com ingredientes próprios e os fatos, que nesse Estado ocorreram, foram irradiados para todo o país.

¹³² Sobre a UDN ver: BENEVIDES, Maria Vitória. A UDN e o udenismo: ambigüidades do Liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

¹³³ Sobre o PSD ver: HIPOLITO, Lucia. **De raposas a Reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

“LIVRES AS ELEIÇÕES E A PROPAGANDA”

Compreender como as notícias a favor do retorno das eleições no Brasil foram ocorrendo e como se portavam os governantes naquele momento, faz-se importante para se perceber de que modo os diversos competidores, nesse regresso ao jogo político, viriam a se apresentar. O embate discursivo, veiculado nas páginas dos jornais, e as circunstâncias internacionais provocam a necessidade de o governo brasileiro transformar suas atitudes políticas. Segundo Antônio Lavareda, “[...] a pressão exercida pelo governo norte-americano, que alcança a superfície com a vinda ao Brasil de Eduardo Stettinius, e as moções do novo embaixador Adolf Berle tornam impreterível, no início de 1945, o reordenamento institucional do país”.¹³⁴ Essa pressão internacional seria um dos pontos favoráveis à redemocratização do país, mas a interferência externa não produziria resultado se, internamente, a demanda por uma transição do regime não ocorresse.

E um movimento importante no fortalecimento dessa pressão interna foi, “*O manifesto dos mineiros, reconhecidamente, marcou o início de uma fase na qual os protestos contra o regime de Vargas assumiram forma mais organizada*”.¹³⁵ Assim é que uma aglutinação de forças, nacionais e internacionais, acabou por provocar a caminhada do país rumo à redemocratização.

Essa nova fase da organização política brasileira vai ressoar em Pernambuco, e as relações entre os grupos principais provocam, em 1945, uma campanha acirrada que viria a se configurar, no início do ano, como uma batalha eleitoral. Como se discutirá mais adiante, esse confronto eleitoral terá momentos marcantes nas páginas dos jornais, e alguns acontecimentos, circunscritos a Recife, vão reverberar em favor da redemocratização. Essa relativa importância que vai se construindo em relação aos acontecimentos existentes na cidade do Recife e a descrição do movimento de caráter democrático, como propagavam seus mais fiéis seguidores, conta com um suporte da rede de jornais no cenário nacional. Qualquer fato que se delineie contra o regime será divulgado no *Diário de Pernambuco* e em outros jornais da rede Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, “*Incorporado à cadeia associada, em junho de*

¹³⁴ Lavareda, Antonio. **Partidos no pós-guerra**: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947. Recife:Ed. Universitária da UFPE,2008. p.27.

¹³⁵ SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega4, 1976.p.63.

1931, - foi vendido ao preço de seiscentos contos de réis”,¹³⁶ difusão garantida, esse é o caso do conflito do dia 3 de março de 1945.

A disputa que ocorre dentro do Estado é ligada aos fatos nacionais, todavia os confrontos entre os grupos políticos mais fortes adquirem contornos locais, como o caso do atentado a Aníbal Fernandes. O jornalista, após sofrer uma agressão na frente de sua casa, acusa diretamente os líderes do governo local, ele “*não tinha dúvida sobre a origem do atentado. Muito antes da agressão, o diretor do Diário vinha recebendo cartas ameaçadoras, de cujo conhecimento fizera ciente ao major Teles, por medida de cautela*”.¹³⁷ Esse episódio demonstra o quanto interesses antagônicos, a partir das definidas propostas ideológicas, criavam uma rota de colisão entre esses grupos. E os confrontos, como observaremos, só iriam crescer.

Essa perspectiva entre os acontecimentos nacionais e locais é relevante, visto que os adversários precisam conquistar o apoio da opinião pública local, mostrando popularidade no Estado. Quase que cotidianamente as páginas de conteúdo político dos principais jornais vão divulgar no ano de 1945 que cidades do interior do Estado estavam em consonância com o “candidato da maioria”. Estas listas vêm repletas de nomes e onde foi inaugurada uma nova sede de um determinado partido. E nessa disputa, casos inusitados vão surgindo, chegando os dois jornais, a *Folha da Manhã* e o *Diário de Pernambuco*, a se confrontarem abertamente com suas matérias.

É ingressando nesse contexto e tendo como referência os eventos publicizados pelos dois dos mais importantes jornais do Estado que buscaremos analisar não só os posicionamentos políticos que vão se definindo, mas também como as campanhas adquirem fôlego, tendo cada um dos grupos a tarefa de se mostrar forte perante a população e, assim, consolidar a conquista dos votos. Esta parte do trabalho objetiva evidenciar a construção de uma nova política pelos que estavam no poder, sendo Agamenon Magalhães e Etelvino Lins personagens emblemáticos nessa possibilidade de buscar compreender esse momento.

Em matérias divulgadas pela *Folha da Manhã*, é possível constatar não apenas o que era divulgado a respeito do caminho rumo à redemocratização, como também confirmar que os acontecimentos ocorridos no Estado seguem o ritmo do restante do país. É o caso do dia 3 de março de 1945 que se mostrara como um dos mais

¹³⁶ RIOS, Lêda M. R. C. **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito Visto por um Jornal de Província**. Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/ Mestrado em História, 1988.p.85.

¹³⁷ Idem. p.525.

importantes fatos ocorridos nesse processo; e os ataques perpetrados, quase diariamente, pelo jornal ligado ao governo contra o retorno do ex-interventor Carlos de Lima Cavalcanti.

AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

A primazia das manchetes que ocupam o espaço das páginas dos jornais passa ao largo da guerra na Europa e recai sobre a situação política no Brasil. Uma após outra, as informações ganham destaque: do retorno de um político exilado até a construção do código eleitoral, o importante agora, como falado pelo presidente era a “complementação constitucional”.¹³⁸ Essa perspectiva oportunizada pelo presidente é mais um indício das mudanças que aconteceriam naquele ano. Contudo, não seria apenas uma complementação constitucional a se realizar naquele ano, pois as variações de postura do governo e da oposição conduzem, com o passar dos dias, ao início da batalha eleitoral.

As eleições, então, adquirem notoriedade: “*AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES constituirão um espetáculo de cultura e civismo, declara o Sr. Coriolano Góis*”.¹³⁹ As discussões em torno do pleito já eram parte cotidiana das informações jornalísticas e os políticos ligados ao poder faziam suas considerações e argumentavam sobre ele: “...*uma demonstração de que o Brasil compreende o que seja democracia, que é ordem e respeito às instituições e não desordem*”.¹⁴⁰ Essa concepção, vislumbrando a potencial e eminente existência das urnas e da reabertura, assemelhasse muito ao que o interventor pernambucano ressalta sobre democracia. Em um artigo na *Folha*, Agamenon tece considerações sobre o que é democracia e como ela deve funcionar: “*Se a democracia continuar a ser vazia de planos e cheia de promessas e liberdades indiferente ao sofrimento do povo e das massas não poderá sobreviver as crises políticas e econômicas do pós-guerra que se aproxima*”.¹⁴¹ Políticos ligados ao governo

¹³⁸ O Governo Procurou, sempre, interpretar as aspirações legítimas do povo. **Folha da Manhã**, 03 de Janeiro de 1945. p. 9. APEJE.

¹³⁹ AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES. **Folha da Manhã**, 18/02/1945.p.1.APEJE.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ CRISES. **Folha da Manhã**. 04/01/1945. p.3. APEJE

defendiam a realização das eleições, mas apresentavam seus comentários permeados por uma grande influência do pensamento autoritário que marcou o momento anterior.¹⁴²

Em outro artigo, Agamenon faz uma defesa ainda mais efusiva dessa forma de ver e de conduzir a situação, vindo a reafirmar, a partir da conjuntura vigente, a confiança que se deveria ter no presidente e nas realizações que ele estava operando:

A nação por isso confia no seu presidente que não tem paixões subalternas, nem ódio ou antagonismos quando os adversários pensam que o estão combatendo, o que se verifica, depois, é que nada mais fizeram do que ajudar seus planos, por que ele deixa, com serenidade e inteligência, que os fatos esclareçam sua opinião.¹⁴³

A superioridade das decisões do chefe da nação e a reafirmação de que ele seria o homem certo para realizar o processo de reorganização política no país são constantemente evidenciadas. A defesa das realizações do Estado Novo e do presidente é uma questão que se torna imperativa, uma vez que as notícias estão mais livres e, após a entrevista de José Américo, as discussões só aumentam. É na imprensa que o ataque contra a pessoa de Vargas vem a se constituir numa batalha e a construção de uma contrapropaganda, por parte da oposição menos pressionada pelo DIP,¹⁴⁴ passa a ser possível e viável. As questões relativas à propaganda política,¹⁴⁵ naquela conjuntura, provocou uma confluência entre a propaganda oficial e a das oposições: ambas pregavam o retorno democrático, possibilitando pelo menos uma difusão dos acontecimentos políticos.

A propaganda oficial, no entanto, vai disseminar a idéia de que o governo reúne as condições necessárias para realizar a transição. Entre os seguidores mais ardorosos dessa visão, encontra-se Agamenon Magalhães cujo papel será o de garantir a defesa constante dessa idéia nas páginas de seu jornal.

Em Pernambuco, se as notícias eram publicadas no jornal do Interventor, ganhavam mais força: “*A Verdade, afirmavam, era encontrada primordialmente num veículo, a Folha da Manhã, a tribuna institucionalizada do Estado Novo*”

¹⁴² Fausto, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário** (1920-1940). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2001.

¹⁴³ OUTRO ASPECTO. **Folha da Manhã** . 06/01/1945.p.03.APEJE.

¹⁴⁴ Ferreira, Jorge. **O imaginário trabalhista** Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.Rio de Janeiro. Civilização Brasileira,2005.

¹⁴⁵ Sobre propaganda Política ver: DOMENACH, Jean-Marie.. **A propaganda política**. 2. ed. -. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

pernambucano".¹⁴⁶ O jornal do interventor achava novamente espaço na corrida democrática, tornando-se, dessa vez, o responsável pela atualização de seus leitores a respeito das mudanças esperadas do regime.

Nessa disputa, era preciso assegurar que as realizações do presidente e de seus aliados fossem lembradas e, para isso, divulgavam-se os eventos ocorridos e sua importância: "*O que vai ficar na história é que salvamos sem retórica, e com senso profundamente realista, a idéia democrática no Brasil*".¹⁴⁷ Essa defesa do governo, feita por Agamenon, consolida uma nova prática política, levando em consideração que o interventor estava doutrinando a população, como procedera durante o período em que esteve à frente do Governo estadual. Nesse momento, ele tentava encontrar formas de garantir um espaço seguro para se manter politicamente e enfrentar as oposições cujas notícias revelavam outras experiências de democracia.

Em outro jornal, *Diário de Pernambuco*, uma matéria aponta a democracia como a grande responsável pela vitória dos aliados: "*O retorno à democracia é o fenômeno político desta hora. Na tremenda luta travada com os Estados fascistas, mostrou a Democracia a sua formidável capacidade de resistência e a sua faculdade de adaptação ao sacrifício*".¹⁴⁸ O editorial do *Diário* apresentava, como referência concreta, as democracias norte-americana e inglesa: "*Queremos mencionar, sobretudo, os exemplos da Inglaterra e dos Estados Unidos, países de velha índole democrática, e que foram os elementos básicos para a derrota da Alemanha*".¹⁴⁹ Naquele período, travaram-se intensas discussões do que viria a ser democracia, e cada um dos grupos apresentavam suas considerações. Não discutiremos a questão de que determinado grupo – situação ou oposição – detinha a condição de ser o detentor de um verdadeiro ideal democrático, mas ensinaremos compreender como ambos se posicionavam em relação ao movimento eleitoral.

O que nos interessa, para essa dissertação, é o fato de que vários grupos¹⁵⁰ se predispuseram a disputar a eleição e apontar a presença de uma oposição ao regime, sinalizando para um movimento de abertura do quadro político existente, o regime ditatorial do Estado Novo. O caminho seguido pelo Brasil no pós-Segunda Guerra

¹⁴⁶ SOUZA NETO, José Maria. **Sonhos de Nabucodonosor**: aspectos da propaganda do Estado Novo Pernambucano Recife. Tese de Doutorado. UFPE/CFCH. 2000.p.32.

¹⁴⁷ A Idéia Democrática. **Folha da Manhã**, 14/01/ 1945. pág. 3.APEJE.

¹⁴⁸ Retorno à Democracia. **Diário de Pernambuco**. 04/02/1945.p.2. FUNDAJ.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Sobre a participação partidária ver: LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas**. O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1991.

mundial – inserido num contexto internacional em que as democracias estavam muito valorizadas – e as demandas internas por um retorno às urnas eram cada vez mais forte e deixam transparecer uma significativa mudança no sistema político do país. E o que consideramos relevante, na busca da compreensão do ano de 1945 como uma etapa importante na construção e consolidação da democracia no Brasil, é o fato de que foram expostas, naquele ano, questões caras à democracia como a plena participação política. Nesse sentido, os vários grupos envolvidos – quer da situação, quer das oposições – devem ter sua atuação reconhecida, porquanto possibilitaram, por meio de suas respectivas propagandas, uma discussão a respeito das eleições e de sua importância para a administração pública.

Essa discussão sobre democracia ocorre no bojo do aumento das notícias relativas à política e à vitória dos Aliados na Europa. E as transformações na conjuntura político-mundial tornam-se motivo principal nas matérias veiculadas pelos jornais. Dessa maneira, os leitores pernambucanos ficam cientes de que, na Bahia, estão ocorrendo mudanças no universo político: “*Articulação das forças partidárias da Bahia*”,¹⁵¹ e que o interventor baiano Pinto Aleixo vai discutir o retorno às eleições, identificando o cenário internacional como um dos fatores que levaram o país a apressar sua volta à democracia: “*Uma vez que enfileirada entre as potencias democráticas que combatem o nazi-fascismo há de apresentar se ás próximas conferencias em que se discutirão os problemas do após-guerra com a sua situação jurídica interna regularizada*”.¹⁵² O interventor baiano estava se posicionando a partir das questões mais importantes naquela conjuntura:

Por isso, adianto que na Bahia, será organizado um partido em articulação com outros que se formarem nas várias unidades federativas, o qual em tese, terá como objetivo precípua a defesa da doutrina do governo estabelecida pela constituição, depois de reformada, e o apoio à política central.¹⁵³

A constante necessidade de manter os Estados vinculados ao poder central e a importância de se manter a ligação aos acontecimentos internacionais eram lembradas pelo interventor baiano. Isto porque, não só as informações sobre a guerra estavam circulando nas páginas dos jornais brasileiros – na *Folha da Manhã* podiam se constatar a presença de informações a respeito de eleições ocorridas em outros países –, como

¹⁵¹ Articulação das Forças partidárias da Bahia. **Folha da Manhã**. 21/02/1945.p.1. Recife. APEJE.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Ibidem.

também na pequena nota “*ELEIÇÕES NA FRANÇA*”.¹⁵⁴ Nessa nota, o atento leitor ficaria sabendo sobre algumas características das futuras eleições francesas: “*As mulheres francesas votarão pela primeira vez em abril próximo*”,¹⁵⁵ ou seria informado de que a possível eleição no Brasil já era comentada até na Europa, conforme essa notícia publicada na mesma *Folha da Manhã*: “*COMENTADAS EM LISBOA AS NOVAS ELEIÇÕES NO BRASIL*”.¹⁵⁶ A pequena nota apresenta, ainda, alguns comentários sobre a eleição que ocorrerá no Brasil:

O órgão oficial ‘Diário da Manhã’, comentando o anúncio das eleições no Brasil, declara: ‘O Brasil vai fazer a experiência política iniciada, aqui, há quinze anos. As experiências do passado não podem deixar de trazer benefícios’.

O jornal acrescenta não ter dúvidas de que o presidente Vargas continuará a guiar os destinos do país.¹⁵⁷

Oficializar a eleição passou a ser uma questão de tempo. O clima para as discussões eleitorais aparentava uma certa liberdade e instaurar uma política moderna tornava-se imprescindível.

Os políticos brasileiros, então, passaram a se apressar para não ficarem de fora dessa conjuntura. E informações a respeito das movimentações políticas vinham dos vários Estados da federação. A *Folha da Manhã*, na reportagem “*EM PLENA ATIVIDADE OS MEIOS POLITICOS GAÚCHOS*”,¹⁵⁸ apresenta a questão do início da propaganda eleitoral, fato registrado ainda no começo do ano: “*Os vespertinos divulgam informações de Pôrto Alegre, dizendo que o embaixador Batista Luzardo irá, em breve, ao rio grande do sul, a fim de dar início às atividades da propaganda eleitoral*”.¹⁵⁹ Assim é que a campanha eleitoral se iniciava em diversos lugares do país, e, em Pernambuco, a própria *Folha da Manhã* cuidava de expandir as notícias referentes à eleição a fim de não perder a primazia da informação para outros órgãos dentro do Estado.

¹⁵⁴ ELEIÇÕES NA FRANÇA. *Folha da Manhã*. 13/01/1945. p.1. APEJE.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ COMENTADAS EM LISBOA AS NOVAS ELEIÇÕES NO BRASIL. *Folha da Manhã*. Recife, 27/02/1945. APEJE.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ EM PLENA ATIVIDADE OS MEIOS POLITICOS GAÚCHOS. *Folha da Manhã*. Recife, 22/02/1945. p.1 APEJE.

¹⁵⁹ Idem.

A divulgação das transformações políticas pelo país se torna corriqueira, entretanto, em Pernambuco, Agamenon Magalhães é apresentado pela *Folha da Manhã* como um dos chefes mais plenamente ativo em relação a essas discussões.

Os deslocamentos do Interventor para o Rio de Janeiro ganham destaque nas páginas desse jornal, transformando-os num verdadeiro diário de bordo dessas viagens, e hospedado no Hotel Paissandu, recebia os mais importantes líderes do cenário político nacional: “*Iniciando-se então a primeira conferencia entre o chefe do governo de Pernambuco e o ministro da Justiça. A conferencia prolongou-se por largo tempo, sendo abordados os mais palpitantes assuntos da vida nacional*”.¹⁶⁰ As discussões, tendo a vida nacional como assunto, tornaram-se cada vez mais intensa e o chefe pernambucano cada vez mais ficava ausente do seu Estado. Os dias do interventor eram repletos de reuniões enquanto ele permanecia no Rio de Janeiro e a importância de sua estadia naquela cidade era divulgada com manchetes na *Folha da Manhã*; “*LONGA CONFERENCIA ENTRE O PRESIDENTE GETULIO VARGAS E O INTERVENTOR AGAMENON MAGALHÃES afluência de pessoas de todas as classes sociais ao Hotel Paissandu*”.¹⁶¹ Todas essas notícias permitiam que os leitores assíduos da *Folha da Manhã* acompanhassem o cotidiano do seu governante.

A grande manchete, contudo, viria com o anúncio, feito pelo presidente, de que Agamenon passaria a ser o responsável pela pasta da justiça. O interventor pernambucano atuaria ainda mais na reabertura política do país. Em uma reunião “*na intimidade de sua residência, que era no palácio, surpreendia-me Agamenon, em conversa reservada a que me chamara, no seu gabinete, com a comunicação de que fora convidado para a pasta da justiça...*”.¹⁶² Nesse momento é que Etelvino Lins fica sabendo que vai ser o interventor. A *Folha da Manhã* vai exaltar a nova função que será exercida por Agamenon Magalhães e, no dia 1º de março, é publicada uma matéria em que o agora ex-interventor fala aos seus concidadãos:

As contingências do momento afastam-me do governo de Pernambuco para exercer a pasta da justiça numa hora de transição e de reformas políticas. Espero que o povo de Pernambuco compreenda a minha atitude e receba como apreço á sua pugnacidade e seu

¹⁶⁰ Em conferencia com o ministro da Justiça o chefe do governo pernambucano. **Folha da Manhã**. 18/01/1945. p.1. APEJE.

¹⁶¹ LONGA CONFERENCIA ENTRE O PRESIDENTE GETULIO VARGAS E O INTERVENTOR AGAMENON MAGALHÃES. **Folha da Manhã**. 19/01/1945. P.1.APEJE.

¹⁶² LINS, Etelvino. **Um Depoimento Político**: episódios e observações: Livraria José Olympio editora. Rio de Janeiro 1977.p.18

civismo, o fato do governo da república ir buscar, nessa conjuntura, um homem de Pernambuco para o ministério da justiça.¹⁶³

Essa valorização das informações, tendo como tema a alteração do sistema político, encontra grande notoriedade na *Folha da Manhã*, ainda mais quando o seu grande personagem vai à sede do poder político nacional para participar ativamente dessa transformação.

O fato de se manter longe do seu centro de maior influência política não quer dizer que ele abandonaria seus conterrâneos, essa questão, posta pelo próprio interventor, ocorreu pelas contingências do momento. A autora Dulce Pandolfi destaca o ainda forte apelo em direção ao povo que encontramos nos discursos do antigo interventor,¹⁶⁴ quando ele se dirigia aos seus conterrâneos.

Ao assumir o cargo de Ministro da Justiça, a *Folha da Manhã* noticiara entusiasticamente: “*TOMARA POSSE, AMANHÃ, NO MINISTERIO DA JUSTIÇA, O SR. AGAMENON MAGALHAES*”.¹⁶⁵ Isso se constituiu, por um lado, motivo de orgulho para os pernambucanos, segundo apresentava o próprio interventor; e, por outro, gerou ansiedade nos diversos grupos políticos da nação:

Os círculos políticos mostram-se ansiosos em conhecer as declarações que fará, no ato de sua posse, na pasta da justiça, o Sr. Agamenon Magalhães. S. Excia. Colocará o problema da renovação de poderes no terreno da cultura política e, logo após a investidura procurara iniciar uma serie de conferências sugerirá a orientação definitiva aos amigos do governo.¹⁶⁶

O fato, dado a sua importância, fora noticiado em primeira página pela *Folha da Manhã*. A preponderância desse evento, isto é, da posse residia no papel que o Ministro da Justiça exerceria, pois caberia a ele a responsabilidade de construir a Lei Eleitoral. E, num período de transição de sistema político, essa função se cobria de grande significado prático, porquanto tanto as oposições quanto a situação estavam ávidas por tomar conhecimento de como ficarias as regras do jogo eleitoral. Os participantes convocados para fazer parte da comissão eleitoral, foram:

ela era constituída por José Linhares (presidente do supremo Tribunal federal), Vicente Piragibe, Lafayette de Andrade (ambos do Tribunal de Apelação), Hahneman Guimarães (Consultor geral da República) e

¹⁶³ AO POVO DE PERNAMBUCO PROCLAMAÇÃO DO MINISTRO AGAMENON MAGALHÃES. *Folha da Manhã*. 02/03/1945.p.1. APEJE.

¹⁶⁴ PANDOLFI, Dulce Chave. Op.cit..

¹⁶⁵ TOMARA POSSE, AMANHÃ, NO MINISTERIO DA JUSTIÇA, O SR. AGAMENON MAGALHAES. *Folha da Manhã*. Recife, 02/03/1945. p.1 APEJE.

¹⁶⁶ Idem.

José Miranda Valverde (da Ordem dos Advogados do Brasil). Essa comissão trabalhava em cima de cinco pontos previamente estabelecidos pelo Ministro Agamenon Magalhães: (1) Partidos Políticos nacionais, (2) Justiça Eleitoral Autônoma; (3) Alistamento Eleitoral simples e extenso; (4) voto Secreto e (5) Apuração rápida e imediata.¹⁶⁷

Os pontos colocados pelo Ministro provocarão conflitos entre os participantes do processo eleitoral. E um dos pontos de desentendimentos em relação à Lei Eleitoral, dizia respeito à questão dos partidos nacionais:

provoca uma série de polemicas no seio da elite responsável pela redemocratização. Enquanto o ministro Agamenon, juntamente com Vargas, defendia está idéia, alguns outros interventores, como Benedito Valadares (MG) e Fernando Costa (SP), pregavam a tese de criação dos partidos regionais.¹⁶⁸

O código eleitoral, responsável por reger as eleições de 1945, gerou discordâncias entre os vários grupos políticos. A questão dos partidos nacionais, que a própria revolução de 1930 não conseguira sanar, era uma controvérsia já antiga na política brasileira: os partidos tinham sido vistos por uma parcela da elite política e intelectual brasileira como um dos fatores de desagregação e fraqueza do Estado no Brasil.¹⁶⁹ Sobre a ocorrência do debate em torno dos partidos, em 1945, a autora Maria do Carmo Campello coloca que: *“se deu em moldes particularmente estreitos e que o nascimento da vida partidária realizou-se sob condições que a destinavam a uma extrema fragilidade institucional”*.¹⁷⁰ Embora a discussão sobre a construção dos partidos não tivesse adquirido uma relevância perante a sociedade, capaz de cicatrizar velhas feridas, não impediu que alguns partidos se construíssem em unidades políticas fortes. O Partido Social Democrático (PSD) foi o mais forte dos partidos desse período e considerado por alguns como o responsável por manter a governabilidade do regime enquanto se manteve no seu centro.¹⁷¹

A necessidade que têm os partidários do governo de agir de forma rápida para organizar-se partidariamente, evitando maiores atropelos, consuma-se com a aceitação da proposta colocada por Agamenon, *“vitoriosa a proposta de criação de partidos de âmbito nacional, o governo parte para uma definição mais precisa das novas regras*

¹⁶⁷ SILVA, Helio, **por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1976.p, 151.

¹⁶⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves.,Op.,Cit.p.88.

¹⁶⁹ Sobre o assunto ver: SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

¹⁷⁰ SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de.,Op.,Cit. p.64.

¹⁷¹ HIPPOLITO, Lucia. Op., Cit.

institucionais”.¹⁷² Essa conquista por parte do governo só faz aumentar as expectativas das eleições naquele ano, já que seria a primeira eleição com partidos nacionais. E as informações a respeito do Código continuam a chamar a atenção da mídia pernambucana. A construção do Código eleitoral foi acompanhada pelos jornais do Estado, “*Mais um embuste desmentido*”.¹⁷³ Nessa matéria, vem à tona uma possível discordância que é rapidamente rechaçada:

O desembargador Vicente de Piragibe, que fez parte da comissão que está redigindo o futuro código eleitoral, falando a imprensa disse não ser exata a notícia propalada de que está preparando um substitutivo ao projeto do ministro José Linhares, presidente da comissão.¹⁷⁴

O código eleitoral de 1945 era esperado com ansiedade e qualquer atraso ou turbulência entre a equipe responsável por elaborá-lo virava notícia. E no dia 3 de maio é publicado em texto integral na *Folha da Manhã* o “*Anteprojeto de lei eleitoral*”:¹⁷⁵

O ministro da Justiça e Negócios Interiores divulga o Anteprojeto de Lei Eleitoral, organizado por uma comissão de magistrados e juristas, para receber, no prazo de dez dias, sugestões das correntes políticas e de seus líderes. O Ministro da Justiça, no decorrer daquele prazo, receberá, diariamente, às 16 horas, os representantes das correntes políticas, para examinar e discutir as alterações que forem sugeridas.¹⁷⁶

Essa matéria marca a realização de uma das atividades que o antigo interventor pernambucano tinha ido realizar na capital do país. No dia “*28 de maio de 1945 era decretado o novo Código Eleitoral (decreto nº 7.586), também conhecido como ‘Lei Agamenon’*”.¹⁷⁷ Esse código daria as bases para que a campanha Eleitoral fosse conduzida legalmente, contudo, em Pernambuco, as questões relativas às eleições já provocavam a agitação da sociedade, como diziam os defensores do Estado.

Embora a saída de Agamenon tenha sido conquista de um pernambucano, como ficou a interventoria nas mãos de Etelvino Lins? A posse de Etelvino Lins, como novo chefe do poder executivo, ocorreria no mesmo período da do Ministro da Justiça. E a valorização da história política do antigo secretário, e agora interventor, foi feita nas páginas da *Folha da Manhã*:

¹⁷² PANDOLFI, Dulce Chaves.,Op.,Cit.p.88.

¹⁷³ Mais um embuste desmentido. **Folha da Manhã**. 12/04/1945. p.8.APEJE.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Anteprojeto de Lei Eleitoral. **Folha da Manhã**. Recife, 03/05/1945. APEJE.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves.,Op.,Cit.p.88.

De longa data, Pernambuco vem acompanhando com a mais viva simpatia a atuação que o novo interventor federal vem levando a cabo com seriedade, alta visão dos nossos problemas e dedicação inexcedível ao bem estar geral. O que a coletividade lhe deve em serviços os mais assinalados á ordem pública é verdadeiramente inestimável.¹⁷⁸

Essa mostra de dívida que a população teria com o novo interventor pode ser percebida pela importância que existia para o governo a questão da segurança. Não foi à toa que Etelvino “[se notabilizou] *pelo seu combate feroz ao comunismo*, [representando], *sem duvida, um dos mais autênticos elementos da máquina estadonovista*”.¹⁷⁹ Sua fidelidade ao novo Ministro da Justiça, bem como a manutenção da prática política existente no Estado seria levada à frente com ele na Interventoria:

‘Meu governo será um apelo permanente a todas as forças morais do Estado para que mantenhamos Pernambuco na posição de alta dignidade e incontestável prestígio em que o colocou seu grande leader Agamenon Magalhães’. Quero dizer-lhe ainda no momento em que é divulgada a sua brilhante proclamação ao povo do Estado, que Pernambuco acompanhará com entusiasmo e confiança a ação segura e corajosa do seu grande filho na pasta da justiça, em conjuntura tão difícil da vida nacional.¹⁸⁰

Esse posicionamento de lealdade ao antigo interventor e sua visão de permanência da obra de Agamenon no Estado vão colidir com os pequenos, porém constantes movimentos em direção a democracia. E a elite política pernambucana que se posicionava ao lado de Etelvino Lins conduziu de maneira bastante restrita o começo do processo de transição. Os conflitos políticos intensificavam-se dentro do Estado. Com o passar dos dias, as discussões aumentavam e, com elas, a repressão do governo. Utilizando, de maneira regular, a força policial e a propaganda, Etelvino vai divulgar críticas severas aos movimentos pró-eleições que ocorriam, e notícias no jornal *Folha da Manhã* vão aparecer como notas oficiais, informando sobre os acontecimentos:

Alguns agitadores, deixando, ante-ontem á noite, a redação do “Diário de Pernambuco”, penetraram num “bar” localizado á Praça da Independência, praticando atos que bem definem os seus propósitos evidentes de desordem. Durante o dia de ontem, esses mesmos agitadores estiveram em diversas casas comerciais,

¹⁷⁸ Interventor Etelvino Lins. **Folha da Manhã**. Recife, 02/03/1945. p.1. APEJE

¹⁷⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves., Op., Cit. p.91.

¹⁸⁰ DO INTERVENTOR ETELVINO LINS AO MINITRO AGAMENON MAGALHÂES. **Folha da Manhã**. Recife, 02/03/1945. p.1. APEJE

ameaçando-as de depredações sob um pretexto que envolve manifesto desrespeito á lei e á autoridade do chefe da nação.¹⁸¹

Esses acontecimentos deixavam o interventor federal apreensivo, visto que sua prática política, muito marcada pelo autoritarismo, não percebia com bons olhos esses eventos. Contudo, o acontecimento que, de acordo com o relato em livro de memória, marcou sua vida política ocorreu no dia 3 de março de 1945;

Começa aí, com a morte do estudante Demócrito de Souza Filho e do carvoeiro Elias, a fase turbulenta de minha vida pública. Começa, para melhor definir, o verdadeiro calvário de um homem público sem a mais leve culpa no episódio brutal que dominaria as manchetes de toda a imprensa brasileira, na exploração a que se prestava para a derrubada do Estado Novo.¹⁸²

São os acontecimentos desse dia que fazem as eleições em Pernambuco adquirem uma configuração de ataques entre as forças políticas. Os confrontos vão ser lidos e vistos nas páginas dos jornais e os embates entre as versões que surgem do evento se acumulam em acusações entre situação e oposição.

O CONFLITO DE 3 DE MARÇO

Os acontecimentos do dia 3 de março de 1945 foram simbólicos em relação às atitudes da interventoria e dos seus principais representantes. As condições políticas em Pernambuco eram agitadas. O ainda interventor Agamenon Magalhães não via com bons olhos os ‘oposicionistas’ e criticava as oposições no Estado, acusando-os de tentar acelerar e dificultar o trabalho do presidente e seu governo,

Nota-se certa ansiedade e, quando vejo, aqui os pigmeus subindo nos tablados e batendo as asas, começo também a me divertir com os vôos curtos. É inútil supôr que os homens de governo são dirigidos, por que a sua vocação é precisamente orientar e conduzir.¹⁸³

Essa postura de alguns integrantes do governo em conceber uma transição com cuidado e de mostrar que a democracia precisaria ser bem trabalhada passaria a ser uma

¹⁸¹ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Folha da Manhã**. 02/03/1945.p.12. APEJE.

¹⁸² LINS, Etelvino. Op.,Cit.,p.19.

¹⁸³ OUTRO ASPECTO. Agamenon Magalhães. **Folha da Manhã**. 06/01/1945.p.3., APEJE.

prática constante. No dia do trabalho, o então interventor Etelvino Lins ressalta a confiança que deve existir nos representantes do poder:

Falando da sacada do Palácio do Govêrno ante-ontem, aos trabalhadores, o interventor Etelvino Lins começou dizendo que a presença do operariado pernambucano no Palácio do Governo, no 'Dia do Trabalho', era de uma alta significação patriótica. A escolha da praça da República para a grandiosa concentração cívica era um fato que bem merecia ser posto em justo relevo. Era um fato que envolvia uma lição de civismo. Lição de civismo do operário das fábricas, do comerciário, do homem do povo, conclamando todas as classes, na sinceridade e na eloquência de um pronunciamento, a uma só atitude: consagração ao trabalho, obediência á lei, respeito á autoridade. Lição de civismo aos democratas do insulto e do achincalhe, aos demolidores, aos que teimassem ainda em pregar a subversão da ordem, incorrendo em crime de lesa pátria.¹⁸⁴

Todavia, à medida que a abertura vai se consolidando, essas questões se tornam mais fortes. Enquanto os debates em torno da sucessão de Vargas¹⁸⁵ só faziam aumentar, dia após dia, os jornais do país noticiavam as suas possibilidades, e, em Pernambuco, não era diferente. A questão era como os partidários do governo se posicionariam:

O Dr. Coriolano de Góis aludiu ao próximo fim da guerra e as providencias de caráter preventivo que serão tomadas no sentido de evitar excessos de perturbação da ordem publica, assegurando que o aparelhamento policial esta vigilante, observando os movimentos de quantos se filiam as correntes contrarias a índole e aos princípios do povo brasileiro.¹⁸⁶

Notícias eram divulgadas nas páginas da *Folha da Manhã* dando conta dos embaraços causados pelos movimentos que pediam a transição do poder, as situações que perturbavam o cotidiano da cidade ou do Estado eram sempre denunciados pelos governantes. A matéria intitulada “*Às autoridades, às classes conservadoras, e ao povo*”,¹⁸⁷ é uma resposta as ‘dificuldades’ provocadas pela oposição, que não estavam seguindo as orientações do governo com relação às etapas que deveriam ser trilhadas

¹⁸⁴ Liberdade Política, sim, mas ao lado e acima da liberdade política, a liberdade econômica. **Folha da Manhã**. 2ª seção. 03/04/1945.p. 8.APEJE.

¹⁸⁵ Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano** V.3, O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

¹⁸⁶ **Folha da manhã**. 30/01/1945. APEJE.

¹⁸⁷ Às autoridades, às classes conservadoras, e ao povo. **Folha da Manhã**. Recife, 02/03/1945. p.p.12 e 7. APEJE.

para se alcançar a democracia. A reportagem traz as assinaturas de diversos representantes de trabalhadores ligados aos chefes políticos locais. Essa ligação entre os trabalhadores e o ex-interventor pernambucano já era antiga, uma vez que o mesmo havia sido Ministro do Trabalho antes do golpe de 1937. Enquanto esteve à frente do ministério, ele foi responsável por reestruturar a relação entre o Estado e os trabalhadores, fato levado adiante pelo governo, durante o Estado Novo.¹⁸⁸ No decurso da transição, os dias de agitação em que os meios políticos dentro do Estado estavam vivenciando provocam, nos líderes dos trabalhadores ligados ao governo, a necessidade de que se pronunciem a respeito dos acontecimentos incitados pelos opositores, mostrando seu apoio:

Em face do momento de intensa exaltação cívica que estamos vivendo, sob o impulso espontâneo dos nossos ideais de Liberdade e Democracia, defendidos tantas vezes na luta cruenta das trincheiras como no entusiasmo das tribunas populares, sentimos o dever indeclinável de lançar a presente proclamação, que é ao mesmo tempo, um protesto e uma definição.

Dos últimos atos do governo e do noticiário da imprensa brasileira, conclui-se que a nação se apresta para as lides eleitorais, respeitadas as liberdades essenciais ao livre pronunciamento do povo, em ambiente de ordem e respeito aos direitos de todos os cidadãos.¹⁸⁹

A defesa dos representantes do Estado, feita pelos trabalhadores, deveu-se muito às políticas implantadas por Agamenon, visto que ele “*Tentou capitalizar ao máximo a legislação trabalhista pela qual fora em parte diretamente responsável*”.¹⁹⁰ Porém, mesmo com essa proximidade com os trabalhadores, os políticos pernambucanos ligados aos dois grupos mais fortes – fossem eles os que eram a favor de Vargas e que lutavam para manter o poder; ou os opositores que se aglutinavam na órbita da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes – mantinham posicionamentos que incluíssem um debate amplo a respeito da nova democracia. E nutriam certo receio em relação à participação mais efetiva dos trabalhadores, visto que não possuíam o controle sobre todos,¹⁹¹ e, no Estado, o apoio dos trabalhadores era necessário para se contrapor às agitações criadas pelos estudantes e pelos movimentos mais liberais.

¹⁸⁸ GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2005.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ LAVAREDA, Antonio., Op., Cit., p.42.

¹⁹¹ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

É o caso do dia 3 de março que vai adquirir, nas páginas dos jornais, grande importância. As reivindicações por uma maior abertura vinham acontecendo na cidade do Recife e gravitavam ao redor da Faculdade de Direito do Recife e do *Diário de Pernambuco*.¹⁹² Os confrontos entre esses dois blocos eram antigos, todavia no início de 1945, com a pressão pela abertura do regime, vai alcançar o apogeu na mídia com a passeata do dia 3 de março.

A concentração da passeata ocorreu na frente da Faculdade e, posteriormente, se direcionou para a Praça da Independência, localizada em frente ao *Diário de Pernambuco*, realizando-se aí as decisivas ocorrências nas quais duas pessoas foram mortas:¹⁹³ o estudante de direito Demócrito de Souza Filho e o carvoeiro Manoel Elias. Após os acontecimentos, o *Diário de Pernambuco* vai ter sua circulação cancelada pelo governo, e Etelvino Lins, ao comentar sobre essa censura com Assis Chateaubriand, quando os dois eram senadores da república, justifica da seguinte maneira:

Não fechei, respondi, pois a direção do Diário é que decidiu não admitir a circulação do velho órgão sob a censura a que foi submetido naqueles dias, após o 3 de março. E se o Diário tivesse circulado nos dias que se seguiram a morte de Demócrito de Souza Filho, sem qualquer restrição à liberdade de imprensa – acrescente – graves conseqüências teríamos presenciado no Estado. ‘Vamos admitir, Chateaubriand, que tenha praticado uma violência, mas o fiz para evitar um mal maior’ – concluí, ao que o senador paraibano esboçou um sorriso e abraçou-me.¹⁹⁴

Entretanto, mesmo com o fechamento do *Diário de Pernambuco* no Estado, a população ficou sabendo dos acontecimentos. E o controle da Interventoria não impediu que os jornais transformassem a morte de Demócrito num grande acontecimento. As divergências surgiram a partir dos fatos e, nas edições dos dias que se seguiram, as notícias eram mais incisivas. A morte de Manoel Elias se transformou em mais uma morte, no entanto a de um estudante, bacharelado em direito, que tinha uma ligação com os movimentos de crítica ao governo, teria outra conotação. Esse personagem não vai ter sua morte tratada como mais uma nas páginas dos jornais, mas, sim, como um acontecimento diferente. Esse tipo de morte não ocupa apenas os pequenos espaços destinados às lembranças das famílias e parentes:

O morto accidental, o jornal o torna acontecimento como o corte ou a derrota de uma rotina: o avesso de uma programação? Mas a morte-

¹⁹² RIOS, Lêda M. R. C.Op.,Cit.

¹⁹³ Idem. p.510.

¹⁹⁴ Lins, Etelvino.Op., Cit.p.41.

acidente não estaria na programação de nossas sociedades? É a particularidade (do acidente ou do crime) que se torna notícia; sua diversidade é sua essência.¹⁹⁵

O crime ocorrido na praçinha, que levou o estudante ao chão, vitimando-o durante uma manifestação contra o Estado, não passaria sem comentários. Os jornais não deixariam a opinião pública sem informação. A divulgação quase que diária sobre o ocorrido é uma das armas da imprensa do período, a mesma que adquiriu uma importância muito grande durante os anos do Estado Novo, sendo alvo de um controle estatal muito forte.¹⁹⁶ Entretanto, a morte ocorrida na manifestação era diferente, algo que a imprensa daquele momento aproveitou para enfrentar a censura.

Os periódicos que conseguiam manter uma distância do Estado divulgavam os acontecimentos, “*Já o Grande Morto da mídia corre na frente em tempo real e torna-se flash no front da mídia*”.¹⁹⁷ Dessa forma, transformaram o ocorrido numa questão moral e de luta democrática, obrigando o governo a prestar as devidas explicações. Não poderia passar incólume a morte de um jovem estudante. Desta maneira, a mídia provocou uma inquietação no grupo detentor do poder. A vida desse estudante vai ser lembrada pela imprensa, e a situação em que ocorreu a morte do estudante exposta vai se constituir num marco anti-Estado Novo. As matérias cujo tema são os conflitos ocorridos na praça da Independência, bem como a valoração do ocorrido, fizeram parte das notícias como essa:

Pernambuco estreou dolorosamente, com os acontecimentos de sábado, a nova fase da vida política nacional, inaugurada não somente pelas exigências da opinião pública mas também pela própria palavra do governo. No primeiro dia de jornada eleitoral aberta com o pronunciamento das mais altas autoridades, com a reforma das leis e com solenes declarações de liberdade para a propaganda, correu sangue em nossas ruas. E já se registra a morte de um jovem pernambucano que se destacava honrosamente no meio de sua geração.¹⁹⁸

Os motivos do ocorrido surgem como inexplicáveis, nada justificaria uma morte nesse novo panorama em que vivia o país. As críticas se tornam mais contundentes,

¹⁹⁵ MOUILLAND, Maurice. **As Grandes Mortes na Mídia**. In: MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Orgs) **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília, UNB, 2002.p.350

¹⁹⁶ GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero;Brasília MCT/ CNPq,1990

¹⁹⁷ MOUILLAND, Maurice. Op.,Cit. p351.

¹⁹⁸ ESTRÉIA DOLOROSA. **Jornal do Commercio**. 06/04/1945. p.12.FUNDAJ.

provocando constrangimentos ao governo estadual, e o novo interventor assumia, já com uma grande responsabilidade, proceder às investigações:

Só uma atitude pode redimir o êrro já praticado e recolocar de certo modo o espírito publico na atitude de tranqüilidade e confiança que deve ser a sua, para o bem do país: a repressão implacável dentro da lei a todos os provocadores para que a ordem seja efetivada de modo cabal, manifestando-se livre e ordeiramente todos os grupos e todas as idéias. Que ninguém se considere dispensado, pelo ardor de suas paixões ou pela evidência dos seus direitos de concorrer para tirar todo pretexto aos agitadores de má fé e má índole.¹⁹⁹

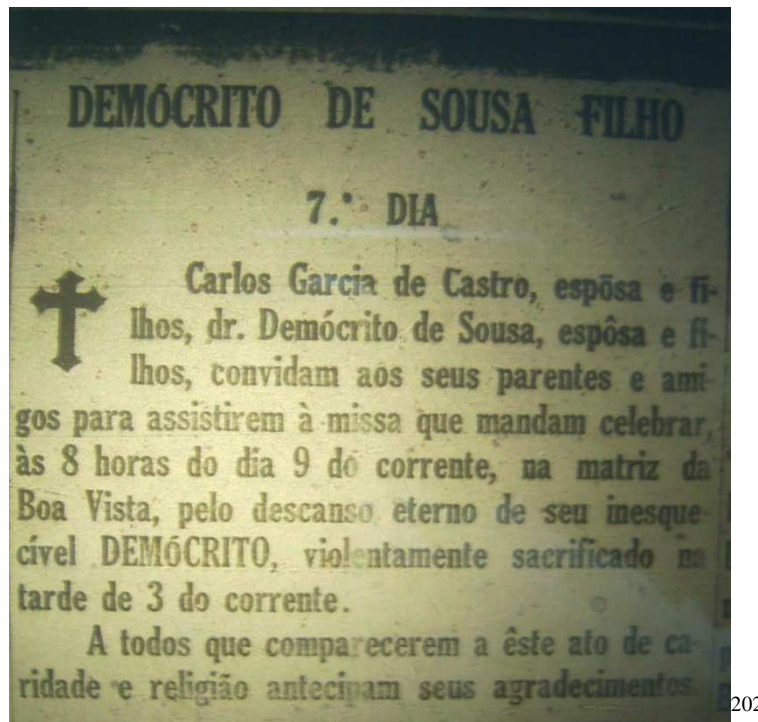
A busca pelos culpados tinha que ser exemplar, exigia a oposição. O Estado estava sendo questionado a respeito do rumo da investigação e como procederia a tal intento. A busca pelos culpados tinha que ser feita. Não poderia deixar de investigar uma morte tão emblemática e que tinha chocado a cidade, diziam os jornais. As críticas contra o governo aumentavam e uma questão se colocou relevante naquele episódio: a quem realmente se dirigiu a bala: “*O carvoeiro, no meio da multidão, deve ter sido uma vítima ocasional. Mas a quem fora destinada a bala dirigida a sacada do Diário?*.”²⁰⁰ A questão se apresentava de maneira confusa, visto se encontrarem no referido episódio o escritor Gilberto Freyre e Aníbal Fernandes; ambos oposicionistas, e famosos por sua orientação política contrária a do Estado.²⁰¹

Essas questões ainda estão em aberto, mas o fato é que quem faleceu foi Demócrito de Souza Filho e a mídia utilizou-se o quanto pôde do incidente para provocar a situação. Mesmo as notas sobre a missa para Demócrito de Souza Filho mostravam quantos eram os partidários da sua causa, e, na página 6 do *Jornal do Commercio*, vários seriam os grupos que lhe renderiam homenagem e dessa maneira foi se criando um personagem novo que se tornaria importante na construção das eleições em Pernambuco:

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ RIOS, Lêda Maria., Op., Cit., p.510

²⁰¹ Idem.



Os seus companheiros de luta, os estudantes: “A *União dos Estudantes de Pernambuco* convida os universitários e o povo pernambucano para assistirem à missa que manda celebrar na matriz da Boa Vista”.²⁰³ Nessa nota, os estudantes voltam a evidenciar a ideia de que Demócrito de Souza Filho fora “*assassinado barbaramente na tarde de 3 do corrente*”.²⁰⁴ As questões relacionadas ao ocorrido e de quem seria o culpado eram colocadas em destaque.

O interventor se via numa posição em que não conseguia ter um controle necessário sobre a mídia, e as informações a respeito do ocorrido ainda provocavam constrangimento aos políticos da situação.

Os jornais, naquele período, traziam ao conhecimento dos leitores um texto do estudante baleado com o título: “*EXALTAÇÃO DA LIBERDADE*”.²⁰⁵ Esse texto foi um discurso “*que proferira numa recepção do Diretório Acadêmico de Direito ao nosso companheiro professor Luis Delgado*”.²⁰⁶ A valorização desse acontecimento objetivava reforçar e fortalecer a campanha da redemocratização no Estado. A família do estudante sentia a perda de seu filho, contudo a causa da redemocratização tinha criado um mártir:

²⁰² **Jornal do Commercio**. 08/03/1945.p.6.FUNDAJ.

²⁰³ **Jornal do Commercio**. 08/03/1945.p.6.FUNDAJ.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Demócrito de Souza Filho. *EXALTAÇÃO DA LIBERDADE*. **Jornal do Commercio**. 11/04/1945.p.14. FUNDAJ.

²⁰⁶ Idem.

estudante, moço, uma figura capaz de chamar a atenção, visto que durante o Estado Novo muitas foram as propagandas do governo para tentar divulgar esses ideais.

Os partidários do governo não viam com bons olhos os acontecimentos, e, mesmo com todo o mérito sendo atribuído ao estudante e todas as críticas direcionadas ao Estado, o governo procurava se defender, divulgando em matérias oficiosas sua versão para o ocorrido e apontando outros argumentos: “A grande interrogação é esta. A quem poderia interessar a provocação do conflito? – Quem o teria iniciado?”.²⁰⁷ A situação empurrava o questionamento para o outro lado, ressaltando os eventos provocados pela oposição:

Raciocinemos com outros fatos mais recentes ainda.

Que vinha ocorrendo antes dos lamentáveis acontecimentos do 3 de março? Um grupo, deixando a redação do Diário de Pernambuco, quebrára, debaixo de improperios, o retrato do presidente da República, num bar próximo. Outro grupo, ou o mesmo grupo, no dia imediato invadia estabelecimentos comerciais nas ruas centrais da cidade, intimando-os, sob pena de depredações, a retirar o retrato do presidente da nação.²⁰⁸

As agressões eram constantes e não podiam deixar de levantar dúvidas sobre os incidentes. Em meio a uma campanha eleitoral não era seguro, mesmo com a imprensa sobre certo controle, deixar em aberto os fatos ocorridos. A campanha a favor da redemocratização, além de provocar a retomada das discussões políticas de uma maneira mais efetiva, provocava uma disputa para conquistar a opinião pública, e dessa forma, obter votos. Ao falarmos de opinião pública,²⁰⁹ estamos nos referindo a um conceito amplo, a partir do qual se encontram várias explicações sobre sua existência e percepção. Entretanto, como ponto de partida para se verificar a importância dessa questão durante os acontecimentos do dia 3 de março, podemos considerar que a opinião pública “é um arbitro, uma consciência; poderíamos dizer mesmo que é um tribunal, certamente destituído de poder jurídico, mas um tribunal temido”.²¹⁰ A oposição ao governo, ao repercutir o lamentável episódio e pôr em discussão o respeito às liberdades democráticas, obrigava os políticos ligados ao governo a se defenderem das acusações que lhes eram imputadas sobre o ocorrido na praça da independência, procurando evitar danos maiores.

²⁰⁷ Agitação em Pernambuco. **Folha da Manhã**. 05/04/1945. edição matutina. APEJE.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ SAUVY, Alfred, 1898-. **A opinião publica**. 2. ed. -. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

²¹⁰ SAUVY, Alfred. Op., Cit., p.p 7-8.

Os confrontos entre esses dois grupos e a tentativa de ambos de incriminar um ao outro revelam certa fragilização no poder coercitivo do governo. O surgimento dessa perspectiva de mais liberdade no posicionamento político deixa os opositores ao regime numa situação mais confortável para o embate com os agentes do Estado. Nesse ambiente de mútuas acusações, os participantes da política local apressavam-se em apresentar uma solução a fim de que o fato não viesse a trazer maiores prejuízos a suas carreiras no novo cenário político. A questão era mostrar para a sociedade o interesse do Estado em averiguar o ocorrido:

O Interventor Etelvino Lins assinou ontem o seguinte ato: O Interventor Federal no Estado resolve designar o desembargador Felisberto dos Santos Pereira e o Bacharel Dirceu Ferreira Borges, sub-procurador geral do Estado, para procederem a inquérito sôbre os fatos verificados, sábado, 3 do corrente, de 17 para as 18 horas, nesta capital, à praça da independência, por ocasião de manifestações políticas.²¹¹

A interventoria, ao divulgar os procedimentos relativos à investigação do fato, demonstrava seu interesse na solução do caso, ao mesmo tempo em que respondia aos ataques da oposição cuja estratégia passava a ser a publicização das mensagens vindas de outras cidades, concernentes ao acontecido:

A União Nacional dos Estudantes e a união metropolitana de estudantes enviaram aos jornais enérgicas notas de protesto, em relação aos acontecimentos do Recife.

Os professores Oscar Stevenson, Jerônimo Monteiro Filho, Jurandir Pires Ferreira, Jurandir Santos Reis e Daniel Carvalho, todos pertencentes as escolas superiores do Rio, assinaram um protesto condenando ‘os tristes acontecimentos do Recife, em que se acentuam as atitudes fascistas e em que culmina com o desrespeito a manifestações de opinião, sobretudo levantadas pelas vozes puras e confiantes da mocidades brasileira’.²¹²

As discussões em torno da morte do estudante Demócrito de Souza Filho e das críticas mais severas contra o Estado criavam um cenário de guerra veiculado nas diversas manchetes em que se questionava com quem estaria a razão. Durante muitos anos, a *Folha da Manhã* foi hegemônica, contudo os acontecimentos do dia 3 de março provocariam uma ruptura, fazendo com que os outros jornais e periódicos dentro do Estado conseguissem se expressar dissonantes. Embora a censura já não funcionasse de

²¹¹DESIGNADOS PARA PROCEDER A INQUÉRITO SÔBRE OS ACONTECIMENTOS DE SÁBADO. **Jornal do Commercio**. 06/03/1945.p.3.FUNDAJ.

²¹²VEEMENTE PROTESTO DOS UNIVERSITARIOS E PROFESSORES. **Jornal do Commercio**. 06/03/1945.p.3.FUNDAJ.

maneira forte e implacável, o temor de ser silenciado existia. Isso, entretanto, não impediu que os dirigentes dos periódicos forçassem os limites na veiculação de notícias, pois, ainda que o *Diário de Pernambuco* tivesse sido fechado por um mês, talvez não desse para fechar todos.

No bojo desse confronto de acusações, as notícias sobre as eleições continuavam a ser veiculadas, tendo o jornal aliado ao governo continuado a divulgar declarações de autoridades, ressaltando a questão da falta de controle e o prejuízo que ela traria ao país em seu novo momento:

Não é possível, nos dias atuais, conseguir iludir com facilidade, a opinião pública. O espírito de observação do povo evoluiu no sentido de conseguir dos fatos que se passam uma impressão realista, sem o perigo antigo dos julgamentos feitos por injunções de terceiros.²¹³

O constante retorno às questões, como segurança e estabilidade, justificavam a manutenção de um posicionamento mais forte do Estado. As desconfianças entre os dois lados se acumulavam e, entre as acusações sobre quem teria sido o culpado pelo incidente, existia a campanha pela redemocratização da vida política do país. Para os governantes era preferível, nessa situação de possibilidades eleitorais, tentar manter a postura do governo como um guia rumo à redemocratização.

Os debates sobre a morte do estudante Demócrito de Souza Filho, contudo, retornam à mídia com força quando, depois de quase um mês de censura, o *Diário de Pernambuco* volta a circular; “*CONCEDIDO O MANDATO DE SEGURANÇA AO DIARIO*”.²¹⁴ Esse retorno à circulação diária é premiado e exaltado pelo Diário com a manutenção da página 4 da edição do dia posterior aos acontecimentos do dia 3 de março: “A 4ª página do Diário”.²¹⁵ Essa matéria marca uma vitória do periódico sobre os agentes da censura:

A 4ª página do DIARIO do dia 4 de março não pode sêr destruída pela policia. A composição foi mandada distribuir pela fôrça embalada; mas acontece que a página já tinha sido ‘calandrada’ e fundida. Nestas condições, pode ser salva essa página, que figurará como um documento historico. Resolvemos publicá-la, em nossa edição de hoje, tal como fora preparada para circular na edição de 4 de março.²¹⁶

²¹³ A ORDEM INTERNA DO PAÍS. **Folha da Manhã**. 07/04/1945. p.8.APEJE.

²¹⁴ CONCEDIDO O MANDATO DE SEGURANÇA AO DIARIO. **Diário de Pernambuco**. 09/04/1945. p.1. FUNDAJ.

²¹⁵ A 4ª página do Diário. **Diário de Pernambuco**. 09/04/1945. p.1. FUNDAJ.

²¹⁶ Idem.

A nota do *Diário* não só dá conta em relação à censura sofrida, mas também retoma as discussões quanto ao autoritarismo do governo. A questão era novamente trazida para a mídia: o autoritarismo e a luta que deveria ser travada contra os participantes dessa política motivadora da morte e do controle a liberdade de expressão. O jornal ressurgia, assim, disposto a enfrentar a situação, divulgando os acontecimentos sobre a eleição.

Porém, a resposta do governo é publicada nos jornais alinhados, e uma nota da “*SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA*”²¹⁷ expõe os fatos, a partir da controvérsia com o *Diário de Pernambuco*:

A Secretaria de Segurança Pública, a título de esclarecimento, divulga o seguinte:

I – O ‘Diário de Pernambuco’ teve sua circulação suspensa, até ulterior deliberação, na madrugada de 4 de março último.

II – No dia imediato, isto é, a 5 de março, foi o ‘Diário de Pernambuco’ autorizado a circular, lavrando-se um termo assinado pelo seu diretor.

III – Nessa ocasião, o cel. secretário Interino da segurança fez sentir ao diretor do mesmo órgão a necessidade de cooperar para a preservação da ordem, concitando-o a evitar exploração política em torno dos lamentáveis fatos do dia 3, cuja apuração acabava de ser confiada, pelo governo do Estado a uma comissão judiciária. Concitou-o, ainda, a encaminhar a campanha política em linguagem elevada, para o que dispunha de completa liberdade, e a evitar, sobretudo, qualquer propaganda subversiva incompatível com a delicada situação do país. Até porque, em face do decreto de estado de guerra, devem os jornais e todos os brasileiros obediência aos preceitos estabelecidos no mesmo decreto, no resguardo dos mais altos interesses da segurança nacional.

IV – A essa colaboração se furtou a direção do órgão associado que, por sua própria iniciativa, deliberou não fazer circular aquele matutino.

V – O ambiente de tranqüilidade que vem reinando ultimamente no Estado constitui uma inequívoca demonstração de quanto pode concorrer para a paz pública a imprensa bem orientada. Essa, de resto, vem sendo a conduta de quase toda imprensa brasileira e nenhum jornal, até hoje negou semelhante colaboração.

VI – Fica, assim, esclarecido inexistir a propalada proibição do ‘Diário de Pernambuco’ circular.²¹⁸

Essa nota sustenta o posicionamento de que o jornal não teria sido censurado, mas alertado para seguir as regras exigidas, “*em face do decreto de estado de guerra, devem os jornais e todos os brasileiros obediência*”,²¹⁹ naquela situação pela qual

²¹⁷ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Folha da Manhã**. 10/04/1945.p.3.APEJE.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

passava o país. Esse ponto é relevante, visto que, como exposto anteriormente, o próprio interventor não percebia como censura o controle exigido sobre o referido periódico. A conduta seguida tinha respaldo legal, e, conforme a nota, era preferível manter o controle sobre a imprensa, desde que fosse possível garantir um ambiente calmo e seguro para o transcurso da campanha rumo à democracia. Do ponto de vista legal, fica a idéia de que o governo havia de exercer o seu papel, informando à população que a decisão de suspender o periódico estava amparada na lei.

Dessa forma, o mandato de segurança impetrado pelo periódico não tinha razão de ser, já que a escolha de interromper a circulação se deu internamente: “*A essa colaboração se furtou a direção do órgão associado que, por sua própria iniciativa, deliberou não fazer circular aquele matutino*”,²²⁰ e isso devia ser mostrado à população. Ao publicizar sua postura, os responsáveis pela administração do Estado tentavam manter sobre seu controle as possíveis interpretações dos fatos ocorridos, empreendendo garantir uma opinião pública favorável às suas atitudes. No entanto, os enfrentamentos se seguiam e talvez a opinião pública estivesse mais atenta.

O *Diário de Pernambuco* assume o desafio de publicar as matérias existentes sobre o caso do dia 3 de março: “*Resolvemos publicá-la, em nossa edição de hoje, tal como fora preparada para circular na edição de 4 de março*”.²²¹ Essa fronteira ultrapassada pelo referido jornal é um sintoma das transformações do país. Os confrontos expostos à população tinham como objetivo não só conquistar votos, como também tirar do poder os seus representantes. Seguindo essa trilha, o retorno do *Diário* foi marcado pelo reforço nas acusações contra as práticas políticas existentes naquele momento, ressaltando os defeitos da Interventoria e comentando em seu editorial: “*A miserável chacina de ontem*”.²²² Os comentários eram contundentes e destacavam, por um lado, as características da vítima que fora elevado a símbolo daquele ataque; e por outro, defendiam as condições de respeito e observância da paz social:

O Recife assistiu ontem a uma das cenas mais tristes e vergonhosa de nossa vida política. A mocidade acadêmica acabava de promover um comício em prol da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. O comício tinha começado em boa ordem, mas em meio os agentes provocadores da polícia começaram a perturbar a reunião.²²³

²²⁰ Idem.

²²¹ A 4º página do Diário. **Diário de Pernambuco**. 09/04/1945. p.1. FUNDAJ

²²² A miserável chacina de ontem. **Diário de Pernambuco**. 09/04/1945. p.4. FUNDAJ

²²³ Idem.

A participação de agentes da força policial do Estado na passeata e a dúvida em relação à colaboração deles a fim de que a manifestação fosse um desastre não eram avaliações absurdas para os editores do Diário: “*Deixando de lado os agentes provocadores, que não somente procuravam promover outro comício*”.²²⁴ A imputação do crime aos agentes do Estado criava um ambiente de mais preocupação para os responsáveis pela administração pública, visto que recaía sobre o Estado a culpa pelos acontecimentos e a opinião pública poderia se voltar contra os políticos que possivelmente quisessem se candidatar a algum cargo.

A força do *Diário*, no seu editorial, dava uma maior credibilidade às acusações contra as atitudes agressivas dos representantes do Estado, pois discorria de uma maneira clara sobre os fatos e apresentava um relato diferente daquele defendido pelos governantes: “*Os policiais, investigadores e guardas-civis, empunhando revólveres, continuavam a atirar. E foi assim, ao cair da noite que a polícia política do governo de Pernambuco fazia imperar no Recife o ‘regimen da legalidade’ e o ‘respeito à manifestação do pensamento’*”.²²⁵ O interesse no caso se fortalecia e o *Diário* acusava os agentes do Estado. Contudo, essa acusação, em tons de insinuação, era feita pai de Demócrito, que relatava ser correta a participação dos mesmos:

Sr. interventor federal –

Não sei como estou escrevendo a v. exa., tal é a profundidade da minha dor. O arcabuscamento estúpido e desumano de meu filho DEMOCRITO deixou-me com a alma em pedaços. E o que mais me enche de horror e de amargura é tê-lo visto cair pelas balas sinistras dos homens da polícia civil, nos quais o Estado paga para guardar incólume a nossa liberdade e vigiar pela nossa segurança.²²⁶

As acusações contra os integrantes do Estado eram cada vez mais exaltadas, e, nesse debate, adquiriam força as oposições, que conseguiam publicizar as truculências dos funcionários e a conivência dos líderes do governo. Porém, mesmo sendo alvo de acusações, os representantes do Estado não desviaram as atenções para o dia do Trabalho e, aproveitando-se de uma das datas mais importantes para o período, reafirmam as condições sociais e políticas que existiram anteriormente. Essa referência ao passado assume uma dimensão positiva, já que se fazia preciso mostrar à opinião pública uma história construída sem conflitos e sedimentada na paz.

²²⁴ Idem.

²²⁵ Idem.

²²⁶ O pai de Demócrito acusa: Fuzilamento estúpido e desumano do meu filho. **Diário de Pernambuco**. 09/04/1945. p.2. FUNDAJ

Assim é que a disputa entre oposição e situação, no tocante a quem teria sido o culpado pelas mortes na Praça da Independência, provocou, por alguns meses, uma discussão muito forte sobre liberdades democráticas em Pernambuco. A busca por apoio da opinião pública, no Estado, tem seu momento alto quando sai o relatório das investigações sobre o caso do dia 3 de março:

‘PENSO, Á VISTA DO QUE FICOU APURADO, NÃO SER POSSIVEL AFIRMAR COMO PONTO ABSOLUTAMENTE LIQUIDO, FORA DE QUALQUER CONTROVERSIA, A AUTORIA MORAL, DOLOSA, DAS AUTORIDADES POLICIAIS DO ESTADO, APONTADAS COMO RESPONSÁVEIS PELOS FATOS OBJETO DO PRESENTE INQUÉRITO, E ISTO PORQUE SÃO OS SEUS PRÓPRIOS AGENTES QUE SE ENCARREGARAM DE VIR DIZER À COMISSÃO, A ‘ UMA VOCE’, QUE OUTRAS ORDENS NÃO RECEBERAM DELAS SINÃO A DE EVITAREM DEPREDações, ACENTUANDO QUE ALGUMAS DESSAS ORDENS ERAM ACOMPANHADAS DA RECOMENDAÇÃO DE NÃO ATIRAR’.²²⁷

No Estado, a disputa entre os dois grandes veículos jornalísticos perpassava a questão de saber quem eram os verdadeiros culpados pelo crime. A questão era defender uma escolha política, e a morte de Demócrito de Souza foi útil para a oposição porque serviu como um grande chamariz para a causa da coligação anti-Estado Novo. E o fato de o governo legar grande importância para as correntes de opinião gerou um grande volume de matérias veiculadas por ambos. Como o término das investigações não foi capaz de apontar para os reais culpados, inocentaram-se os servidores do Estado. Essa decisão não foi criticada pelo *Diário de Pernambuco*, e os embates continuavam. À medida que se aproximava a eleição, os confrontos se tornavam mais fortes.²²⁸

Contudo, como ficaram os eleitores depois dessas discussões, visto que uma eleição é um mosaico de acontecimentos? Se um passado político é importante durante sua construção, nada impede que certos acontecimentos influenciem seus resultados.²²⁹ Os debates entre oposição e situação adquirem mais força, visto que inserir a população nesse processo era fundamental para os dois lados. Dessa forma, a redemocratização em Pernambuco foi sendo construída.

²²⁷ (Trecho da conclusão do relatório da comissão de inquérito sobre os acontecimentos de 3 de março último). **Folha da Manhã**. 01/07/1945. p.1.APEJE

²²⁸ RIOS, Lêda Maria.,Op.,Cit.,p.523.

²²⁹ Becker, Jean-Jacques. **A Opinião Pública**. In. RÉMOND, René (Org.). **Por uma História política**. 2ªedição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

A POLÍTICA NA ÉPOCA DO VICE-REI

A relação da *Folha da Manhã* com o antigo interventor, Carlos de Lima Cavalcanti, remonta ao período anterior da administração de Agamenon Magalhães. As disputas políticas entre Lima Cavalcanti e o ainda ministro Agamenon provocaram a substituição de um pelo outro e, quando ocorre o retorno em 1945 de Lima Cavalcanti, as agitações da campanha política não deram trégua ao antigo chefe político do Estado. As propagandas contra a volta do ex-interventor e as comparações com a administração de Agamenon Magalhães foram constantes, e essa batalha de afrontas conserva ainda os debates antigos.

Dessa forma o retorno provável de Carlos de Lima Cavalcanti ao Brasil, motivaria dentro do Estado, possuindo como arena os dois maiores jornais, que indicariam suas posições perante a opinião pública pernambucana. O jornal do interventor vai disseminar, em uma sequência de matérias, informações sobre Carlos de Lima Cavalcanti, suscitando questões a respeito dos motivos do seu retorno.

A volta de Carlos de Lima Cavalcanti provocou uma acirrada disputa entre as forças políticas do momento. Porém, diferente do caso da morte de Demócrito de Souza Filho, em que a *Folha da Manhã* e o *Diário de Pernambuco* apresentaram questões ligadas ao momento da disputa que se aproximava, as divergências com relação a Lima Cavalcante traziam à tona todo um passado da política estadual.

As divergências entre Agamenon Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti remontam ao período da revolução de outubro de 1930. Nesse momento, os líderes da revolução estavam muito preocupados em conseguir a manutenção do poder conquistado em Pernambuco, e o escolhido para assumir a interventoria foi o civil Carlos de Lima Cavalcanti. Essa escolha se devia muito à simpatia que ele nutria pelas propostas da revolução de 1930 e, por manter esses ideais, acabou entrando em rota de colisão com o governo central em 1937:

Fazendo da eleição livre 'valor maior', Lima Cavalcanti esquecera ressentimentos pessoais, aceitando a candidatura de José Américo, seu inimigo pessoal desde 1932, a gota que transbordaria a candidatura dele, o de que 'não contava com a unanimidade do Norte' – o presidente colocou-o sob a alça de mira, lavrando o irreconhecível' MANE, THECHEL, PHARE', graças ao qual seus dias estavam contados.²³⁰

²³⁰ PORTO, José da Costa., **Os tempos de Lima Cavalcanti**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.p.78.

A tomada de posição de Lima Cavalcanti a favor da manutenção da constitucionalidade e da não continuidade no poder o fez bater de frente com o governo central. Mas é a pessoa escolhida para fazer a frente ao interventor pernambucano que coroa a divisão política dentro do Estado. A escolha de Agamenon Magalhães para fazer ruir a força que tinha o interventor era sintomático. Como se sabe, Lima Cavalcanti numa ocasião teria contribuído para a posse de Agamenon na pasta do trabalho, posteriormente se posicionou contrariamente à posse de Agamenon na pasta da justiça, expressando sua opinião em relação a isso, apesar de. A disputa entre Agamenon e Lima Cavalcanti chega ao seu apogeu quando da houve a necessidade de o governo descartar os seus inimigos políticos do poder. Se, por um lado, Pernambuco não tinha a força do Rio Grande do Sul em relação ao poder de ação junto ao governo central, possuía, por outro, a capacidade de seu chefe político em dirimir conflitos políticos. Basta elencar o caso em que foi acusado de fazer vista grossa quando da Intentona comunista e que acabou por fortalecer sua personalidade perante a população local, ou, ainda, quando enfrentou a crise entre usineiros e plantadores.

E por possuir toda essa força política, a chegada do Estado Novo em Pernambuco cristalizou um processo de desconstrução do poder do Interventor:

Embora a situação do Recife não fosse olhada com a gravidade do Rio Grande do Sul, - bem menores as possibilidades de reação contra as investidas do poder central, - mandava a prudência proceder com cautela, retirando-se de Lima Cavalcanti todos os meios de que pudesse lançar mão e daí o esquema de asfixia constritora, forçando-o a aceitar a luva, expondo-se às conseqüências, ou entregar os pontos, renunciando.²³¹

A renúncia tenha sido, talvez, a solução mais digna talvez para o interventor, já que o poder central fazia de tudo pra lhe tirar a capacidade de governabilidade no Estado. A invenção do Plano Cohen e as atitudes derivadas para combater sua possibilidade de efetivação acabaram por asfixiar os governos que não se encontravam alinhados com o poder central. Quando ocorre a renúncia de Lima Cavalcanti, vem a posse de Agamenon Magalhães e o fato de ter possuído uma ligação com o antigo chefe do poder local não foi uma garantia de vida tranquila para Lima Cavalcanti. A solução foi aceitar um cargo de embaixador no estrangeiro.

²³¹ PORTO, José da Costa., Op.,Cit.,p.90.

Essas disputas pelo poder entre os Limistas e os Agamenonistas se mantiveram viva e as diferenças entre os dois grupos persistiam. Porém, fato interessante ocorrera com a relação entre o *Diário de Pernambuco* e Carlos de Lima Cavalcanti, esse periódico havia sido um ponto crucial com relação aos combates das políticas do Limismo no Estado, mas em 1945 a questão era enfrentar o Estado Novo, e essa necessidade de enfrentar o inimigo comum foi importante, contudo não serviu para cicatrizar velhas feridas no mundo político e o jornal da situação fez questão de mostrar essas fraquezas, “*Em franca dissidência a oposição em Pernambuco*”.²³² Explorando essas diferenças o periódico ligado ao governo mostrava que a unidade da oposição era muito tênue: “*A oposição em Pernambuco está em franca dissidência, acentuando-se as distancias entre Eurico Souza Leão e Carlos de Lima Cavalcanti,...*”²³³ Essa diferença entre os dois nomes da oposição era antiga, e por motivos que remontam ao período anterior a revolução outubrista,²³⁴ dessa forma antigas marcas estavam difíceis de serem apagadas. E o adversário, o Estado Novo pernambucano, se utilizara dessas questões para mostrar a falta de unidade dos adversários, revelando que possuía mais união e força em suas hostes.

Outra questão concerne a uma serie de matérias publicadas na *Folha da Manhã* que dava conta dos trabalhos jornalísticos de Aníbal Fernandes. Esses antigos trabalhos republicados pelo jornal da situação traziam o título: “**PERNAMBUCO NO TEMPO DO VICE-REI**”.²³⁵ Nessa matéria escolhida pelo referido periódico, ele ressalta:

Entra em férias, nesta data, o nosso colaborador Aníbal Fernandes. Férias, bem entendido, quanto à exaltação do regime de 10 de Novembro e aos rasgados e insuspeitos elogios ao presidente Vargas e ao governo de Agamenon Magalhães. Será ausência de poucos dias: estamos no ano de 1945 e a transcrição pela Folha da Manhã, dos seus brilhantes comentários em tal sentido, andam pelo ano de 1938...Nesse vai-e-vem, ei-lo, a partir de hoje, a explicar ao povo pernambucano o que foi o governo do sr. Lima Cavalcanti. Iniciando a nova colaboração assim se dirige o sr. Aníbal Fernandes aos leitores da Folha da Manhã, reproduzindo velhas palavras (‘Pernambuco no tempo do Vice-Rei’): ‘Tudo o que vai fielmente relatado, sem dolo ou má fé, consta dos documentos oficiais’. ‘Desafio que se me possa retorquir a quanto aqui se acha exposto, porque tudo foi colhido nos atos, decretos e notas do govêrno Revolucionário, nos jornais da época e nos testemunhos dos contemporaneos’. ‘Não fiz um histórico, no rigoroso sentido da

²³² Em franca dissidência a oposição em Pernambuco. **Folha da Manhã**. 07/04/1945. p.12. APEJE.

²³³ Idem.

²³⁴ PORTO, José da Costa., Op.,Cit.,

²³⁵ PERNAMBUCO NO TEMPO DO VICE-REI. **Folha da Manhã**. 17/04/1945. p.1.APEJE.

palavra, do triste govêrno'. 'Deixo essa tarefa aos sociólogos do futuro'. (Vai no período final ao 'solitário de Apipucos' que, brevemente será chamado á fala).²³⁶

Ao fazer uso desses argumentos, os defensores da política do governo vão, perante a opinião pública, mostrando que os adversários não possuem a unanimidade necessária e que são aliados de momento.

Essa questão faz parte da propaganda do governo em silenciar os seus adversários, tirando-lhes a capacidade de responder a tais acusações. Essa passa a ser uma opção usada pelos partidários do governo, "*O primeiro problema está em silenciar o adversário*",²³⁷ e não bastaria ser um silenciar qualquer: "*Para consegui-lo, empregando unicamente os meios de propaganda e não a fôrça, a solução totalitária, que começa a tornar-se geral, é a de ignorar as razões da argumentação adversária, através da destruição do direito moral de falar*".²³⁸ É com essa série de reportagens que o jornal do governo procura atacar a oposição, mostrando o quanto muitos de seus hoje adversários lhe foram simpáticos. E isso, mesmo estando distante do período no qual foram produzidas as reportagens, é uma lembrança ainda muito recente e, para os fins políticos, essas impressões bastam.

As desavenças do período anterior a 1945 são exploradas continuamente. Tanto que, em mais uma reportagem, a *Folha da Manhã* mostra o que pensava o sr. Aníbal Fernandes a respeito do fechamento do *Diário de Pernambuco*:

'O triste episódio do fechamento do 'Diário de Pernambuco', ameaçado na sua segurança e premido na sua liberdade de opinião por elementos ostensivamente filiados às organizações de que o governo do Estado entendeu se cercar para sua defesa, é bem um sinal dos tempos'.

'Não é preciso que avivemos a memória de quantos aqui vivem, desfiando-lhes o rosário de violências individuais, de coações morais inéditas, de atentados os mais graves, perpetrados fria e calculadamente, que terão dado á história do arbítrio em nossa terra a contribuição mais opulenta'.²³⁹

As matérias tencionavam mostrar quão forte era a amizade entre o jornalista Aníbal Fernandes, que trabalhava para o *Diário de Pernambuco*, e o sr. Lima Cavalcanti,

²³⁶ Idem.

²³⁷ TORRES, João Camilo de Oliveira. **A propaganda política** natureza e limites . Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1959. p.65.

²³⁸ Idem.

²³⁹ O sr. Lima Cavalcanti e a liberdade de imprensa... **Folha da Manhã**. 17/04/1945. p.12 APEJE.

político colocado pelo jornal oposicionista como um dos possíveis líderes da oposição no Estado. É talvez improvável sabermos a real autoridade conferida pela população pernambucana às informações veiculadas pela *Folha da Manhã*, mas a doutrinação e o controle que foram produzidos pelo governo autoritário, insinuam uma grande possibilidade de enfraquecimento em relação à aproximação entre os dois personagens da oposição.

Como o tema Lima Cavalcanti não se esgotasse, era divulgada pela *Folha da Manhã*, mais uma vez, a sua incapacidade de manter lealdade para com os seus antigos aliados, e com essa manchete: “*O TRISTE EXEMPLO DO SR. LIMA CAVALCANTI.*”²⁴⁰ Essa desconstrução se fez durante o período de regresso do antigo Interventor, um dos governadores mais fortes e populares do período anterior ao golpe de 1937, e devido a grande força do ex-interventor não seria exagero essa propaganda e não seria viável deixar sem crítica um político com um passado tão forte, e reconstruindo suas atitudes a situação dentro do Estado ia revelando sua opinião sobre o mesmo:

Afastado do poder em 1937, o sr. Lima Cavalcanti veio para o Rio pedir emprego ao sr. Getulio Vargas. Empenhou amigos, redigiu uma correspondência triste para narrar a sua situação, hipotecar solidariedade e pedir o emprego de que necessitava para viver, segundo alegava.

O coração generoso do presidente Getulio Vargas levou-o ao êrro de nomear o aludido postulante para embaixador no México.²⁴¹

As características do antigo interventor eram mostradas e, em uma passagem que trata sobre a saída de Carlos de Lima Cavalcanti do governo de Pernambuco, o autor retrata da seguinte forma:

Sentido Caminhavam as coisas para o fim, Lima Cavalcanti – ao ser informado dos acontecimentos no Rio, - não ofereceu resistência, passando o cargo a Azambuja naquela mesma tarde, descendo as escadas do palácio – sereno, calmo, em meio ao ‘grave silêncio’ da multidão que enchia a Praça da República – donde não se ouvia nenhum viva, ‘que seria desafiante e arriscado’, mas também, sem nenhum sinal de ‘aplausos aos vencedores da hora’ – guardando, até o derradeiro instante, aquele penacho de que fazia praça, ao enfatizar a Maria Luisa da Rosa Borges, auxiliar de seu gabinete: ‘eu não lhe assegurei, Maria, que só sairia do palácio pela porta da frente?’²⁴²

²⁴⁰ O TRISTE EXEMPLO DO SR. LIMA CAVALCANTI. *Folha da Manhã*. 28/04/1945.p.3.APEJE.

²⁴¹ Idem.

²⁴² PORTO, José da Costa., Op.,Cit.,p.93.

A construção do passado político do interventor era algo constante, conforme exarado anteriormente, ainda mais por ter sido tão emblemática a sua interventoria durante o período revolucionário.

As inimizades com Agamenon Magalhães ainda lhe renderam uma série de charges. Estas tentavam mostrar o quanto havia o ex-interventor perdido de sua antiga popularidade no Estado. Como a que anuncia o seu retorno:



A propaganda trabalhada pelo jornal que apoiava a situação vai divulgando para a população o caminho que faz o ex-interventor e dentro dessa esteira se serve para acusar o seu rival nas notícias o *Diário de Pernambuco* quando, por exemplo, cita uma matéria: “*E outros protestos virão*”²⁴⁴, nessa reportagem que é um desagravo contra o *Diário de Pernambuco*, “*Hoje, estive nessa redação o dr. Antônio Vicente Pereira de Andrade, que veio trazer o seu protesto contra a inclusão do seu nome entre as pessoas*

²⁴³ **Folha da Manhã**. 25/04/1945.p.1.APEJE.

²⁴⁴ *E outros protestos virão*. **Folha da Manhã**. 26/04/1945.p.6. APEJE

que foram, ante-ontem, ao desembarque do sr. Lima Cavalcanti, na relação publicada pelo 'Diário de Pernambuco'.²⁴⁵ Essas afrontas ante o retorno do antigo mandatário do poder executivo Pernambuco mostram o quanto sua presença nesse ano eleitoral estava cercada de simbolismo e como fator de persuasão perante a opinião pública, a situação passava a desacreditá-lo,²⁴⁶ provocando o seu distanciamento com relação aos seus possíveis eleitores.

A campanha infligida a Lima Cavalcanti foi intensa e várias são as matérias das quais o ex-interventor é alvo, como nessa outra charge:



As disputas entre Agamenon Magalhães e Lima Cavalcanti haviam provocado uma transformação na configuração política do Estado, permitindo uma mudança nos

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ SAUVY, Alfred. Op., Cit., p.113.

²⁴⁷ **Folha da Manhã**. 01/05/1945.p.8.

postos de comando. Construindo Agamenon Magalhães e seus aliados uma campanha muito forte contra o adversário, provocando uma forte negação do inimigo político perante a opinião pública do Estado. Assim é que, aproveitando-se desse ataques, mostravam as incoerências entre os ‘associados’ e antigo interventor, já que a *Folha da Manhã* publicava o passado dos dois, deixando para o leitor atento nas suas reportagens decidir entre essas duas lideranças.

OS CANDIDATOS

Os conflitos existentes entre as duas maiores correntes políticas no Estado, no ano de 1945, provocaram uma campanha acalorada nas páginas dos jornais, construindo a batalha eleitoral entre ataques e defesas. As constantes discussões se sucediam e as maiores correntes políticas, naquela situação, posicionavam-se em defesa da democratização, contudo suas expectativas em relação aos rumos políticos que o Estado deveria seguir eram diferentes. Em Pernambuco, “*Três grandes partidos vieram a corresponder às principais forças políticas estaduais com interesses estruturais diferenciados – PSD, UDN e PCB*”.²⁴⁸ Cabe ressaltar que daremos destaque à fabricação das eleições por parte dos grupos ligados a UDN e ao PSD, por serem esses dois grupos similares, por possuírem políticos com uma história no Estado e por haverem sofrido fissuras quando da instauração do Estado Novo.

Nos momentos de transição ocorreu uma resignificação dos conflitos existentes entre essas duas facções políticas, e as controvérsias surgidas em 1945, no plano nacional, tornaram os embates no Estado ainda mais fortes.

Nessa consideração política entre o nacional e o local, as incertezas do universo político macro geravam dificuldades para os políticos locais, tanto que, no Estado, as disputas entre o PSD e a UDN acabavam repetindo internamente as controvérsias nacionais. As polêmicas que surgiram durante a campanha, tais como o *queremismo*,²⁴⁹ a possível candidatura de Vargas,²⁵⁰ e a pouca simpatia dos dois maiores candidatos perante a população provocavam uma afinidade entre os dois blocos políticos mais em evidência daquele ano, UDN e PSD. Contudo, a luta pela vitória e as perspectivas em relação a como deveria ser conduzida a nação serviam para desprender esses dois partidos. Dessa forma, a construção da campanha dos dois mais fortes candidatos nas páginas dos jornais pernambucanos manteve acesos os ataques entre ambos.

Uma situação que se tornou incomoda aos dois mais influentes aspirantes à presidente da república dizia respeito a certa incapacidade para angariar a admiração popular. Os Pessedistas estavam, nacionalmente, imersos em uma crise no tocante à campanha de seu candidato: “*A candidatura Dutra, até aquele momento sem*

²⁴⁸ LAVAREDA, Antonio. **Partidos no pós-guerra**: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p.43.

²⁴⁹ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista** Getulismo, PTB E cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

²⁵⁰ SILVA, Helio, **Por Que Depuseram Vargas**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1976.

empolgação alguma, ameaçava esvaziar-se por completo”.²⁵¹ Esse ambiente crítico se instalou, entre outros motivos, pela não declaração de apoio do presidente Vargas ao General Eurico Gaspar Dutra. O apoio não declarado de Vargas se torna um fato relevante nessas circunstâncias, pois, mesmo tendo sido personagem de uma grande publicidade durante os anos em que comandou o ministério da Guerra, o General Dutra não conseguia se aproximar dos eleitores. Em Pernambuco, as propagandas veiculadas na *Folha da Manhã* tratavam de espalhar e solidificar a primazia de seu candidato no Estado, mostrando à opinião pública local que seu grupo detinha as condições precípua para assumir o governo.

As controvérsias entre os dois lados eram constantes, tendo a *Folha da Manhã* e o *Diário de Pernambuco* o papel de disseminar a superioridade do grupo de seus respectivos grupos. À opinião pública, sobretudo a que tinha o poder de voto, restava acompanhar os embates e fazer a opção por seu futuro representante.

Nesta parte final do trabalho, estabelecemos, como objetivo, abordar a construção das campanhas majoritárias no Estado, lidando com as relações entre os acontecimentos nacionais e locais, a partir das notícias veiculadas pelo jornal *Folha da Manhã* sobre os dois candidatos e a sagração do candidato da ‘maioria’. Essa interpenetração é importante, visto que os dois candidatos convivem com situações ambíguas no plano nacional e, quando ocorre a queda de Vargas, a campanha se torna ainda mais acirrada e concorrida.

As Candidaturas Majoritárias.

As apresentações das candidaturas dos principais concorrentes à presidência da república ocorreram de forma diferente. As correntes políticas adversárias ao Estado Novo irão se aglutinar e apresentar seu candidato de maneira mais rápida do que a situação: “A candidatura Eduardo Gomes surgiu, naturalmente, da necessidade que sentiram as forças de oposição a Vargas de se aglutinarem em torno de quem trouxesse o apoio militar”.²⁵² O nome do brigadeiro Eduardo Gomes surgiu, assim, como um harmonizador das oposições. A força política do candidato já era conhecida e sua importância durante o conflito mundial também, pois havia sido comandante da Força

²⁵¹ FERREIRA, Jorge., Op., Cit. ,p.47.

²⁵² SILVA, Helio. Op., Cit.,p.114.

Aérea brasileira. Dessa forma, será em entorno dele que se fundamentará a campanha das oposições. Para Maria Victoria Benevides, essa foi uma situação metafórica daquele processo de democratização, já que o partido surgiu para corroborar a candidatura do Brigadeiro, não ocorrendo uma discussão partidária sobre o assunto.²⁵³

O partido que o apoiava, a União Democrática Nacional (UDN), foi fundado no dia 07 de abril de 1945 e conseguiu aglutinar naquele ano todas as personalidades políticas que fossem anti-varguistas: “*Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos jurados, reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime*”.²⁵⁴ Esse mosaico de tendências políticas vai caminhar contando com a simpatia da grande imprensa: “*A campanha do Brigadeiro foi intensamente acompanhada pela imprensa à qual se deve, sem dúvida, a construção de uma imagem altamente positiva e, sobretudo, de um clima otimista em relação à vitória nas eleições*”.²⁵⁵ A propaganda a favor do Brigadeiro foi constantemente alimentada, conseguindo manter em evidência a força da sua candidatura. Em Pernambuco, o *Diário de Pernambuco*, que se constituiu no grande pilar da campanha brigadeirista no Estado, vai tratar de divulgar essa candidatura, “*o Diário intercalou, a partir daí, as suas primeiras páginas com o noticiário político nacional e as notícias vindas do front oriental*”.²⁵⁶

A divulgação do nome do Brigadeiro propiciou o início de uma campanha em busca de apoio. Os responsáveis pela candidatura brigadeirista, no plano nacional, eram personalidades tradicionais da política. A coordenação da campanha foi, como lembra José Américo, passada para Otávio Mangabeira:

Eu dei a entrevista e fiquei como coordenador da oposição, até que Otávio Mangabeira veio do exílio. Ele era muito conceituado entre os paulistas, Eduardo Gomes etc. Estabeleceu-se, então essa disputa: quem seria o chefe, eu ou ele? Até que, uma manhã, ele veio aqui, e me disse: ‘Está entre nós dois’. E eu disse: ‘Está com você’.²⁵⁷

²⁵³ BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo**: ambigüidades do Liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

²⁵⁴ Idem. p.29.

²⁵⁵ Idem.p.46

²⁵⁶ RIOS, Leda M.R.C. **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial** – O Conflito Visto por um Jornal de Província. Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/Mestrado em História, 1988. pp.528-529.

²⁵⁷ CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política**: dialogo com José Américo de Almeida [entrevistadores] Aspásia Camargo, Eduardo Raposo, Sergio Flaksman.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.303.

A estabilidade conquistada no interior das forças oposicionistas seria assunto frequente nas páginas dos jornais situacionistas. A tranquilidade lembrada por José Américo, no momento de transferir o poder decisório dentro do grupo de oposição ao Estado Novo, adquiriu uma outra publicidade em alguns jornais; “*Os elementos políticos que se estão congregando em torno da candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes tem pela frente delicado problema: o da escolha de um chefe máximo*”.²⁵⁸ As forças de resistência ao Estado Novo tomaram a iniciativa de arriscar uma formação partidária antes de anunciada oficialmente a possibilidade de existir eleições. Como consequência, tornaram-se alvos de uma intensa e constante publicidade. A saída na dianteira e a organização entre suas lideranças não significaram uma maior segurança em relação à conquista dos votos.

Contudo, as grandes redes de jornais publicizaram a informação: “*Não somente em Pernambuco, mas em várias partes do país a candidatura Eduardo Gomes ganhava larga cobertura publicitária*”.²⁵⁹ O Brigadeiro foi o primeiro candidato apresentado e logo os apoios foram surgindo, conforme atesta a manchete de uma matéria publicada na *Folha da Manhã*: “*BERNARDES DECLARA SOLIDARIEDADE A EDUARDO GOMES*”.²⁶⁰ Na matéria, o ex-presidente declara que “*“Eduardo Gomes é o candidato vitorioso. Para consagrar a sua vitória nas urnas bastam estas duas condições: liberdade e ausência de coação oficial”*”.²⁶¹ A ressalva feita em relação à coação oficial tinha sua razão de ser para o antigo político, visto que Vargas havia criado uma das estruturas de controle social e político mais emblemáticas até então. Basta conferir a atuação de órgãos como o DIP e o DOPS que possuíam conexões em todo o território nacional. O DOPS,²⁶² ainda que tenha ocorrido a queda o Estado novo, continuaria a existir como parte do plano de segurança nacional no pós-guerra.²⁶³

As declarações de apoio à candidatura brigadista eram noticiadas todos os dias. Em uma seqüência de matérias, a *Folha da Manhã* divulgava as manifestações de

²⁵⁸ EM DIFICULDADES A OPOSIÇÃO PARA ESCOLHA DO CHEFE MÁXIMO. *Folha da Manhã*. 27/02/1945. p.1. APEJE.

²⁵⁹ RIOS, Leda M. R. C. Op. Cit. p. 496.

²⁶⁰ BERNARDES DECLARA SOLIDARIEDADE A EDUARDO GOMES. *Folha da Manhã*. 25/02/1945.p.9. APEJE.

²⁶¹ Idem.

²⁶² As atividades dos agentes do DOPS-PE, durante a campanha eleitoral foram suficientes para produzir vários prontuários a respeito dos partidos, que disputavam as eleições no ano de 1945. E vale ressaltar que existem poucos estudos a respeito das eleições e a polícia política em Pernambuco.

²⁶³ Ver: REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional**: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

políticos que estavam ofertando assentimento ao Brigadeiro. Nesse espaço de tempo, quando ainda não existia uma candidatura do grupo ligado ao poder, a *Folha da Manhã* repassava os acontecimentos a respeito das oposições: “*PRONTO O MANIFESTO*”,²⁶⁴ o apoio das lideranças paulistas era para o Brigadeiro: “*O manifesto lançando a candidatura de Eduardo Gomes, já está preparado, atingindo várias centenas de assinaturas de líderes políticos bandeirantes, destacando-se, entre as assinaturas dos representantes de todas as correntes oposicionistas, a do antigo governador de São Paulo, o sr. Armando Sales de Oliveira*”.²⁶⁵ A união em torno da candidatura Eduardo Gomes penetrava cada vez mais no ambiente político, demonstrando capacidade de aglutinar forças.

Com relação a Pernambuco, o lançamento ‘oficial’ da campanha oposicionista foi noticiado no jornal ligado ao Estado, com a seguinte manchete: “*VEM AÍ O ‘DEMOCRATA’ EURICO DE SOUZA LEÃO*”.²⁶⁶ O antigo político local vai, agora, enfrentar um Estado que manobrou de maneira constante a máquina pública para garantir o apoio necessário as suas atitudes,²⁶⁷ e as declarações do antigo político no momento de apresentação do seu candidato foram:

‘A mim parece que o brigadeiro Eduardo Gomes tem as necessárias credenciais para executar tal programa. Vou a Pernambuco com êste objetivo. Trabalhar junto dos meus conterrâneos, no sentido de que retirem o apôio que deram ou que tem dado a Getúlio, e confirmam o mesmo ao brigadeiro. A justiça da causa que eu e os meus companheiros vamos defender é que nos dá a certeza de ver todo o povo pernambucano levantar-se como um só homem em defesa da candidatura de Eduardo Gomes’.²⁶⁸

Enquanto não for lançado o candidato do governo, a candidatura Eduardo Gomes vai se revestir de grande visibilidade nas páginas da *Folha da Manhã*, com um volume de matérias considerável. No entanto, as críticas ao grupo brigadeirista em Pernambuco foram ininterruptas, já que a UDN estadual foi dominada por políticos ligados ao açúcar: “*O controle real do partido em mãos da grande burguesia*

²⁶⁴ PRONTO O MANIFESTO. *Folha da Manhã*. 25/02/1945. p.16. APEJE

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ VEM AÍ O ‘DEMOCRATA’ EURICO DE SOUZA LEÃO. *Folha da Manhã*. 27/02/1945.p.12. APEJE.

²⁶⁷ ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP 2001.

²⁶⁸ VEM AÍ O ‘DEMOCRATA’ EURICO DE SOUZA LEÃO. *Folha da Manhã*. 27/02/1945. p.12. APEJE.

açucareira – Lima Cavalcanti, João Cleofas, os Sampaivos, os Bandeiras de Melo”.²⁶⁹

Assim é que as antigas desavenças políticas entre o grupo no poder e o anterior retornaram:

É importante acentuar que, em Pernambuco, ao contrário de outros estados como Goiás, a diferenciação UDN/ PSD esteve estruturalmente determinada. A UDN representará nitidamente a grande burguesia açucareira. Por ela será chefiada e com seus membros concorrerá à eleição governamental. Enquanto a oligarquia pecuária-algodoeira, controlando a fatia mais expressiva do voto rural, incorpora-se ao PSD para continuar o desfrute do poder iniciado em 1937.²⁷⁰

Essas diferenças na composição dos partidos no Estado encorajavam as críticas, e elas se direcionam principalmente ao antigo interventor, Lima Cavalcanti, que foi alvo de fortes comentários por parte do jornal governista. Os destaques sobre as eleições abordavam os participantes interessados no pleito e, sobre o interventor da década de 1930, as notícias enfatizavam suas possíveis práticas políticas, como em uma nota com título “*UM POR SEMANA*”.²⁷¹ Nela o autor ressalta:

Graças a Deus li nos jornais que partirá por um dos aviões de hoje, o sr. Lima Cavalcanti. Dou graças a Deus, não porque êsse ‘moço’ faça temer alguém; e sim porque estimo o solo pernambucano e me sinto orgulhoso em saber que a podridão deixa essa terra!... Seja êle o ‘sombra’ ou o ‘Vingador’; seja o ‘Rei da Farra’ ou o pernicioso governador de 30; ou seja o Embaixador ‘Boa-Vida’ do México e de Havana, o fato é que a sua ausência dêste Estado, faz desaparecer o fétido que, por alguns dias impregnou a cidade, ameaçando até de contaminar os seus felizes habitantes.²⁷²

A circulação dessas informações contribuía para aumentar os mitos criados em relação à administração de Lima Cavalcanti e, nesse jogo político-eleitoral, a disputa pela memória dos eleitores se fazia importante. Em uma competição que encontrava os partidos ainda em formação, os debates eram travados sobre o passado político de alguns candidatos. E pelo lado da oposição pernambucana, Lima Cavalcanti enfrentava as maiores desaprovações, como se pode constatar nessa outra matéria com o título “*JÁ VAI ?*”,²⁷³ que retrata suas relações políticas: “*O ex-embaixador veio de Cuba lançando gritos de guerra. Parecia um ‘pagé’ de posto, vestindo uma mascara de leão, a berrar no terreiro. Logo os seus súditos, os oposicionistas pernambucanos, reuniram-se em*

²⁶⁹ LAVAREDA, Antonio. Op., Cit., p.47.

²⁷⁰ Idem. p.48.

²⁷¹ UM POR SEMANA. **Folha da Manhã** 01/05/1945. p.8.APEJE.

²⁷² Idem.

²⁷³ JÁ VAI ?. **Folha da Manhã** 01/05/1945. p.8.APEJE

tôrno do ex-chefe e olharam-no desconfiados”.²⁷⁴ Essas constantes matérias publicadas pelos jornais ligados ao Estado objetivavam minar as forças da oposição, bombardeando a opinião pública pernambucana com as discussões e as rixas existentes.

A construção da candidatura oposicionista no Estado encontrou dois fortes aliados: a Faculdade de direito do Recife e o *Diário de Pernambuco*. Essa anuência pela parcela mais letrada está diretamente imbricada à questão de que o Brigadeiro ficara conhecido como candidato das parcelas média e alta da sociedade brasileira: “*Na imprensa, nos meios intelectuais, entre as elites políticas e empresariais, Eduardo Gomes recebia apoio entusiasmado. Seus comícios, como candidato à presidência, eram noticiados nas primeiras páginas dos jornais com grande destaque e eloquência*”.²⁷⁵ Esse distanciamento em relação à aprovação popular vai ser marcante, e, na historiografia, uma das passagens mais citadas a respeito dessa valorização dos comícios do Brigadeiro e da baixa proximidade com a parcela mais humilde da população foi o evento realizado em São Paulo, no estádio do Pacaembu, em que a presença do povo foi quase nula, porém a falta de contato com o povo mais humilde não gerava uma discrição nos comentários dos jornais e mas uma certa manutenção nas divulgações.²⁷⁶

Os integrantes das oposições possuíam uma grande força no que diz respeito às suas posições contra as práticas políticas do Estado Novo, além da aversão patente ao ditador: “*além do fim do Estado Novo e da luta pela democratização do país, nutriam um combate sem tréguas a Vargas*”²⁷⁷. Essa contestação contra a ditadura e o ditador, em Pernambuco, reverberou numa campanha de oposição a Agamenon Magalhães: “*O ‘antigetulismo’ do partido nacional é substituído em Pernambuco. O partido do ‘antipopulismo’ tem aí os próprios fantasmas. A UDN local é, sobretudo, anti-Agamenon, que hostilizara sistematicamente seus membros no decorrer de todo o regime*”.²⁷⁸

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano V.3, O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 21.

²⁷⁶ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista** Getulismo, PTB E cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

²⁷⁷ FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano V.3, O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 21.

²⁷⁸ LAVAREDA, Antonio. Op., Cit., p.48.

As constantes manifestações a favor de uma transição, assim como as divulgações pró-aliados conquistavam os espaços nos noticiários jornalísticos. Essa oposição, no entanto, precisou enfrentar o jornal *Folha da Manhã*, que possuía uma considerável gama de leitores. No momento de ruptura do Estado Novo, esse periódico trabalhará na direção de divulgar uma outra imagem das oposições para os eleitores locais, desconstruindo-a.

Ao irradiar, a partir de suas divulgações políticas, os possíveis desequilíbrios e desavenças existentes no seio da oposição, a *Folha da Manhã* manterá uma propaganda no sentido de depreciar as forças adversárias: “*EM FRANCA DISSIDÊNCIA A OPOSIÇÃO EM PERNAMBUCO*”.²⁷⁹ Apesar de contar com as grandes cadeias de jornais para difundir sua propaganda, os adversários do Estado Novo, em Pernambuco, se defrontaram com uma forte contrapropaganda, sendo difundido qualquer deslize por parte da oposição:

A oposição em Pernambuco está em franca dissidência, acentuando-se as distancias entre Eurico Souza Leão e Carlos de Lima Cavalcanti, bem como os ressentimentos do jornalista Nelson Firmo, não incluído na chapa já organizada com bastante antecedência. Almoçando, hoje no restaurante da ABL, o sr. Souza Leão recebeu a ‘intimação’ de assinar o manifesto que Carlos de Lima redigiu e que desejava fôsse Eurico o cabeça das assinaturas. Eurico Souza Leão, porém, recusou terminantemente, declarando que apenas assinaria uma carta em revide a Carlos de Lima. O manifesto está assim sofrendo um impasse, com a recusa formal de Eurico.²⁸⁰

Ao propagar as fissuras dentro da oposição, demonstrando as dificuldades internas entre os opositoristas, a situação tentava estremecer as convicções, perante a opinião pública, de que ocorria uma união naquele grupo. As divergências eram antigas entre alguns membros e, nesse caso, entre Souza Leão e Lima Cavalcanti, existiam as disputas anteriores a 1937, já que foi Souza Leão quem denunciou o antigo governador ao Tribunal de Segurança Nacional a respeito dos acontecimentos da intentona comunista 1935.²⁸¹

Estes fatos multiplicavam-se nas páginas da *Folha da Manhã*. Numa frenética repetição, o jornal destacava sempre os males cometidos pelos antigos líderes, os

²⁷⁹ EM FRANCA DISSIDÊNCIA A OPOSIÇÃO EM PERNAMBUCO. *Folha da Manhã*. 07/04/1945.p.12.FUNDAJ.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ PORTO, José da Costa. *Os tempos de Lima Cavalcanti*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.p.83.

antigos desmandos e as relações com a população, mostrando que as transformações e os ganhos durante o Estado Novo haviam ocorrido. Esse vai ser um dos pontos de ataques da situação: repetir constantemente a comparação entre o antes e o depois, além de enfatizar que, em Pernambuco, os opositores não possuíam união: “*Irreconciliáveis os brigadeiristas pernambucanos*”.²⁸² A temática das matérias situacionistas no Estado ressaltava frequentemente os mesmos assuntos sobre a oposição, isto é, a ausência de coerência entre seus integrantes, mostrando à população como eles mudavam de opinião, conforme artigo publicado com o título “*O SOLERTE CRIMINOSO*”,²⁸³ que apresentava os comentários sobre os acontecimentos de 1935 e foi assinado por João Cleophas que estava se ligando a UDN: “*Ainda é cedo para se verificar até que ponto vai a responsabilidade do sr. Carlos Lima ou a sua propositada desidia na defesa das instituições. Não é no regimen de estado de sitio e atravez das informações das suas repartições que se pode fazer luz sobre o caso*”.²⁸⁴ A conduta de união dos opositores era rechaçada e os antagonismos realçados.

As disputas, que passaram a existir com a abertura política, transformaram a corrida eleitoral numa competição intensa. Em Pernambuco, o grupo ligado ao poder vai utilizar as páginas da *Folha da Manhã* para demonstrar exaustivamente sua força e sua união, diferente do outro que a qualquer instante era retratado de maneira a deixar salientes as fraquezas e desvios.

Os dissídios entre os participantes da oposição não refletiam o caráter da situação a qual possuía uma forte harmonia em torno de seu líder e do seu partido. A *Folha da Manhã* explorava insistentemente esta temática, disponibilizando as listas de “*Solidariedade á candidatura do General Eurico Gaspar Dutra*”.²⁸⁵ Assim é que a candidatura situacionista teve seu lançamento com outra configuração.

O candidato também era das fileiras militares, porém a forma como foi construída essa candidatura revela bem as controvérsias existentes na política brasileira naquele período. Uma das versões para a participação do então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra como candidato nessas eleições foi alguns diálogos com integrantes das forças políticas que pediam a queda de Vargas. Chegaram até Dutra para

²⁸² Irreconciliáveis os brigadeiristas pernambucanos. **Folha da Manhã**. 15/05/1945. p.10. APEJE.

²⁸³ O SOLERTE CRIMINOSO. **Folha da Manhã**. 03/05/1945. p.3. APEJE.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Solidariedade á candidatura do General Eurico Gaspar Dutra. **Folha da Manhã**. 17/05/1945. p.8. APEJE.

lhe pedir apoio ao golpe, como relembra José Américo de Almeida que foi conversar com o Ministro da Guerra depois de manter diálogos com seus companheiros políticos:

Depois do aniquilamento do fascismo na Europa, o Brasil mantinha-se na mesma situação. Eduardo Gomes, Virgílio de Melo e Franco, Juracy Magalhães e outros queriam que eu convencesse o general Dutra de que o Brasil não podia continuar a se perfilar com os inimigos da democracia, pois o mundo todo se libertava do fascismo.²⁸⁶

A tentativa de depor o presidente conservou-se como uma das possibilidades para se conseguir realizar as eleições, uma vez que muitos políticos percebiam, nas atitudes de Vargas, uma tentativa de se manter no poder. Uma outra versão sobre a candidatura Dutra e que se relaciona à anterior foi a de que Agamenon Magalhães, percebendo as movimentações em volta do Ministro, articulou para que o presidente lançasse logo um candidato oficial, pois, do contrário, ele seria deposto: “*O presidente cederia aos argumentos de Agamenon, não sem conservar ressentimentos em relação ao seu Ministro da Guerra, mesmo que presumisse ter cunho passageiro aquela candidatura*”,²⁸⁷ e, então, é tomada a decisão de se apresentar a candidatura das forças situacionistas à presidência da república. Essa manifestação adquire notoriedade, mas mantém uma dubiedade que perdura quase até o final da campanha eleitoral, visto que o próprio presidente aparentava um certo distanciamento em relação a seu possível sucessor.

Assim, os comentários nos jornais a respeito da candidatura do Ministro da Guerra adquirem posições diferentes. Aqueles ligados à oposição desmereciam a força do candidato e os da situação cotidianamente lançavam informações sobre o andamento de sua campanha. Os apoios à candidatura oficial foram alcançados dentro do antigo quadro político, sendo, no mais das vezes, os antigos interventores os principais cabos eleitorais da candidatura do General Dutra. O partido que prestou apoio à candidatura situacionista é o Partido Social Democrático (PSD), esse partido foi gestado dentro da antiga estrutura do governo. Em Pernambuco, o responsável pela construção do Partido foi o interventor Etelvino Lins: “*este era o grande legado que lhe havia confiado Agamenon Magalhães, nesta fase ministro de Estado e, portanto, preocupado com as grandes questões nacionais. Cabia ao novo administrador colocar a maquina*

²⁸⁶ CAMARGO, Aspásia. Op., Cit.,p.300.

²⁸⁷ VALE, Osvaldo Trigueiro do. **O general Dutra e a redemocratização de 45**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 43

estadonovista no campo da redemocratização”.²⁸⁸ O PSD foi o partido de maior relevância naquela fase e se manteve durante quase todo o período de existência como um partido de centro, isto é, uma agremiação de grande centralização política que valorizava muito a força eleitoral de seus integrantes: “*Não se indagava a origem desses votos, se urbana ou rural. Interessava era dar a demonstração de força eleitoral*”.²⁸⁹

Em Pernambuco, “*Parece claro o fato de que o PSD em Pernambuco foi implantado tendo como base o coronelato agrestino e sertanejo, fiel ao Estado Novo, ‘condutores do rebanho eleitoral’ na expressão de Victor Nunes Leal, reunindo também membros cooptados dos principais segmentos integrantes da malha corporativa do antigo regime*”.²⁹⁰ Essa estrutura partidária e as formas de conduzir a campanha vão ser relevantes para se alcançar a vitória nessa eleição.

A campanha eleitoral e o candidato da ‘Maioria’

A força da *Folha da Manhã* foi um dos importantes mecanismos utilizados pela situação para alcançar a sacração nas urnas. Esse jornal foi responsável por contribuir para a construção de uma comoção em relação às eleições, destacando continuamente informações a esse respeito. Porém, nesse momento, não foi omitido para a população a quem se destinava o apoio e as simpatias de suas matérias. Em franca defesa dos interesses dos partidários de Agamenon Magalhães, tratava esse jornal de mostrar a superioridade dos seus candidatos. Ao acompanharmos as eleições em suas páginas, observaremos as práticas e os recursos empregados para defender os seus candidatos, principalmente para o cargo mais importante em disputa naquele ano. A candidatura majoritária nas matérias publicadas na *Folha da Manhã* apresentava sempre a força de seu candidato.

Era divulgado para a população que todos queriam o General Dutra na presidência: “*O interventor federal recebeu mais os seguintes telegramas de solidariedade á candidatura do general Eurico Gaspar Dutra á presidência da república*”.²⁹¹ No corpo da matéria, veiculava-se a origem dos telegramas:

²⁸⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenom Magalhães consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Ed. Massangana, 1984. p.94.

²⁸⁹ HIPOLITO, Lucia. **De raposas a Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945 - 64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.p.45.

²⁹⁰ LAVAREDA, Antonio. Op., Cit.,p.45.

²⁹¹ Solidariedade á Candidatura do general Eurico Dutra. **Folha da Manhã** 10/04/1945.p.6. APEJE.

DO CABO – Apresentamos vossências nossas congratulações e solidariedade pela feliz escolha do exmo. General Dutra para substituir e continuar a grande obra do eminente presidente Getúlio Vargas no govêrno do nosso grande Brasil.

DE QUIPAPÁ – Receba vossência a minha irrestrita solidariedade candidatura general Dutra continuador da grande obra benemérita presidente Vargas que tão relevantes serviços tem prestado.²⁹²

Ao dar publicidade às mensagens de apoio oriundas de diversas cidades do Estado, tentavam provar para população que essa era a candidatura vitoriosa. As listas de apoio ao candidato da ‘maioria’ não cessavam de chegar, vindo de todos os municípios e mostrando, desse modo, o vigor da candidatura que apoiava. Porém, não só de matérias relativas aos apoios internos tratava de divulgar a *Folha da Manhã*, as informações sobre o candidato da ‘maioria’ chegavam de todos os Estados: “*O Brasil solidário com a candidatura Eurico Dutra*”,²⁹³ tentando persuadir aos eleitores pernambucanos que a candidatura do General era unânime, não existia força capaz de lhe fazer frente.²⁹⁴ Em diferentes Estados da nação, a vitória seria do candidato da ‘maioria’: “*Indescritível entusiasmo, na Bahia, pela candidatura Eurico Dutra*”.²⁹⁵

Se, em Pernambuco, contava o General Dutra com um apoio de um jornal forte, ocorria o oposto em outras praças, segundo nos afirma Jorge Ferreira:

O candidato do Partido Social Democrático (PSD), general Eurico Gaspar Dutra, por sua vez, surgia em pequenas notas, cercadas por outras notícias, sugerindo ao leitor uma candidatura sem maior importância e fracassada, com mensagens de desalento, inviabilidade política e, sobretudo, envolvida pelo estigma condenável do continuísmo.²⁹⁶

Esses argumentos utilizados para desmerecer, pelos jornais da capital do país, a candidatura do general foram utilizados, no jornal *Folha da Manhã*, de maneira a fortalecer a confiança da população nesse candidato. As notícias de apoio para o candidato da ‘maioria’ vinham de todos os pontos do país: “*Integral apôio do Amazonas á candidatura Dutra*”,²⁹⁷ a união era intensa em torno dessa candidatura:

²⁹² Idem.

²⁹³ O Brasil solidário com a candidatura Eurico Dutra. **Folha da Manhã**. 16/05/1945. p. 1. APEJE.

²⁹⁴ DOMENACH, Jean-Marie.. **A propaganda política**. 2ª.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

²⁹⁵ Indescritível entusiasmo, na Bahia, pela candidatura Eurico Dutra. **Folha da Manhã**. 03/04/1945. p.12. APEJE.

²⁹⁶ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista** Getulismo, PTB E cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.p.36.

²⁹⁷ Integral apôio do Amazonas á candidatura Dutra. **Folha da Manhã**. 20/05/1945. p. 9.

De todos os pontos do interior do Estado chegam, diariamente, expressivas manifestações de solidariedade á política do interventor Alvaro Maia e de integral apôio á candidatura do general Eurico Dutra á presidência da República, considerando-se que a próxima convenção para a instalação do Partido Social Democrático que congregará elementos de tôdas as fôrças do Estado, constituirá fato inédito neste Estado, onde todas as correntes prestigiosas se colocaram ao lado das fôrças majoritárias da nação.²⁹⁸

Os debates eleitorais naquele ano foram constantes e a *Folha da Manhã* lutava por divulgar a força de seu candidato e de seus partidários pelo país: “*Intensificação da campanha eleitoral na Paraíba – comício monstro em prol da candidatura do general Eurico Dutra*”.²⁹⁹ Uma vez definida a candidatura do general Eurico Dutra, ela aparecera como destinada à vitória. As novidades a respeito das eleições eram regulares nas páginas da *Folha da Manhã*.

Contudo, a tranquilidade na vitória do candidato da ‘Maioria’ era abalada pela existência de uma outra campanha, contra a qual os dois candidatos tiveram que brigar. Faz-se aqui referência à participação das parcelas mais humildes da população que adquiriram força durante os anos do governo Vargas e estavam, no ano de 1945, querendo a oportunidade de participar das eleições, mas não apenas votando nos políticos até então apresentados. Desejavam votar naquele que lhe defendessem, causando, com isso, uma intranquilidade nos meios políticos, porquanto Vargas aparecia como o preferido pelos mais humildes.

A importância deste movimento, conhecido como quererismo, é que ele vai influenciar nos dados políticos daquele ano. Como veremos, esse movimento ficou ligado à atitude ambígua do presidente Vargas em relação a apoiar o general Dutra: “*Imposta por grupos militares e empresariais, a candidatura de Eurico Dutra dependia do apoio explícito do presidente, o que não ocorria. Vargas a aceitava para dividir as Forças Armadas, mas não lhe manifestava apoio pessoal e político*”.³⁰⁰ A campanha quererista foi construída à margem das grandes redes de jornais e, quando aparecia em alguma matéria, não tinha um forte poder de publicização: “*Na grande imprensa,*

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Intensificação da campanha eleitoral na Paraíba – comício monstro em prol da candidatura do general Eurico Dutra. **Folha da Manhã**. 01/05/1945.p.8. APEJE.

³⁰⁰ FERREIRA, Jorge.,Op.,Cit. p. 36.

invariavelmente as notícias sobre o queremismo surgiam com mensagens de suspeita, com ironias e, mesmo, com franca má vontade".³⁰¹

O crescente avanço das manifestações dos grupos queremistas, que *"inicialmente um conjunto de manifestações populares de reação aos insultos a Vargas, tornou-se, a partir daí um movimento com feições mais definidas em termos organizacionais e políticos"*.³⁰² Ao adquirir valor perante a opinião pública, mesmo sendo negados os comícios queremistas pela imprensa, não se conseguia evitá-los. O posicionamento do presidente incomodava os dois lados que acompanhavam receosos a difusão da defesa de uma eleição com Getúlio Vargas como candidato. O movimento queremista teve uma forte influência nas condutas políticas que vão ser deliberadas naquele ano.

O ponto em questão, levantado pelo movimento, era a ratificação das conquistas alcançadas no cotidiano do trabalhador e a liberdade de eleger quem fosse melhor para manter essas conquistas. Dessa forma, o movimento queremista ocorre em âmbito nacional e vai conseguir mobilizar uma grande força política em torno de suas demandas, além de também ratificar o prestígio que possuía o presidente junto às classes trabalhadoras.³⁰³ A pressão que partia dessa parcela do eleitorado vai provocar a confluência entre os dois blocos políticos que iniciam as discussões em relação à deposição de Getúlio Vargas.

A pressão no tocante à possível candidatura de Getúlio Vargas preocupava os dois lados, visto que ambos os grupos tinham problemas relacionados à falta de apoio popular. Os comícios realizados pelos líderes do movimento queremista, que exigiam a participação do presidente, provocavam uma antipatia cada vez maior em relação ao presidente. A mais importante movimentação queremista ocorreu em torno do "dia do fico".³⁰⁴ Nesse dia, foi montado um grande evento que deveria culminar com a declaração de que o presidente sairia candidato, porém *"Para decepção de todos, no entanto, Vargas declarou que seu desejo era o de apenas presidir as eleições e, reforçando a imagem do governante desinteressado, voltou a afirmar que nada queria a não ser 'recolher-se à tranqüilidade de seu lar'"*.³⁰⁵ Essa declaração do presidente

³⁰¹ Idem. p. 32.

³⁰² Idem. p. 39.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Idem. p.53.

acalmava seus mais ferrenhos opositores, mas não dava ainda a tranquilidade que os candidatos almejavam.

A proximidade do dia de votação transformava o ambiente político brasileiro num verdadeiro turbilhão de possibilidades. Os movimentos na direção da deposição do presidente se faziam mais fortes, já que ele começara a manobrar, alterando as regras do jogo eleitoral. O presidente vai, ainda em outubro, lançar o decreto lei 8.063 que antecipava as eleições para governadores e nomear seu irmão para chefe de polícia do Distrito Federal. Foi essa última ordem a precipitadora da queda do presidente. José Américo relembra o episódio da substituição do chefe de polícia: “*João Alberto era amigo de Góis. Durante esse tempo, Dutra é que foi muito paciente, porque Getúlio organizou o quererismo, e se tornou, de certa forma, agressivo. Dutra suportou tudo, até surgir a necessidade da deposição de Getúlio*”.³⁰⁶ As atitudes do presidente desagradam os participantes do pleito e o projeto de golpe se confirma: no dia 29 de outubro, o presidente foi deposto, assumindo em seu lugar o Ministro da Justiça José Linhares. A deposição de Vargas foi divulgada causando diversas reações:

Esperada, a queda de Vargas foi recebida no Recife em clima de exaltação. Comícios eram improvisados em cada esquina, o povo acolhendo o fim do regime ‘como quem respira, depois de longo e sombrio pesadelo’ no dizer do cronista. Partidários de Eduardo Gomes desfilavam nas ruas centrais ostentando bandeiras e retratos do militar. Na pracinha, uma concentração de estudantes ovacionava o Diário.³⁰⁷

A deposição do presidente não provocou uma queda imediata de todos os interventores. Etelvino Lins, por exemplo, ainda passou alguns dias no cargo, “*A 7 de novembro de 1945, sete dias após o golpe de 29 de outubro, período esse em que inaugurei, festivamente, várias obras, inclusive o asilo bom pastor, no Recife*”.³⁰⁸ O antigo interventor retoma sua vaga no Ministério Público, bem como lança sua candidatura ao cargo de Senador.

Seja como for, a campanha do candidato Dutra surgia, dia após dia, mais poderosa nas páginas da *Folha da Manhã* o que contribuía para corroborar a vantagem desse candidato sobre os outros. Os informes sobre os diversos apoios vindos de diferentes locais eram reiterados, mostrando ao o leitor da *Folha da Manhã* que os

³⁰⁶ CAMARGO, Aspásia. Op., Cit.,p.308.

³⁰⁷ RIOS, Lêda M. R. C. Op., Cit. p.529.

³⁰⁸ LINS, Etelvino. **Um Depoimento Político**: episódios e observações: Livraria José Olympio editora. Rio de Janeiro 1977.p. 24.

outros candidatos apresentavam poucas chances. A imagem, a seguir, retratava como estava a corrida eleitoral: o candidato das forças da maioria assumindo a liderança vindo em segundo o Brigadeiro.



309

Apesar da forte campanha empregada pela *Folha da Manhã* para divulgar a superioridade do seu candidato, a vitória ainda era vista como complicada. A campanha do Brigadeiro contava com apoio de diversos veículos de comunicação, seus comícios eram divulgados constantemente e muitos acreditavam que seu triunfo era certo:

Dos grandes comícios realizados em Recife, dois se destacaram pelo grande público que, segundo os imprecisos registros da crônica política, puderam reunir. ‘O nordeste a Eduardo Gomes’ foi a apoteose udenista em 9 de outubro; com oradores vindos de todos os estados; a ala feminina cantando ‘vassourinhas’; e o encerramento vibrante do grande tribuno em voga, Carlos Lacerda.³¹⁰

Porém, quando se encerra a apuração do resultado, os antagonismos se confirmam: “*O Recife esforçou-se, na verdade, para dar a vitória ao brigadeiro, mas Pernambuco e mais 15 Estados da federação garantiram a consagração do general Dutra, no pleito de 1945*”.³¹¹ Essa eleição foi a consagração do candidato da *Folha da Manhã* que confirmou o ‘favoritismo’ tantas vezes divulgado.

³⁰⁹ Vaquejada. *Folha da Manhã*. 06/05/1945. p.16.

³¹⁰ LAVAREDA, Antonio. Op., Cit.,p.55.

³¹¹ RIOS, Lêda M. R. C. Op., Cit. p.530

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de transição ocorrido entre a ditadura varguista e a democracia e que tem, no ano de 1945, seu momento mais marcante foi uma etapa da vida política brasileira repleta de mudanças. Entretanto, indícios de que propostas de mudanças vinham acontecendo são anteriores a esse ano: “*Geralmente se fala da ‘redemocratização de 1945’ (o Brasil é, parece, um país aficcionado às redemocratizações), mas ela não foi um fenômeno ocorrido como um salto nesse ano: foi um processo gradual de retomada de exigências, radicando dentro ainda da fase ditatorial*”.³¹² As fendas no âmago do regime ditatorial varguista foram se alargando a partir de 1942, sendo influenciadas por fatores diversos que viriam a provocar importantes transformações na política nacional, como a entrada do Brasil na 2ª Grande Guerra e a crise econômica que atingiu o país.

Contudo, o ano de 1945 viria a se tornar um período limite entre a ditadura e a democracia, porquanto os grupos políticos os quais, nesse ano, estavam à margem do sistema perceberam as possibilidades de mudança e estimularam as discussões relativas à construção de um novo momento político para o país. Assim é que, em meio a posicionamentos políticos que caminhavam em direção à constituição de governos livres, indagações começaram a surgir a respeito da deposição da figura ditatorial de Getúlio Vargas. A sustentabilidade do governo brasileiro encontrava-se ameaçada e, conforme exarado no presente trabalho, restava aos políticos tentar se readaptar ao jogo eleitoral.

A força política do presidente em exercício foi muito importante naquele período, por possuir uma popularidade muito forte entre os trabalhadores,³¹³ o que tornou ainda mais confuso o ambiente eleitoral. Sendo assim, as duas maiores correntes políticas tiveram cada qual que enfrentar a questão de angariar votos e simpatias perante os eleitores e, nessa busca pela atenção da população, foram usados vários meios, entre eles a mídia impressa. Alguns jornais serviram aos partidos políticos como veículos de propagação de suas intenções políticas. Em Pernambuco, dois jornais assumiram

³¹² SALDANHA, Nelson, **História das idéias políticas no Brasil**. Brasília, Senado Federal, conselho editorial, 2001.p.310.

³¹³ FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano V.3, O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p.15.

posições antagônicas entre si: a *Folha da Manhã*, que se manteve com Agamenon Magalhães e seus aliados; e o *Diário de Pernambuco*, que optou pela oposição ao regime.

Nas páginas desses dois jornais, encontraremos informações sobre a campanha eleitoral, divulgações constantes sobre a democratização que estava em fase de consolidação. Esse debate ininterrupto trazia, em seu bojo, o objetivo maior que era a conquista da população ou, mais precisamente, a parcela da população votante. Assim, transformavam os eventos políticos, que ocorriam no Estado, em fatos memoráveis, na busca de exibir aos eleitores a força que seu grupo possuía, intencionando conquistar mais partidários. O processo eleitoral daquele ano teve, nas páginas dos jornais, uma das principais fontes de informação. Eram as manchetes dos diversos jornais circulantes no Estado que originavam uma campanha forte e repleta de confrontos, e, se os jornais tentavam provocar uma valorização para as eleições, as manifestações nas ruas ficaram a cargo dos estudantes e trabalhadores que manifestavam os interesses na transição do regime.

Ao trabalharmos com os fatos, naquela situação de redemocratização, e as discussões deles derivadas, discutiu-se também o período imediatamente anterior, conhecido como Estado Novo, que foi um marco em vários sentidos para o país. Foi durante a ditadura varguista que muitas transformações sociais e econômicas ocorreram no país, e que influenciaram no jogo político eleitoral quando ocorre a democratização.

O período que se inicia em 1945 foi recheado de transformações no universo político. Muitas já foram as críticas disseminadas nessa etapa da vida republicana do país e, entre as principais, está a rotulação daquele período como a república populista,³¹⁴ conceito que, para autores mais contemporâneos, esconde mais do que revela: “*O regime foi democrático, dispensando qualquer adjetivo desmerecedor e pouco lisonjeiro, como populismo*”.³¹⁵ E se o regime iniciado em 1945 foi democrático, deve ser considerado, também, o mais emblemático de todos por propiciar um espaço para as discussões políticas.

O objetivo maior desse trabalho foi abordar o movimento eleitoral, discutir como se processaram as eleições e como se portaram seus principais atores, além de perceber de que maneira eram divulgadas as mudanças do regime político brasileiro, a

³¹⁴ WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1989.

³¹⁵ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil: (1945-1964)**. São Paulo: atual, 2006. p.10.

partir de dois importantes órgãos da imprensa no Estado: o *Diário de Pernambuco* e a *Folha da Manhã*. Não se pretendeu, aqui, discorrer sobre os partidos e seus quadros, já que diversos são os trabalhos existentes a esse respeito. Procuramos analisar a construção da eleição naquele período, sem, contudo, tentar esgotar as discussões sobre tão importante tema na historiografia brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP 2001.

ALEM, Silvio F. **Os Trabalhadores e a “redemocratização”** (Estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da Guerra e Pós-Guerra imediato). Dissertação de mestrado- IFCH - Unicamp, Campinas, 1981.

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro. Ed. PUC-RIO; São Paulo:Loyola, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. São Paulo, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paul: Hucitec; Brasília: ed. da universidade de Brasília, 1999.

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o Udenismo**: ambigüidades do Liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro:Paz e Terra,1981

BRAYNER, Flavio Henrique Albert, “(..) **Ai nois istôra doto!**” (mudança e conservação política na atividade do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco:1956-1964), UFPE dissertação de mestrado, 1985.

BEIGUELMAN, Paula. “**O processo político partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito**”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 20ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.317-337.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos, 3.Ed. São Paulo:companhia das letras,1994.

BURKE, Peter, **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim., **A Imprensa na história do Brasil**. São Paulo: contexto/ Edusp, 2ªedição;1994.

_____. **O movimento de 1932**: a causa paulista . São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu, **Repressão judicial no Estado Novo**: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro. Achiamé, 1982.

CAMPOS, Francisco. **O ESTADO NACIONAL**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: senado federal, conselho editorial, 2001.

CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política** dialogo com José Américo de Almeida [entrevistadores] Aspásia Camargo, Eduardo Raposo, Sergio Flaksman.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CARONE, Edgar. **A Terceira República** (1937-1945). Ed. DIFEL. 1982.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & SANTOS, Viviane Teresinha dos. **Inventário Deops: Módulo II - Estudantes: os Subversivos das Arcadas**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas. O imaginário da república no Brasil**. 11ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República Que Não Foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed., 2005.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **INTEGRALISMO: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)**. Bauru, SP: EDUSC,1999.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger, **A história cultural entre práticas e representações**. 2 ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

COGGIOLA, Osvaldo, (Org). **Segunda Guerra Mundial: Um Balanço Histórico**. São Paulo: Xamã: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**. 1.ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

DOMENACH, Jean-Marie.. **A propaganda política**. 2ª.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

EKESTEINS, Modris. **A sagração da primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna**. Rio de Janeiro. Rocco, 1991.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2001.

_____. **A revolução de 1930: historiografia e historia**. . 5. ed. -. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **A democracia no Brasil: (1945-1964)**. São Paulo: atual, 2006.

_____ & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano V.3, O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____ & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano V. 2. O Tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **História e historiadores**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____, (Coord.) **REGIONALISMO e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. (Org.) **REPENSANDO o Estado Novo**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

GOMINHO, Zélia de O. **Veneza Americana X Mucambópolis – O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Recife: CEPE, 1998.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero; Brasília MCT/ CNPq, 1990.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas a Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HÖLDERLIN, Friedrich. **Hipérion ou o Eremita na Grécia**. Editora Nova Alexandria, São Paulo, 2003.

KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2006.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005. 2ª reimpressão.

LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas. O processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1991.

- _____. **Partidos no pós-guerra: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política.** 2ª Ed. São Paulo: Ed. Papyrus, 1986.
- LEITE, Ronildo Maia. **A Cidade Invicta.** Recife. Edições Bagaço, 2002.
- LIMA FILHO, Andrade. **China Gordo** (Agamenon Magalhães e sua época) . 2a ed. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1976.
- LINS, Etelvino. **Um Depoimento Político: episódios e observações:** Livraria José Olympio editora. Rio de Janeiro 1977.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória,** 5 ed. Campinas, SP: editora Unicamp, 2003.
- LOPES, Sonia de Castro. **Lourival Fontes: As duas faces do poder.** Rio de Janeiro: Litteris Ed., 1999.
- MAGALHÃES, Juracy. **Juracy Magalhães Minhas memórias provisórias: depoimento prestado ao CPDOC/ coordenação de Alzira Alves de Abreu, Eduardo raposo Vasconcelos e Paulo César Farah.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982
- MARTINEZ, Sheila Gabeto. **Os Comitês Gaulistas e a redemocratização do Brasil 1940/1945.** Dissertação de mestrado, IFCS, 1990.
- MARTINHO; Francisco Carlos Palomanes, (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** 3a. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Orgs) **O Jornal: da forma ao sentido.** Brasília, UNB, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo, Perspectiva: FAPESP, 2002.
- NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2002.
- OLIVEIRA, Irene Rodrigues de, **Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946).** Vassouras, USS, 2001.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenom Magalhães consolidação e crise de uma elite política.** Recife: Ed. Massangana, 1984.
- _____. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PARAÍSO, Rostand, **O Recife e a 2ª guerra.** Recife: comunicarte, 1995.

- PEREIRA, Raquel Aparecida. **Bandeiras vermelhas nas ruas da cidade!** Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1947). Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.
- PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães. Uma Evocação Pessoal.** Recife: Taperoá, 1972.
- PINTO, António Costa & Martinho, Francisco Palomanes (Orgs.) **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950.** Recife. Ed. UFPE. 2001.
- PORTO, José da Costa. **Os tempos de Lima Cavalcanti.** Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a policia política no pós-guerra.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François, (direção). **Para uma história cultural.** Lisboa. Editora: Editorial Estampa. 1998.
- RIOS, Lêda M. R. C. **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito Visto por um Jornal de Província.** Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/Mestrado em História, 1988.
- RÉMOND, René (Org.). **Por uma História política.** 2ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- ROULAND, Norbert. **Roma, democracia impossível?: os agentes do poder na urbe romana.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- SALDANHA, Nelson, **História das idéias políticas no Brasil.** Brasília, Senado Federal, conselho editorial, 2001.
- SAUVY, Alfred. **A opinião publica.** 2ª. edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. (Saber atual)
- SILVA, Gastão Pereira da. **Brigadeiro EDUARDO GOMES.** Rio de Janeiro. Editora Panamericana LTDA. 1945.
- SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da Suspeição contra a Força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco.** Recife. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2002.
- _____. **A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (AIB-PE): 1932-1938.** dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal de Pernambuco. 1996.

_____ & ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; (Orgs). **ORDEM & POLÍCIA:** controle político-social e formas de resistências em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX..

SILVA, Helio. **1945 Por quê depuseram Vargas.** Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira S.A. 1976.

SILVA, Marcília Gama. **O DOPS e o Estado Novo:** nos bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonosor – aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano.** Tese. Recife: UFPE/ CFCH, Programa de Pós-Graduação em, História, 2005.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O estado contra os meios de comunicação (1889-1945).** São Paulo: anablume:Fapesp, 2003

TAVARES, Cristina. **Eleições em Pernambuco.** Recife: Pesquisa Centro Teotônio Vilela, 1987.

TORRES, João Camilo de Oliveira,. **A propaganda política natureza e limites .** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1959.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo** o fascismo brasileiro na década de 30 . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974

VALE, Osvaldo Trigueiro do. **O general Dutra e a redemocratização de 45.** 1. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VERGARA, Luis. **Fui secretário de Getúlio Vargas Memórias dos anos de 1926-1954.** Editôra Globo. Rio de janeiro – Pôrto Alegre – São Paulo. 1960.

WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira.** 4. ed. Rio de janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1989.

FONTES

ARQUIVOS:

Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano/ APEJE

Fundação Joaquim Nabuco/ FUNDAJ

Jornais:

Folha da Manhã – 1945 – Edição Vespertina – APEJE

Jornal do Commercio -1945 - FUNDAJ – Microfilmagem

Diário de Pernambuco – 1945 – FUNDAJ – Microfilmagem